

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**Dissertação**

**O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO E  
CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS: um estudo na Serra dos Tapes/RS**

**Pelotas, 2023.**

Luiz Felipe Wassmansdorf

**O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO E  
CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS: um estudo na Serra dos Tapes/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giancarla Salamoni

Pelotas, 2023.

**Luiz Felipe Wassmansdorf**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

W321p Wassmansdorf, Luiz Felipe

O protagonismo da agricultura familiar na produção e circulação de alimentos [recurso eletrônico] : um estudo na Serra dos Tapes/RS / Luiz Felipe Wassmansdorf ; Giancarla Salamoni, orientadora. — Pelotas, 2024.

116 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Geografia agrária. 2. Agricultura familiar. 3. Circularidade dos alimentos. 4. Mercados curtos. 5. Políticas públicas. I. Salamoni, Giancarla, orient. II. Título.

CDD 338.1981

**Dissertação aprovada, como requisito final, para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.**

**Data da Defesa:**

**Banca examinadora:**

.....  
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giancarla Salamoni (Orientadora) – ICH – PPGeo – UFPel**

.....  
**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Regina Caetano Costa- ICH- DEGeo-UFPel**

.....  
**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Cristina Franz – ICHI - FURG**

.....  
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Erika Collischonn – ICH- PPGeo – UFPel (Suplente)**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos atores que executam, legislam e julgam políticas públicas, que possam se sensibilizar quanto à importância da agricultura familiar, do abastecimento e distribuição de alimentos aos sujeitos que estão em estado de insegurança alimentar. #sojanãoalimentanossopovo

Vô Érico, Vó Lis, Vô Leontino e Vó Leontina (*in memoriam*), obrigado por dividirem seus saberes e sabores, amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha querida profa. Giancarla Salamoni, responsável direta pela minha formação acadêmica.

Aos meus pais, pela vida, pelo carinho e incentivo que me fazem continuar sempre.

Aos meus familiares, pelas experiências e amizade divididas durante esses anos.

Aos amigos e colegas, nos quais me espelhei para dar continuidade e finalizar este trabalho.

A todos aqueles que lutam/lutaram por um país onde todos possam plantar, comer, estudar, amar, trabalhar e viver com dignidade,

Obrigado.

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACARS	Associações Estaduais de Crédito e Assistência Rural
AGURB	Agriculture and Food in a Urbanizing Society
ANA	Agência Nacional de Águas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ARPA-SUL	Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul
BCRS	Base Cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul
BHCR	Bacia Hidrográfica do Arroio Camaquã
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CEASA	Centrais de Abastecimento de Alimentos
CGBHRC	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COSULATI	Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Cooperativa de Crédito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
ELAUP	Encontro Latinoamericano de Agricultura Urbana e Periurbana
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENGA	Encontro Nacional de Geografia Agrária
ETM+	Enhanced Thematic Mapper Plus
FAO	Food and Agriculture Organization
FAU	Fundação de Apoio Universitário
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FETRAF	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEAA	Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NEPGER	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEPAS	Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
OLI-TIRS	Operational Land Imager e Thermal Infrared Sensor
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMPE	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
RE	Restaurante Escola
RU	Restaurante Universitário
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar Nutricional
SEMA	Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMPGEO	Seminário de Pós-graduação de Geografia
SEPOME	Seminário de Políticas Sociais do Mercosul
SIIPE	Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
UCP	Unidade de Cooperativismo de Pelotas
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFA	Unidade Familiar Agrícola
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
USGS	United States Geological Survey

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> – Proposta das etapas da pesquisa de campo.....	20
<b>Figura 2</b> – Localização dos municípios na Serra dos Tapes/RS.....	24
<b>Figura 3</b> – Distribuição do Escudo Cristalino Sul-rio-grandense no Estado do Rio Grande do Sul e na Serra dos Tapes/RS.....	25
<b>Figura 4</b> – Mapa Hipsométrico da Serra dos Tapes/RS.....	27
<b>Figura 5</b> – Análise Histórica (1985, 2000, 2010 e 2021) do Uso e Cobertura da Terra na Bacia Hidrográfica do Arroio Camaquã na Serra dos Tapes/RS.....	29
<b>Figura 6</b> – Municípios das UFAs contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada – 2012.....	67
<b>Figura 7</b> – Municípios das UFAs contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2014.....	68
<b>Figura 8</b> – Municípios das UFAs contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2015.....	69
<b>Figura 9</b> – Municípios das UFAs contempladas com recursos do MDS - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2012.....	70
<b>Figura 10</b> – Municípios das UFAs contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2013.....	71
<b>Figura 11</b> – Distribuições das diferentes produções no interior de uma propriedade familiar.....	82
<b>Figura 12</b> – Produção vegetal para o autoconsumo.....	83
<b>Figura 13</b> – Produção animal para o autoconsumo.....	84
<b>Figura 14</b> – Carneação para autoconsumo.....	84
<b>Figura 15</b> – Produção destinada à comercialização.....	85
<b>Figura 16</b> – Produção destinada à comercialização em canais curtos diretos.....	85
<b>Figura 17</b> – Produção de tabaco na Serra dos Tapes/RS.....	86
<b>Figura 18</b> – Localização da Feira Ecológica da Dom Joaquim - ARPA-SUL Pelotas/RS.....	89
<b>Figura 19</b> – Municípios das UFAs entrevistadas na feira agroecológica Dom Joaquim - ARPA-SUL - Pelotas/RS.....	90

## Lista de Apêndice

<b>APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE 2 - 1º BLOCO DE ENTREVISTAS COM PRODUTORES DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA DOM JOAQUIM.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE 3 - 2º BLOCO DE ENTREVISTAS COM PRODUTORES DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA DOM JOAQUIM.....</b>	<b>116</b>

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1</b> – Síntese das categorias de análise e as correntes do pensamento geográfico.....	19
<b>Quadro 2</b> – Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2011 a 2013.....	74
<b>Quadro 3</b> – Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2014 a 2016.....	74
<b>Quadro 4</b> – Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2017 a 2019.....	76
<b>Quadro 5</b> – Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar – Município de Pelotas/RS via 5ª CRE – 2015 a 2016.....	78
<b>Quadro 6</b> – Valores investidos pelo FNDE e repassados pela 5ª CRE as Escolas da Rede Estadual dos Municípios da Serra dos Tapes/RS – 2016.....	78
<b>Quadro 7</b> – Dinâmica Demográfica das Famílias dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim.....	90
<b>Quadro 8</b> – Culturas Produzidas para o Autoconsumo e para Comercialização Curta Direta pelas Famílias dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim.....	93
<b>Quadro 9</b> – Máquinas e Instrumentos Agrícolas Disponíveis na Propriedade dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim .....	94
<b>Quadro 10</b> – Uso de Correção, Adubação ou Controle Utilizados na Propriedade dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim.....	95

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.2 <b>Justificativa</b> .....	15
1.3 <b>Objetivos</b> .....	17
1.3.1 <b>Objetivo Geral</b> .....	17
1.3.2 <b>Objetivos Específicos</b> .....	18
1.4 <b>Metodologia</b> .....	18
1.5 <b>Contexto empírico: o território da Serra dos Tapes/RS</b> .....	24
<b>2 OS SUJEITOS DA PESQUISA: agricultores e agricultoras familiares camponeses da Serra dos Tapes/RS</b> .....	31
2.1 <b>Conceito analítico e histórico</b> .....	31
2.1.1 <b>O trabalho familiar</b> .....	39
2.1.2 <b>As práticas culturais</b> .....	43
2.1.3 <b>A organização da produção</b> .....	45
2.2 <b>Do conceito normativo: a “institucionalização” dos sujeitos históricos</b> .....	49
2.3 <b>A produção de alimentos na perspectiva da multifuncionalidade da agricultura familiar</b> .....	55
<b>3 PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DA SOCIEDADE E DAS FAMÍLIAS RURAIS: OS CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA SERRA DOS TAPES/RS</b> .....	64
3.1 <b>Canais curtos diretos e indiretos na agricultura familiar</b> .....	64
3.1.1 <b>Os programas institucionais do PNAE e PAA: canais curtos de comercialização indireta na Serra dos Tapes/RS</b> .....	66
3.2 <b>A produção e circularização de alimentos na Serra dos Tapes/RS: paisagens alimentares e feiras agroecológicas</b> .....	80
3.2.1 <b>As paisagens alimentares na Serra dos Tapes/RS</b> .....	80
3.2.2 <b>A feira agroecológica</b> .....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	100
<b>APÊNDICES</b> .....	111

## 1. INTRODUÇÃO

A ação de alimentar-se, em qualidade e quantidade adequadas, permanece, mesmo em tempos de agricultura extensiva, modernizada e em seu ápice produtivo, como um problema social e político ainda não solucionado. No ano de 2020, em países ditos em desenvolvimento, encontram-se números expressivos de pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional ou mesmo sem acesso a qualquer tipo de alimentação minimamente suficiente para atender às necessidades biológicas – em alguns casos, inclusive, sem acesso à água potável. Em seu último relatório “*El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023*”, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima que entre 690 e 783 milhões de pessoas no mundo enfrentaram a fome em 2022. “Mais de 3,1 bilhões de pessoas no mundo – ou 42%– não tinham condições de pagar uma dieta saudável em 2021” (FAO, 2023), tanto em quantidade quanto em qualidade, situação agravada em países onde há má distribuição de renda e que sofreram a falta de acesso a vacinas durante a pandemia de COVID-19.

No Brasil, país com condições climáticas, territoriais e tecnológicas favoráveis à produção de alimentos, a má alimentação e a fome encontram-se presentes para 4,7% da população total – valores maiores que os 2,5% de biênio 2014/16 (FAO, 2023). A FAO (2023) afirma que os números de famintos no mundo aumentou entre os anos de 2019 e 2022 e o Brasil permanece no “Mapa da Fome”. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE (2023), no ano de 2020 a pobreza da população atingiu índice de 31,0% e, em 2021, 36,7%. Em 2022, o país reduziu esse quantitativo para 31,6%. E, dos resultados dos dados que dizem respeito aos “extremamente pobres”, que vivem com menos de R\$ 220 mensais, reduziram de 9%, em 2021, para 5,9%, em 2022. Em 2020, essa faixa da população atingiu 6%. Tais resultados de redução (entre 2021 e 2022) estão vinculados a distribuição de renda emergencial durante a pandemia. Historicamente, um dos principais fatores para o expressivo número de mal alimentados no mundo encontra-se no processo de distribuição da produção agroalimentar, que deficiente, ocasiona o desperdício de alimentos. Estimam-se perdas (ONU, 2012, p. 2) que “[...] chegam a 1.3 bilhões de toneladas por ano – cerca de um terço da produção mundial de alimentos [...]”, problema, apontado pela FAO (2017), já revelada por Josué de Castro em seu livro “Geografia da Fome” (1946|1984), como mais de natureza política do que econômica ou técnica:

[...] La situación también ha empeorado en algunos entornos pacíficos, sobre todo aquellos afectados por la desaceleración económica. Una serie de países que dependen en gran medida de las exportaciones de productos básicos há sufrido una drástica disminución de sus ingresos fiscales y de las exportaciones en los últimos años. Como consecuencia, la disponibilidad de alimentos se ha visto afectada por la menor capacidad de importación, y el acceso a los alimentos se ha visto deteriorado debido en parte a la reducción de las posibilidades que ofrecen las políticas fiscales para proteger a los hogares pobres frente al alza de los precios internos de los alimentos (FAO, 2017, p.14)

Diante da importância da agricultura familiar para o abastecimento de alimentos no campo e na cidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, percebe-se que a evolução histórica das políticas públicas, inspiradas e co-elaboradas pela FAO, foram adotadas para aprimorar os mecanismos de produção e escoamento interno e externo de produtos agrícolas. Entretanto, no período de 2016 a 2022 constata-se uma redução dos investimentos destinados às políticas voltadas para os mercados institucionais de alimentos, que beneficiam a agricultura familiar e o abastecimento interno e um massivo direcionamento dos investimentos públicos para o agronegócio, voltado para produtos agrícolas exportáveis, as chamadas *commodities* agrícolas. Importante lembrar que, a partir do Golpe de Estado contra a então presidenta Dilma Rousseff (2016)<sup>1</sup>, e com guinada das políticas neoliberais austeras que desidrataram o “custo” do Estado brasileiro, materializado na exclusão dos ministérios voltados ao desenvolvimento social e da agricultura familiar, o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) teve redução drástica, não mais sendo um dos principais meios estratégicos de acesso a renda para a agricultura familiar brasileira.

Partindo da diversidade espacial como a característica principal do agro brasileiro tem-se que, ao longo da história, o rural encontra-se organizado distintamente em contextos regionais, atrelando sistemas agrários a áreas específicas. Constata-se, também, a diversificação em contextos sociais e econômicos, criando tipos específicos de agricultores e agriculturas. Uma das formas

---

<sup>1</sup> “Manipulando os discursos anti-corrupção e o ressentimento de amplos setores da classe média em relação às políticas de inclusão dos governos do PT, por ter sido obrigada a interagir com os “de baixo” em espaços outrora exclusivos para os seus, das universidades aos aeroportos, segmentos das elites econômicas e políticas configuraram os principais artífices do golpe que depôs Dilma Rousseff. [...] De concreto é possível referendar a tese de que o golpe possui alvo certo, sobretudo através de sua vertente do judiciário: a cassação dos direitos políticos de Lula, tornando-o inelegível e, com isto, “equilibrando” as forças no cenário eleitoral de 2018 que, como mostram as recentes pesquisas, inclinasse em todos os cenários para vitória do petista” (Silva, M. F; Benevides, S. C; Passos, A. Q. S, p. 19-20, 2017)

conceituais de entendimento de uma parte dessa realidade, resultado das “novas” dinâmicas do espaço rural, é por meio da adoção da noção de multifuncionalidade. A diferenciação de atividades nas unidades de produção agropecuárias não constitui um fato histórico novo, mas a valorização de tais atividades é que define o “novo”, o contexto de multifuncionalidade.

Em decorrência desses fatos, muitas propriedades agrícolas têm alcançado o seu rendimento através de elementos externos aos limites de suas divisas, em atividades não agrícolas. Assim, a diversidade do campo torna-se um componente central que concebe uma multiplicidade de rurais, além de conformar novas articulações com o espaço urbano. Reconhecer o potencial multifuncional das propriedades rurais familiares é o primeiro passo para planejar e implementar o desenvolvimento rural, quer pela ação individual ou comunitária, quer como objeto de políticas públicas.

A partir da abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar é possível identificar a diversidade de dinâmicas espaciais presentes nesse segmento social que historicamente, vem constituindo um espaço que combina a produção para o autoconsumo das famílias rurais com a produção semiespecializada para o mercado, mais especificamente, na Serra dos Tapes/RS, no sul do Rio Grande do Sul.

Assim, podem-se identificar estratégias de produção e reprodução no espaço, mediadas pelos condicionantes físicos/naturais e pelas práticas socioculturais dos agricultores familiares, desencadeando processos produtivos relacionados tanto a agroecologia quanto a integração com os complexos agroindustriais (fumo, aves, suínos, leite, entre outros). Pode-se afirmar que no recorte adotado para este projeto, ou seja, os municípios da Serra dos Tapes/RS (Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu, Arroio do Padre, Morro Redondo e Canguçu) e, particularmente, as propriedades de caráter familiar resistem e desafiam as dificuldades em busca de alternativas para sua manutenção/reprodução em um rural cada vez mais multifuncional.

## **1.2. Justificativa**

Das tantas motivações que estimulam o desenvolvimento desse trabalho, a experiência da fome por parte de quem escreve foi (felizmente os tempos austeros ficaram para trás) foi fundamental para aguçar a busca pelo entendimento e, conseqüentemente, do apontamento de alternativas sobre o enfrentamento da

questão do (des)abastecimento de alimentos em nosso território. A sensação de permanecer no modo “refeição em refeição” (digo do ato de acabar um prato de comida já pensando na próxima possibilidade de alimentação) causa questionamentos profundos, não somente dos motivos pessoais que te levaram a esta situação, mas, também, quanto ao contexto geral que conforma o “ato de alimentar-se”, desde a produção, circulação e consumo dos alimentos, dos desperdícios dos produtos agrícolas destinados à alimentação, das escolhas e da adaptação do “gosto” alimentar, com produtos industrializados, por exemplo, e dos preços dos alimentos em diferentes tipos de mercados. Essas constituem as principais reverberações da minha própria experiência que desaguam no tema da pesquisa em tela.

Assim, a chamada “bonança alimentar”, refiro-me aqueles sujeitos que não precisam se preocupar com o acesso em quantidade e qualidade dos alimentos sempre fora um objetivo a ser alcançado, tanto para minha situação quanto na vida de tantos que passam pela mesma carência alimentar e nutricional. A aproximação com os movimentos sociais, principalmente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principalmente, durante a pandemia do Sars Covid-19, reforçou a importância de discutir sobre políticas públicas que são destinadas aos que se encontram em estado de insegurança alimentar e, por óbvio, a promoção do abastecimento de alimentos – e, conseqüentemente, a importância da agricultura familiar na produção e circularização e consumo dos alimentos.

Por outro lado, a minha trajetória acadêmica no curso de Licenciatura em Geografia na UFPel propiciou o encontro com disciplinas que abarcavam o espaço rural, a produção alimentar, as questões ambientais e urbanas, as territorialidades e as relações dos sujeitos com o espaço geográfico. Assim, desde o ingresso no curso de graduação, no ano de 2017, iniciou a minha caminhada junto ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA). Meu ingresso ao LEAA partiu da indicação atenta do professor Adão Vital, que em suas aulas já me direcionava seguir carreira no laboratório que, atualmente, é coordenado pelas professoras Giancarla Salamoni, Maria Regina Caetano Costa e Renata Menasche. A parceria firmada com minha orientadora professora Giancarla Salamoni já completa sete anos em 2023. Das produções em conjunto, constam a participação e produção acadêmica para a Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIEPE-UFPel) – 2017 à 2022; Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA-UFGD) – 2018; 3º Conferência *Agriculture and Food in a Urbanizing Society* (AGURB-UFRGS) – 2018;

Seminário do Programa de Pós-graduação em Geografia (SEMPGEO-UFPel) - 2018 e 2022; VII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul (VII SEPOME-UCPEL) – 2019; IV Encontro Latinoamericano de Agricultura Urbana e Periurbana (VII ELAUP-UFSC) – 2019; o livro A Geografia da Serra dos Tapes/RS (LEAA-UFPel) – 2021; capítulo no livro O Protagonismo da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural: os 10 anos do REA frente à diversidade do rural brasileiro (NEPGER-UNIFAL) – 2022; o trabalho de conclusão de curso para a titulação em Licenciatura em Geografia intitulado Articulações entre Agricultura Familiar, Mercados Institucionais e Desenvolvimento Rural: um estudo na Serra dos Tapes/RS.

No espaço do laboratório tive a primeira aproximação com o arcabouço teórico que fustigou minha atenção sobre a importância e o protagonismo da agricultura familiar camponesa quanto ao abastecimento de alimentos para a população brasileira. Da mesma forma, como consumidor da alimentação ofertada pelo Restaurante Universitário da UFPel, que tem parte do abastecimento com alimentos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, fornecidos por agricultores familiares, me tornei parte do meu próprio objeto de pesquisa.

A minha formação interdisciplinar, proporcionada por disciplinas como Geografia Rural, Formação Territorial do Brasil e do Rio Grande do Sul, Planejamento Rural, Antropologia Rural, Antropologia do Consumo e Antropologia da Alimentação – além de diversas atividades de pesquisa de campo no rural da região da Serra dos Tapes/RS, constituem as bases conceituais e seu rebatimento empírico na construção do projeto de dissertação, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia. A articulação da proposta de pesquisa à linha de Análise Territorial do PPGeo-UFPel se justifica ao relacionar sujeitos, relações e processos ao território, desvelando as múltiplas dimensões do tema da agricultura familiar, multifuncionalidade do rural, com ênfase na territorialização das redes alimentares.

### **1.3. Objetivos**

#### **1.3.1. Objetivo Geral**

- Discutir o protagonismo da agricultura familiar na produção e circulação de alimentos no território da Serra dos Tapes/RS, sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o segmento da agricultura familiar e a sua importância na produção de alimentos;
- Analisar os mercados curtos indiretos como mecanismo circularização de alimentos na Serra dos Tapes/RS
- Representar os mosaicos paisagísticos alimentares da agricultura familiar na Serra dos Tapes/RS;
- Demonstrar a segurança alimentar das famílias rurais (autoconsumo) e da sociedade em geral (mercado), a partir da perspectiva de agricultores feirantes em Pelotas.

### 1.4. Metodologia

Por se tratar de uma pesquisa que visa identificar o protagonismo da agricultura familiar camponesa como principal fornecedora de alimentos que estão à mesa da população brasileira, analisando as dimensões que conformam os grupos familiares, a produção de alimentos (destinadas para o autoconsumo ou para abastecimento de diferentes mercados convencionais e/ ou institucionais) e as territorialidades resultantes no espaço geográfico, é fundamental adotar procedimentos metodológicos que priorizem uma abordagem qualitativa, pois, como informa Chizzotti (2006), a pesquisa nesses termos se apresenta como um:

campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, [...] adotando multimétodos de investigação de um fenômeno situado no local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (Chizzotti, 2006, p. 28).

Tal abordagem tem características que se adequam ao objeto deste trabalho, conforme descritas por Bogdan; Biklen(1994):

- 1) Na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
- 2) A investigação qualitativa é descritiva;
- 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva;
- 5) O significado é de grande importância na abordagem qualitativa.

Essas características estão bastante presentes nesta pesquisa, posto que os dados quantitativos, embora muito importantes, por si sós, são insuficientes para explicar como as partes de um todo se relacionam. (Bogdan; Biklen, 1994, p.47)

A pesquisa qualitativa possui algumas características basilares, a saber:

[...] a) tem o ambiente natural como fonte direta e o pesquisador como instrumento principal de produção de informações; b) o ambiente e as pessoas não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo; c) o significado que as pessoas dão às situações/fenômenos e à sua vida é a preocupação do pesquisador; e d) os pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de suas informações, não partem de hipóteses estabelecidas a priori, mas, sim, de questões de interesses amplos, que se tornam mais diretos e específicos no decorrer da investigação. (Silva; Mendes, 2013, p. 212-213)

Em seus estudos sobre a “Trajetória Teórico-metodológica da Geografia Agrária Brasileira”, Alves (2010) apresenta que, desde a virada para o século XXI, consequência das singularidades do período no espaço agrário, “o enfoque sistêmico possibilita uma gama de inter-relações entre as variáveis componentes na organização do espaço agrário, sendo uma forma coerente para entender e explicar a complexidade das relações de produção na agricultura familiar” (Alves, 2010, p.238). Para o autor, “a geografia atual é plural, pois contempla a diversidade de concepções metodológicas, técnicas e conceituais, além de permitir a utilização de teorias de outras áreas do conhecimento para explicar os fenômenos espaciais” (ALVES, 2010, p.270). Assim, nosso método é definido como qualitativo com enfoque sistêmico.

Ainda, partindo das contribuições de Alves (2010), o quadro 1 apresenta uma síntese das categorias de análise e as correntes do pensamento geográfico:

Quadro 1 – Síntese das categorias de análise e as correntes do pensamento geográfico.

	<b>Categoria Principal</b>	<b>Objeto de estudo</b>	<b>Conceitos operatórios frequentes</b>	<b>Método de na análise</b>
<b>Geografia Clássica</b>	Paisagem (Natural e Cultural)	Natureza se impõe ao homem $N \rightarrow H$	Região, Área	Indutivo-Empírico-Descritivo
<b>Geografia Quantitativa</b>	Espaço (organizado)	Natureza e homem em equilíbrio – sistêmico $N \leftrightarrow H$	Região, (Geo)Sistema	Dedução-modelagem-estatístico
<b>Geografia Crítica</b>	Espaço (produzido) Espaço (vivido)	Homem produz e transforma a natureza $H \rightarrow N$	Território, Lugar, Paisagem	Dialético-histórico-percepção
<b>Geografia Plural</b>	Espaço (multidimensional / complexo)	Homem produz e transforma a natureza que serve o homem $H \rightarrow N \rightarrow H$	Território, Rede, Lugar, Paisagem	Ecletismo-Pluralismo

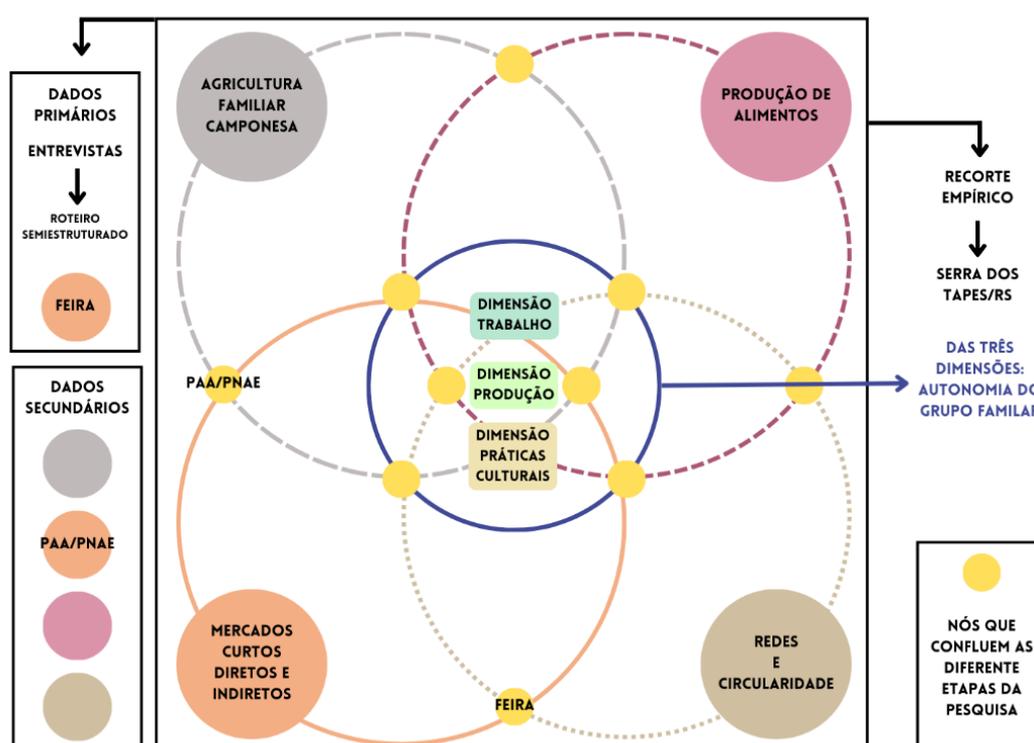
Fonte: Alves, 2010, p.270.

A análise do quadro indica que a categoria de análise geográfica é o espaço, que passa a ser interpretado “de uma forma multidimensional e complexo entendendo suas diversas relações espaciais, como a questão campo-cidade, multifuncionalidade do espaço rural entre outros” (Alves, 2010, p.270), o qual será o trajeto desta pesquisa.

Dos procedimentos metodológicos associados a abordagem qualitativa, utilizamos nessa pesquisa a técnica da entrevista, baseada em roteiros semiestruturados. Como ilustrado na figura 1, os dados primários foram coletados na pesquisa de campo, junto aos agricultores familiares feirantes da Feira Agroecológica da Dom Joaquim, localizada em Pelotas.

Sobre o uso da entrevista, a escolha também se dá “por ser uma técnica que permite o contato direto com o informante” (Matos; Pessôa, 2009, p.286) ao qual entendemos ser um movimento importante de proximidade entre pesquisador e pesquisados, realizado de forma presencial, junto aos sujeitos e objetos. Matos e Pessôa (2009) afirmam que “para obter bons resultados é necessário que seja feita com seriedade e, portanto, pensada como um instrumento que beneficiará a pesquisa e não meramente como uma ferramenta de coleta de dados” (Matos; Pessôa, 2009, p.287).

Figura 1 – Proposta das etapas da pesquisa de campo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como a proposta do trabalho está para a circularidade dos alimentos, a montagem da figura 1 simula esta dimensão circular dos diferentes atores envolvidos no fenômeno. No círculo central está a autonomia do grupo familiar, responsável pela adaptabilidade ao contexto social, que se configura na somatória das dimensões do trabalho familiar, organização da produção e das práticas culturais. Em órbita com a autonomia familiar, definimos quatro grandes esferas que se correlacionam diretamente na produção de estratégias de permanência, a saber: agricultura familiar camponesa, produção de alimentos, redes e circularidades e mercados curtos diretos e indiretos. Na esfera da agricultura familiar camponesa está a apresentação do *ethos* camponês e da normatização/institucionalização que visibilizou toda uma categoria. É a partir dessa que normatização que os camponeses adentram a cidadania e seus produtos que compõem o bem-estar social. Dentro da autonomia do grupo familiar está a organização da produção que se expande a esfera maior de produção de alimentos. Essa esfera, talvez a mais ativa quanto a atualizações, se (re)faz a partir das possibilidades produzidas a partir da produção para autoconsumo e da destina a comercialização – está que se apresenta no formato de mercados longos e, fundamentalmente, curtos (diretos e indiretos). Da esfera maior que trata sobre os mercados curtos diretos (feiras, contato direto) e indiretos (mercados institucionais, PAA - PNAE), apresentamos algumas políticas públicas de Estado que encurtam o caminho entre produtores (garantindo produção e renda) e consumidores (promoção da segurança alimentar da sociedade), e a experiência da feira agroecológica no município de Pelotas/RS. E na ultima grande esfera maior trata-se das redes e circularidades da produção dos alimentos que foram e permanecem sendo forjadas dentro do recorte empírico, a Serra dos Tapes/RS. Os dados primários são coletados juntos a agricultores feirantes, e os dados secundários são confeccionados a partir dos bancos de dados do Estado e em leituras que abrangem a temática.

Ademais, a pesquisa de campo passa a ter um papel fundamental na efetivação das entrevistas com os sujeitos que conformam a investigação científica. Conforme defendido por Santos e Pessôa (2009),

A pesquisa de campo é instrumento necessário e indispensável para a realização de investigações de qualquer natureza e, ao se tratar da pesquisa de campo geográfica, a sua importância é ampliada, pois é, neste momento, que o pesquisador entra em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos, obtendo as condições para entender como os entrevistados se percebem, estabelecendo uma análise coerente, ao diferenciar a sua percepção sobre os entrevistados, respeitando,

principalmente, como se concebem, inseridos em suas próprias dinâmicas de vida e trabalho. (Santos; Pessôa, 2009, p.123-124)

A pesquisa de campo demanda um planejamento prévio, com muito rigor em relação ao tempo necessário e recursos disponíveis. Para tal, foi utilizado um roteiro semiestruturado a ser trabalhado com os sujeitos- agricultores familiares feirantes, no qual é composto perguntas fechadas - que abarcam as características gerais do grupo familiar e as dimensões do trabalho, da produção e das práticas culturais - e perguntas abertas – que visam a materialização das redes e circularidade de alimentos no recorte empírico.

Para ilustrar os resultados dos dados primários e secundários coletados foi realizado um levantamento fotográfico das paisagens alimentares da agricultura familiar e das feiras, direcionadas pelo roteiro metodológico da leitura de paisagem proposto por Verdum (2012), no qual, dos três métodos de análise da paisagem apresentadas pelo autor, selecionamos o descritivo. Importante salientar que utilizaremos a paisagem como uma das “lentes” para ler e interpretar o espaço, percebendo os diversos elementos de uma paisagem, das dialéticas do território, o reconhecimento dos mosaicos paisagísticos conformado por características físico-naturais, socioeconômicas e culturais presentes nos caminhos dos alimentos. Para Verdum (2012),

A paisagem descritiva tem como base a descrição, e para a apreensão da paisagem seriam necessárias a enumeração dos elementos presentes e a discussão das formas. Assim, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, a morfologia da paisagem. (Verdum, 2012, p.17).

Quando o autor fala das formas, “é referenciada por aspectos da paisagem que podem ser facilmente reconhecidos em campo, pelos registros fotográficos e pelo uso dos produtos do sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite)” (Verdum, 2012, p. 18). Dentre as diferentes formas, nossos olhos e atenções se voltam aos usos sociais nestas paisagens, indicados pelo autor como função:

[...] compreendida pelas atividades que, de certa maneira, foram ou estão sendo desenvolvidas e que estão materializadas nas formas criadas socialmente (espaço construído, atividades agrícolas, 19 atividades mineradoras...), e que também são reconhecidas em campo e pelos produtos do sensoriamento remoto, pelas diferenciações que apresentam em relação aos aspectos das unidades da paisagem, onde não ocorrem as diversas formas criadas socialmente. (Verdum, 2012, p.18-19).

O levantamento fotográfico foi realizado por meio de trabalho de campo, como etapa da pesquisa intitulada *DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE SOBRE OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local*<sup>2</sup>, ao longo dos anos 2017 e 2019.

Os mosaicos das paisagens alimentares foram produzidos a partir das fotografias associados a produção de mapas, identificando a circularidade dos alimentos no território da Serra dos Tapes/RS.

Para a elaboração dos mapas (incluindo os já anexados neste momento do trabalho), utilizaremos o software QGIS 3.16 para compor a caracterização geral do . A base hidrográfica utilizada foi a disponibilizada pela SEMA/FEPAM (2018) com escala de 1:25.000 - BCRS25. Para o processo de confecção da Base Cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul, escala 1:25.000 – BCRS25 – no que se refere à extração de feições e incorporação de atributos foram e serão utilizados os insumos de diversas fontes, dentre eles: a) Imagens de satélite RapidEye – MMA; b) Agência Nacional de Águas – ANA; c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, d) Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA; e) Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM; e, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Hasenack; Weber, 2010).

Para a confecção do diagnóstico sobre uso e cobertura da terra utilizamos o site do MapBiomas – coleção 7 (2022). Na produção de seus dados, o projeto MapBiomas, nas Coleções 1 a 7, foi obtido pelos sensores Landsat Thematic Mapper (TM), Enhanced Thematic Mapper Plus (ETM+), e o Operational Land Imager e Thermal Infrared Sensor (OLI-TIRS), a bordo do Landsat 5, Landsat 7 e Landsat 8, respectivamente. O Landsat coleções de imagens com resolução de pixel de 30 metros foram acessíveis via Google EarthEngine, produzido pela NASA e USGS. A saber, as imagens produzidas pelo MacBiomas são obtidas durante o ano de 2022, tendo seus resultados a partir da média entre os dados coletados.

A primeira etapa da trajetória metodológica trata da revisão bibliográfica para apresentar os sujeitos da pesquisa, a categoria social da agricultura familiar camponesa, e o seu território de produção, trabalho e de vida. Esse momento se faz

---

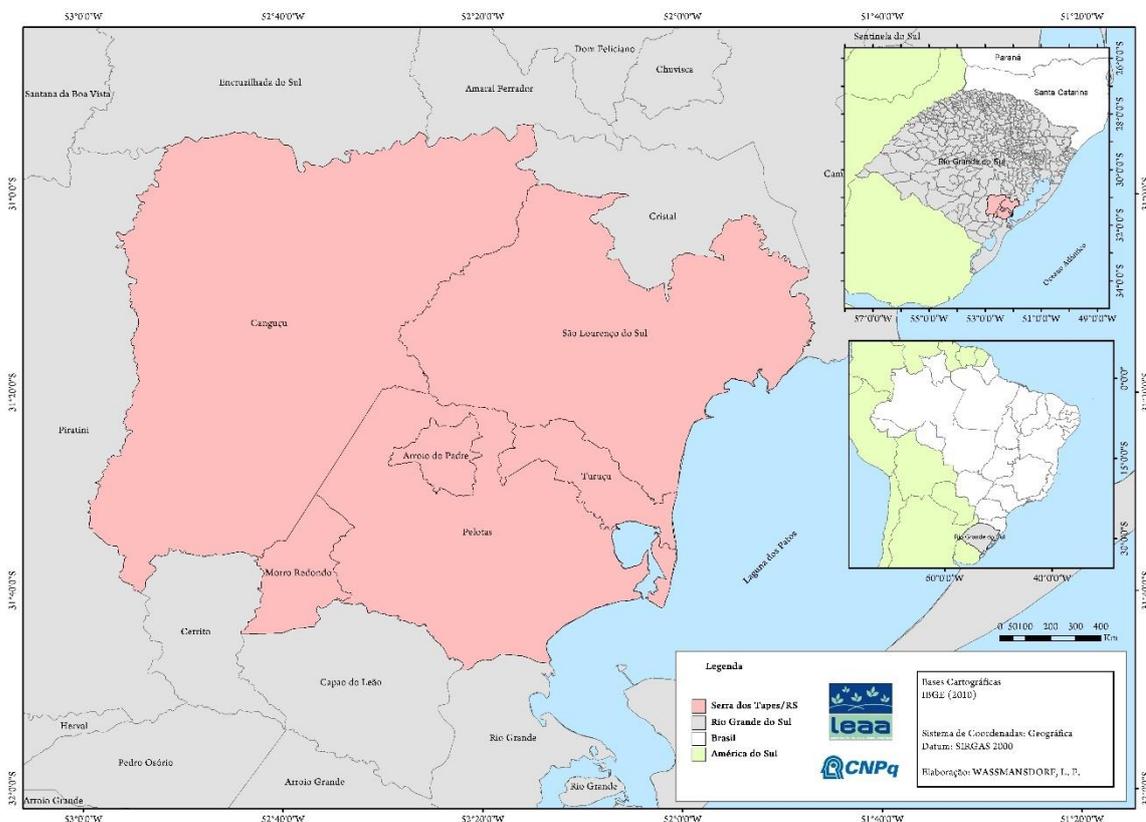
<sup>2</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais- LEAA, da UFPel, com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo n. **401605/2016-7-Chamada Universal 01/2016**.

importante já que é “o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto” (Ludwig, 2009, p. 51). Assim, parte-se para a apresentação do recorte territorial do estudo.

### 1.5. Contexto Empírico: o território da Serra dos Tapes/RS

Das singularidades deste estudo, as características fisiográficas do recorte empírico tem papel relevante para a formação da agricultura familiar camponesa nela estabelecida. O encontro entre Escudo Cristalino e a Planície Costeira na porção do que hoje encontram-se os municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, proporcionou um deslocamento serrano daqueles que não possuíam qualquer parte das terras baixas que eram usadas para produção do charque, conformando junto dos municípios Arroio do Padre, Canguçu e Morro Redondo a Serra dos Tapes/RS (figura 2).

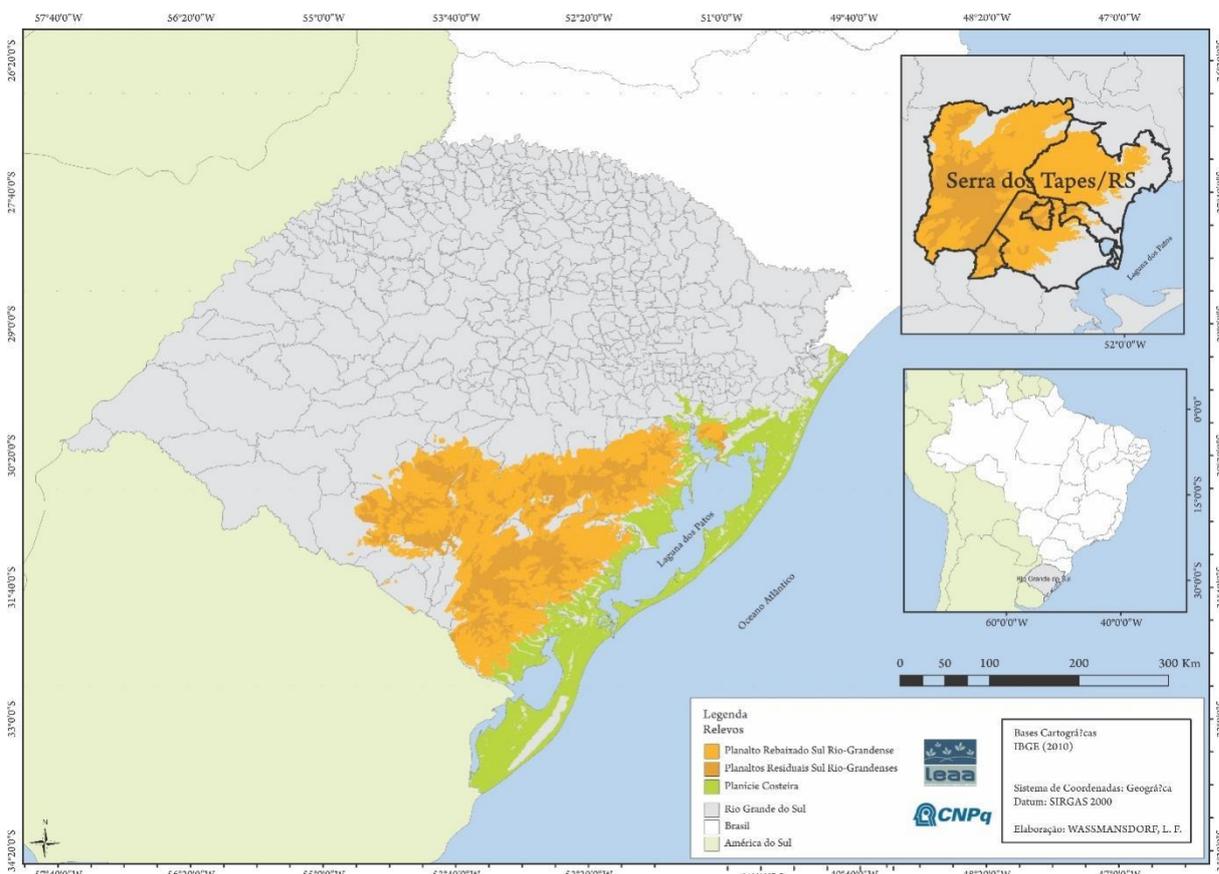
Figura 2 – Localização dos municípios na Serra dos Tapes/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

O estado do Rio Grande do Sul, partindo da proposta metodológica de classificação do relevo produzida por Ross (1985), possui cinco unidades de relevo, a saber: Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense, Depressão Periférica, Planalto Meridional, Cuesta de Haedo e Planícies ou Terras Baixas Costeiras (Verdum; Basso; Suertegaray, 2004). Ao que será demonstrado na figura 3, o Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense (Escudo Sul-rio-grandense) está distribuído majoritariamente entre as bacias hidrográficas do Rio Camaquã e do Mirim-São Gonçalo, uma pequena parte encontra-se bacia do Guaíba, e, ainda, como escreve Grandó (1989), é parte do sistema formado pela Serra do Sudeste.

Figura 3 – Distribuição do Escudo Cristalino Sul-rio-grandense no Estado do Rio Grande do Sul e na Serra dos Tapes/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

Salamoni *et al.* indicam que:

O Escudo Cristalino Sul-rio-grandense ou, simplesmente, Escudo Sul-rio-grandense foi formado no período geológico Pré-cambriano<sup>3</sup>, e corresponde

<sup>3</sup> Nota de rodapé original da citação: “O Pré-cambriano é o mais antigo dos dois éons da história geológica da Terra, englobando o período desde a formação do Planeta, há 4.500 milhões de anos, até

a um núcleo mais localizado após a formação da bacia do Paraná, particularmente depois do evento efusivo basáltico na Era Mesozoica, podendo ser classificado como núcleo catiônico Uruguaio- -Rio-grandense. O Escudo Sul-rio-grandense é parte do escudo brasileiro, sendo este uma ampla área de base cônica, cujo embasamento cristalino é posto à superfície pela desnudação. (Salamoni *et al.*, 2021, p.10)

Ainda em Salamoni *et al.* (2021), identificamos na Serra dos Tapes/RS a altimetria atinge no máximo 500 metros. “As feições são do tipo morro arredondado e os afloramentos do embasamento cristalino são esparsos”. O Escudo Sul-rio-grandense é, como afirmam os autores, “uma manifestação geotectônica da plataforma meridional da América do Sul, tratando-se especificamente do Cráton do Prata” (Salamoni *et al.*, 2021, p. 11). O Cráton do Prata possui grande extensão e estende-se do território argentino e uruguaio até o Rio Grande do Sul, continuando a partir do litoral de Santa Catarina, para o norte, limitando-se com o Cráton do São Francisco. No Oeste, delimita-se com o Cráton Paraguai Oriental e no centro-Norte com o Cráton do Amazonas (Vieira, 1984).

O relevo na Serra dos Tapes/RS apresenta duas formações de relevo bem distintas, a saber: a região de planície costeira e a de ondulações (forte, ondulado, escarpado, montanhoso, suave e aplainado, com a predominância de coxilhas e serras), como exposto a seguir na figura 4. Dentre os municípios que a conformam, Salamoni *et al.* (2021) identificam que:

O relevo no Escudo Sul-rio-grandense se caracteriza por colina de baixa altitude, vertentes suaves e grande concentração de materiais meteorizados que se deslocam para o fundo dos vales, impulsionados pelos mecanismos de remoção (lavagem pluvial, solifluxão e deslizamentos). Sua malha hidrográfica é representada por grande concentração de sangas e arroios que movimentam esse material ou parte dele em direção aos rios e, seguinte, às lagunas costeiras, como o Canal São Gonçalo (Salamoni *et al.*, 2021, p.12)

Os municípios Arroio do Padre, Canguçu e Morro redondo têm seus territórios estabelecidos no Escudo Sul-rio-grandense, sendo na porção centro-leste de Canguçu o pico altimétrico da serra. Quase como um véu de noiva, ele acompanha a declividade em sentido aos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

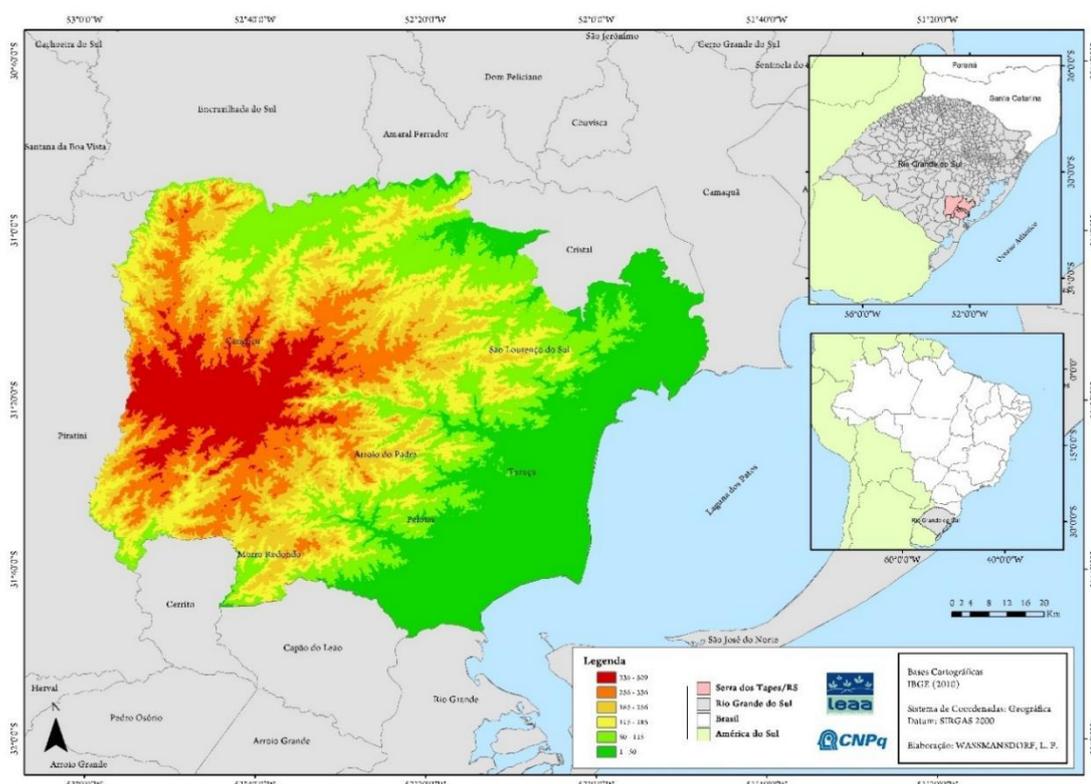
Do recurso hídrico no território da Serra dos Tapes/RS, todas as águas deslocam-se à leste, sentido a Laguna dos Patos e, posteriormente, no Oceano Atlântico. Por sua capacidade de transportes de detritos, contribui para a formação da

---

o aparecimento, há aproximadamente 550 milhões de anos, de abundantes fósseis de metazoários biomineralizados (conchas, carapaças etc.). O Pré-cambriano representa 85% do tempo geológico e é subdividido em duas eras, o Arqueano, mais antigo (4.500-2.500 milhões de anos), e o Proterozóico, mais recente (2.500-550 milhões de anos) (Schopf, 1995).

bacia sedimentar de Pelotas, devido à poderosa hidrodinâmica da área (Dutra, 2010). A saber, a bacia hidrográfica do arroio Camaquã (BHRC) que se localiza na região central do estado do Rio Grande do Sul, perpassa por 28 municípios (CGBHRC, 2019). Com uma área de drenagem de cerca de 21.600 km<sup>2</sup>, a BHRC tem como curso d'água principal o arroio Camaquã, cujas nascentes encontram-se à oeste, em Dom Pedrito e Lavras do Sul, e a foz encontra-se à leste, na Laguna dos Patos, entre Camaquã e São Lourenço do Sul (CGBHRC, 2019). Na Serra dos Tapes/RS, a BHRC tem a presença de afluentes nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul. A BHRC na Serra dos Tapes/RS possui uma área de 3875,57km<sup>2</sup>, no qual nela, são apresentadas altitudes que variam de 6 a 512 metros., sendo um recorte com declive equilibrado em sua distribuição.

Figura 4 – Mapa Hipsométrico da Serra dos Tapes/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

No levantamento de Salamoni *et al.* (2021), dos municípios que possuem parte de seu território na Planície Costeira, o clima é:

[...] subtropical úmido, com forte influência oceânica, justificando, assim, a umidade relativa do ar que é de 80%. E, consoante com os apontamentos de Salamoni (2000), sofre influência da posição litorânea do município, posição

essa que contribui para manter certa linearidade no clima [da região] de Pelotas, além de torná-lo mais úmido. Assim, não são identificadas mudanças abruptas nos indicadores térmicos, bem como não ocorrem temperaturas demasiadamente altas ou baixas. A maior umidade atmosférica proporcionada pela proximidade com o Oceano Atlântico repercute em elevados indicadores de umidade relativa do ar (80%), bem como na conformação amíde de nuvens, as quais velam o sol em aproximadamente metade dos dias do ano. (Salamoni *et al.*, 2021, p.13)

Grando (1989) faz importante apontamento quanto a insuficiência pluviométrica verificada em número significativo de dias no final da primavera e do verão e nos primeiros dias do outono. Importante consignar que no verão de 2023, a região sul do Rio Grande do Sul passa por uma severa estiagem, o que resultou na decretação de situação de emergência dos municípios da Serra dos Tapes/RS (Timm, 2023). Salamoni *et al.* (2021) complementam:

Ademais, a ocorrência de precipitações diárias majoradas pode ser observada durante todo o ano, de forma inconstante. No que tange às geadas, se mostram mais intensas entre junho e agosto e mais amenas no período entre setembro e outubro. De fevereiro a outubro pode-se verificar a ocorrência de índices de umidade relativa do ar ainda superiores ao da média anteriormente aludida. Finalmente, o mês mais quente costuma ser o de janeiro, enquanto o mais frio normalmente é o de junho. (Salamoni *et al.*, 2021, p.13)

Na porção do território que se distribui no Escudo Sul-rio-grandense, a Serra dos Tapes/RS está no perímetro de transição dos climas subtropical semiúmido (distanciamento da influência oceânica) e úmido, onde permanecem estações do ano bem definidas, com chuvas regulares e com fortes geadas no inverno (Salamoni *et al.*, 2021).

Da formação vegetal, na parte serrana “encontra-se uma vegetação de mata nativa, com presença de vegetação mais desenvolvida” e uma “cobertura vegetal [...] formada por pastagens nativas, culturas temporárias, culturas perenes (principalmente a cultura de pêssego) [...] e matas artificiais [casos do eucalipto, do pinus e da acácia]” (Salamoni *et al.*, 2021). Importante ressaltar que a área de formação campestre (formada por plantas herbáceas, o que inclui as gramíneas, e espécies arbustivas) perdeu, só na porção próxima a BHRC, 26,97% entre os anos de 1985 à 2021, opondo-se ao crescimento da área destinada a soja – 33,36%, como exposto na figura 5 (MAPBIOMAS, 2022).



Quanto a composição de solos no recorte, identificamos Argissolos (Vermelho-Amarelo Distróficos), Neossolos (Litolícos Eutróficos) e Planossolos (Haplícos Eutróficos). Argissolos são:

[...] solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou atividade alta desde que conjugada com saturação por bases baixa ou com caráter alumínico. O horizonte B textural (Bt) encontra-se imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial, exceto o hístico, sem apresentar, contudo, os requisitos estabelecidos para ser enquadrado nas classes dos Luvisolos, Planossolos, Plintossolos ou Gleissolos. (EMBRAPA, 2018, p.86-87).

Neossolos são:

[...] solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso que não apresenta alterações expressivas em relação ao Classificação do Solo Área % Planossolos 21,01 Neossolos 37,96 Argissolos 41,03 100,00 material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos, seja em razão de características inerentes ao próprio material de origem (como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica), seja em razão da influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos solos. (EMBRAPA, 2018, p.96).

Planossolos são:

[...] solos minerais imperfeitamente ou mal drenados, com horizonte superficial ou subsuperficial eluvial, de textura mais leve, que contrasta abruptamente com o horizonte B imediatamente subjacente, adensado, geralmente de acentuada concentração de argila, permeabilidade lenta ou muito lenta, constituindo, por vezes, um horizonte pã, responsável pela formação de lençol d'água sobreposto (suspensão) e de existência periódica durante o ano. (EMBRAPA, 2018, p.101)

Na porção da Planície Costeira predominam os solos originários da Formação Graxaim, os quais apresentam textura irregular, sendo compostos por areia, argila e cascalho. Estes solos apresentam-se com maior teor de nutrientes e melhor capacidade de retenção de água do que os anteriores (Rosa, 1985). Na porção nordeste do recorte há presença de “solos hidromórfico cinzento, planossolo e glei pouco húmico, sendo recentes (sedimentos quaternários) e resultados do processo geológico das rochas do planalto (em relevo plano) (Cunha, 2006).

## **2. OS SUJEITOS DA PESQUISA: agricultores e agricultoras familiares camponeses da Serra dos Tapes/RS**

O primeiro eixo de análise da proposta da dissertação é apresentar as análises produzidas em diferentes tempos históricos e por diferentes abordagens teóricas sobre os sujeitos que conformam o universo da agricultura familiar e sobre a valorização social e econômica desses sujeitos no contexto do rural. Esse arcabouço teórico é construído por autores de diversas vertentes analíticas, entretanto, nessa pesquisa será privilegiada a abordagem sobre a produção de alimentos que caracteriza a organização espacial das unidades familiares. Na sequência, é apresentado o marco legal e normativo da agricultura familiar que estabelece parâmetros para o acesso a políticas públicas, tanto de crédito quanto de mercados institucionais de alimentos.

Sendo assim, antes de apresentar essas duas dimensões da discussão, se faz importante reconhecer a produção bibliográfica que trata do conceito de campesinato, enquanto sujeitos históricos, no sentido de complementar a compreensão da agricultura familiar, a partir da trajetória das suas dinâmicas no âmbito do espaço agrário brasileiro e, especificamente, no recorte empírico da pesquisa em tela.

### **2.1. Conceito analítico e histórico**

Como outras singularidades do território brasileiro, o reconhecimento sobre quais sujeitos fazem parte do que se define como agricultura familiar ainda é impreciso em termos conceituais e abarca diversos “ancoradouros” teóricos e ideológicos (Neves, 2007).

Observa-se que para muitos (especialmente, consumidores de centros urbanos) não existe uma distinção cristalizada entre agricultura patronal<sup>4</sup> (agronegócio) e agricultura familiar<sup>5</sup>, reduzindo qualquer especificidade a distinção ao

---

<sup>4</sup> “Uma diferença marcante da produção rural de economia patronal é que ela assume o modo de produção capitalista, aonde os insumos, a mão-de-obra e a produção adquirem valores facilmente determinados pelo mercado. Em todo esse processo existe a lógica de alcançar um produto que tenha valor no mercado e que na sua troca realize lucro. Essa produção não compõe o *mix* que assegure a necessidade básica e/ou segurança alimentar, pois já existe uma integração maior entre esse segmento produtivo e o mercado, que favorece a disponibilidade contínua de produtos básicos” (Orsi, 2008, p.5).

<sup>5</sup> “A organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO - e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1996) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceto, às vezes, à terra) e são

tamanho de sua capacidade produtiva ou tamanho da área de produção/cultivo (grandes e/ou pequenos produtores) ou sobre o tipo de relações sociais de trabalho envolvidas no processo produtivo.

Para outras abordagens se entende como agricultura familiar aqueles sujeitos que estão vinculados ao mercado capitalista, logo, nessa concepção marxista é dada como certo o processo de proletarianização ou capitalização do camponês, transformando-o em agricultor familiar e negando a estes o protagonismo quanto principal fornecedor de alimentos do cotidiano alimentar da população brasileira (MAPA, 2018).

As imprecisões sobre a definição da agricultura familiar é um dos resultados da formação territorial, cultural e intelectual de nosso país. Wanderley (1996) identifica que é na virada para o séc. XXI que o termo assume “ares” de renovação e apresenta novos conteúdos para o conceito. A autora ainda revela que tais discussões levam a entender a “agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno” (Wanderley, 1996, p.2).

Como esclarece Sabourin (2009), a afirmação da existência de camponeses no Brasil vincula-se a produção de alimentos e a ocupação histórica e fundiária do território. Nesse sentido, o termo “camponês” é, além da afirmação da identidade de uma categoria social e sociológica, uma reivindicação política da luta desses sujeitos junto as Ligas Camponesas<sup>6</sup>. Portanto, os camponeses<sup>7</sup> possuem especificidades em seu modo de ser, existir e de se relacionar com a chamada sociedade englobante (Schneider; Niederle, 2008).

---

passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes” (Feitosa, 2011).

<sup>6</sup> As organizações sociais rurais contemporâneas, que lideraram lutas de resistência política desde meados do século XX, foram marcadas, desde seu início, pela ambigüidade. As duas mais importantes organizações rurais dos anos 50 e 60 (Ligas Camponesas e Sistema Contag) sofreram dessa sina. As duas mais importantes organizações rurais dos anos 50 e 60 (Ligas Camponesas e Sistema Contag) sofreram dessa sina. As Ligas Camponesas nasceram como Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), mas logo foram cunhadas pelos jornais locais com o nome das organizações rurais comunistas criadas nas décadas de 1940 e 1950 para qualificá-las ideologicamente (Ricci, 2009, p.326)

<sup>7</sup> Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa). (Fernandes et al., 2009, p. 10)

Dentre as especificidades do campesinato, Wanderley (1996) retoma a interpretação de Mendras (1976), sobre os cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber:

uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. (Mendras, 1976 apud Wanderley, 1996, p. 3).

Ainda partindo das contribuições de Henri Mendras (1976), nas suas observações sobre Chayanov<sup>8</sup> (1990), Sabourin (2009) escreve que:

A unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de subsistência e não um capital a rentabilizar, faz com que não seja possível analisar o sistema econômico camponês nos termos da economia industrial. [...] O camponês trabalha para se alimentar: qualquer teoria econômica camponesa nada mais é que o comentário desta forma lapidária [...] mas o camponês produz para um mercado globalizante [...]. Todavia, esta exigência é somente acessória para compreender a lógica que preside ao cálculo econômico do camponês. Quando falamos de camponês, é preciso compreender família camponesa [...]. Cada produto tem seu destino particular e nenhum pode substituir o outro: o capim alimenta os animais, o trigo, os homens [...]. (Mendras apud Sabourin, 2009, p. 30)

Das características levantadas por Mendras (1976), percebemos que elas se relacionam aos pressupostos de Chayanov (1924, 2014) em sua Teoria dos Sistemas Não Capitalistas (1924)<sup>9</sup>. Dentre essas relações, Chayanov é incisivo ao verificar que “o grau de autoexploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho” (Chayanov, 2014, p.106), reforçando a centralidade do grupo doméstico em sua constituição e autonomia: “a unidade familiar é extremamente auto-suficiente e sua organização interna orienta-se

---

<sup>8</sup>Alexander Chayanov (1888 – 1937), economista agrário russo, “publicou cerca de 60 textos, além de numerosos artigos de revistas”, como relembra Wanderley (2014, p. 141). Dessa produção, constitui o resultado teórico e prático do eixo central de sua teoria, na qual “consiste na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno, que a tornam diferente da unidade de produção capitalista” (Wanderley, 2014, p. 142).

<sup>9</sup> Esta perspectiva contrariou outras abordagens teóricas da época, não somente pela unidade de análise focalizada no grupo doméstico, mas por acreditar na permanência e reprodução desta forma de produção. A principal divergência foi com os marxistas, que buscavam delimitar as leis de uma ciência econômica geral. Estes consideravam a existência de somente duas classes sociais - aqueles que compram força de trabalho (burgueses) e aqueles que precisam vendê-lo para garantir sua reprodução (proletários). Como os camponeses não se enquadravam em nenhuma delas, tratava-se de um resquício a mercê do tempo para desaparecer. Deste ponto de vista, os camponeses não apresentavam motivações para estudá-los, em virtude de seu destino trágico e, também, por não contribuírem para a luta de classe, já que se tratava de uma categoria proprietária dos meios de produção. Contestando esta teoria, Chayanov explica a permanência dos camponeses através de seu funcionamento interno. (Grisa, 2007, p. 28-29)

em função da produção, consumo, sociabilidade, suporte moral e ajuda econômica mútua dos membros familiares” (Gerardi; Salamoni, 1994, p. 202). Esta autonomia que “é demográfica, social e econômica” (Wanderley, 1996, p.3).

Dentre as relações internas que conformam a identidade e, conseqüentemente, a autonomia dos grupos familiares, se faz fundamental a dos laços de parentesco. “O parentesco seria, então, uma relação de filiação socialmente reconhecida (o que inclui a relação de adoção). Duas pessoas são parentes quando uma descende da outra, ou quando ambas descendem de um antepassado comum” (Woortmann, 1995, p.69). Em seus estudos, Woortmann (1995) defende que o simbolismo do sangue, é um dado concreto na produção do parentesco (o consanguíneo), mas ele por si só não garante um grupo familiar sem relações de conflito.

A descendência é fundamental para que se entenda a reprodução camponesa; a *casa* ou o *Sítio* se perpetuam através de princípios de sucessão. Ambos possuem direito *in rem* e *in personam* sobre seus membros. O *Sítio* é uma *polity* porque seus membros se pensam como um grupo de parentes; o parentesco é aí uma linguagem porque é um valor. (Woortmann, 1995, p.92).

Essas relações parentais foram e permanecem sendo importantes em muitos grupos familiares que se estabeleceram em nosso recorte empírico. Em tempos de emigração, uma das estratégias de permanência e autonomia dos grupos familiares permeou aos contratos de aliança, o casamento. “O casamento é uma prática que assegura a sucessão [da terra, das técnicas, do sobrenome, da cultura, etc.]” (Woortmann, 1995, p.92). Fora a sucessão de alguém em comum, as relações de parentesco se estendem a diversas formas de cuidado entre parentes, dentre elas, a redistribuição da produção alimentos que promove a segurança alimentar e, conseqüentemente, um tipo de economização de gastos com a alimentação do grupo familiar (economia natural).

No sentido contrário dos estudos que entendem o campesinato como grupo social totalmente incorporado pelo modo de produção capitalista e que a agricultura familiar “tomou o seu lugar” como pequeno produtor capitalista, nosso entendimento se direciona para uma agricultura familiar camponesa que se diferencia do segmento empresarial patronal justamente pela manutenção de dinâmicas próprias dos grupos familiares – exemplificada no equilíbrio entre fadiga, trabalho e bem-estar-, relações de sociabilidade e parentesco, incluindo a circularidade dos alimentos e sua

capacidade de adaptação mesmo em tempos de adversidades econômicas e políticas e da expansão da modernização da agricultura.

Sobre a produção familiar e as relações entre trabalho, técnica e produção, Wanderley (2014) enfatiza a constatação entre a necessidade do trabalho aplicado orientado às necessidades de consumo e as repercussões desse processo na estrutura interna do grupo familiar:

De um modo geral, quando se fala da produção familiar na agricultura, está se falando de pequenas e tradicionais unidades de produção. Assim sendo, as análises teóricas que dizem respeito ao caráter familiar da produção agrícola e aos princípios de seu funcionamento têm sempre como referencial empírico as unidades de produção pequenas, tecnicamente atrasadas e cuja organização interna tem como eixo a satisfação das necessidades da família que produz. Produção familiar é, nesta perspectiva, sinônimo de campesinato tradicional. (Wanderley, 1988 apud Wanderley, 2014, p. 153-154).

Essa maleabilidade quanto as estratégias de permanência se devem ao que Ploeg nomeia como “condição camponesa”<sup>10</sup> (2009), a qual se caracteriza na relação co-produção com a natureza, nas dinâmicas quanto as recursos da terra, trabalho e capital, a cooperação e as relações de reciprocidade, e que serão melhor detalhadas nos subcapítulos subsequentes.

Para explicitar a formação da agricultura camponesa no Brasil, cabe uma breve menção às distintas formas de agricultura camponesa durante a formação histórica do território e, conseqüentemente, reconhecendo os sujeitos que estão no recorte empírico. Parte-se da premissa de que o início da formação territorial brasileira, nos moldes da colonização, iniciaram na região nordeste, “assim, a agricultura familiar camponesa [...] tem três origens sociais e técnicas: a agricultura indígena, trabalhadores da agricultura colonial e os trabalhadores ou pequenos colonos livres” (Sabourin, 2009, p. 33).

Em síntese, desde os povos indígenas, distribuídos às margens dos rios perenes ou intermitentes, que praticavam a agricultura itinerante de roça e queima, e, como materializa Cascudo (1967), do uso/cultivo de tubérculos, cereais, leguminosas e temperos; até as grandes áreas de produção de alimentos destinadas ao

---

<sup>10</sup> Um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” [...]; ele ou ela é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais. (Ploeg, 2009, p.22-23)

abastecimento da metrópole, se constituiu e reproduziu o campesinato nas formas sociais de meeiros, moradores sujeitados, escravos libertos ou fugidos, ditos quilombolas. E, a partir dos processos migratórios do séc. XVIII – das Minas Gerais à expansão da ocupação das regiões sul e sudeste – foram surgindo meeiros, quilombolas, posseiros, sitiantes, vaqueiros, ocuparam as tais terras ditas livres ou cedidas.

A chegada de imigrantes açorianos no séc. XVIII marca a presença dos primeiros lavradores e pastores camponeses no Rio Grande do Sul e na Serra dos Tapes/RS, na ocupação das terras devolutas e/ou terras cedidas pelos estancieiros. Assim, estes sujeitos lavradores (e alguns poucos criadores) se constituem historicamente como agricultores familiares camponeses, como defende Osório (2016):

Estamos frente, portanto, a um produtor rural que é simultaneamente um agricultor e um pastor, que alimentava seu grupo familiar com sua produção de trigo, milho, feijão, ou farinha de mandioca, carne e leite de seu pequeno rebanho e que possivelmente comercializasse algum excedente alimentar, alguma vaca ou alguns couros. Podemos definir este produtor como camponês, no sentido de que contava fundamentalmente com a força de trabalho de seu grupo familiar para sua manutenção e reprodução. (Osório, 2016, p. 23)

Assim, na formação do território da Serra dos Tapes/RS ocorreu a presença das três origens sociais e técnicas indicadas por Sabourin (2009), distribuídos no contexto da produção do charque, somadas aos sujeitos que se estabeleceram no território a partir do processo de imigração de europeus não ibéricos do séc. XIX.

A principal justificativa para o processo migratório está, como afirma Zarth (2006), na proposição de uma política pública destinada ao problema de abastecimento de alimentos das cidades da província do Rio Grande do Sul, ao longo do séc. XIX.

Salamoni (2000) defende que:

Os núcleos coloniais formados no sul do Brasil preenchem os requisitos exigidos para tal função, principalmente porque sua localização geográfica, fora dos limites das fazendas cafeicultoras, não representava nenhuma ameaça à hegemonia do latifúndio. Pelo contrário, a existência de núcleos bem-sucedidos de pequenos proprietários agrícolas, produzindo em termos de subsistência, atuou também como 'chamariz' para atrair novas levas de imigrantes que, posteriormente, seriam desviados para as fazendas de café, engrossando ainda mais o contingente de mão-de-obra assalariada nestas áreas. (Salamoni, 2000, p. 24)

Das singularidades do nosso recorte espacial, “as terras de matas foram consideradas o ‘berço’ das colônias na Serra dos Tapes e, não importando qual tenha sido o agente colonizador, nem a natureza étnica do povoamento nessas áreas, a implantação e consolidação da propriedade familiar foi marcada por dificuldades de toda ordem” (Salamoni; Waskiewicz, 2013). Dentre os sujeitos que construíram este território forjado pela agricultura familiar, fora portugueses e povos originários, estão os “grupos sociais formados por descendentes de escravos [escravizados], camponeses nacionais ou caboclos<sup>11</sup> e imigrantes europeus não portugueses, estes últimos designados como colonos<sup>12</sup>” (Salamoni *et al.*, 2021, p.34).

Importante reconhecer que a formação do nosso recorte empírico se deve “ao modelo econômico predominante na região [que] baseava-se nas estâncias e charqueadas que compunham o conjunto da atividade saladeiril, [...] concentrada nos municípios de Pelotas e Rio Grande” (Salamoni *et al.*, 2021, p.44). Dentre os resultados do período das charqueadas, está a composição do campesinato negro. “As fugas dos escravos para locais mais distantes e íngremes foi uma estratégia desses grupos que acabou se tornando frequente, levando à formação de quilombos em diversos locais da Serra dos Tapes” (Salamoni *et al.*, 2021, p.34). Consequência disto, atualmente existem 28 comunidades quilombolas distribuídas no território.

Doutros sujeitos que caracterizam o recorte da pesquisa, a migração dos colonos explicitou o interesse do governo imperial em incentivar a entrada de imigrantes de outros países que considerassem oportuno se estabelecerem, principalmente no embranquecimento da população como da absorção da produção alimentar e da mão-de-obra especializada, esta fomentada pela promessa da posse da terra (Bergamaschi, 2007). A Serra dos Tapes/RS foi dividida em pequenas propriedades, o que contribuiu para o parcelamento da terra (desconcentração fundiária), para a diversificação produtiva e, não menos importante, para a formação da diversidade étnico-cultural da agricultura familiar camponesa (Salamoni *et al.*, 2021).

---

<sup>11</sup> O termo caboclo, na literatura antropológica e sociológica, está relacionado à mestiçagem entre brancos e índios (Seyferth, 1991)

<sup>12</sup> “Para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (Seyferth, 1992, p. 80). Para a mesma autora (1992, p. 80), “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar”. Particularmente na Serra dos Tapes, os colonos-imigrantes alemães, pomeranos, italianos e franceses (Salamoni *et al.*, 2021, p.34)

Partindo do reconhecimento da existência do *ethos* camponês na categoria da agricultura familiar brasileira e, conseqüentemente, no recorte empírico da pesquisa, instrumentalizamo-nos ao debate do conceito analítico, que em si, assegurados da importância dos processos de rupturas e continuidades internos dos grupos familiares, resulta em diferentes análises.

Wanderley (1996, p.2) indica que:

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (Wanderley, 1996, p.2).

Logo, para Ploeg (2009) a tal diferenciação entre o campesinato e a agricultura familiar se dá no momento em que há “diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola” (Ploeg, 2009, p. 20).

Ao revisitar o arcabouço teórico-metodológico dos estudos que se debruçam sobre a agricultura familiar, observa-se que a adaptabilidade à modernidade reverbera em sua autonomia. Cabe ressaltar que, com advento do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Organização das Nações Unidas - ONU, através da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), direciona as estratégias políticas e científicas ao combate da fome nos países destruídos pela guerra. Sabourin (2009) entende que, das conseqüências do pós-guerra, “a elevação dos preços agrícolas provocou novos conflitos de acesso à terra, em um contexto de violência e repressão” (Sabourin, 2009, p. p.38).

Nesse sentido, o meio técnico-científico-informacional que se constitui como padrão de modernidade também passa a reger as relações de produção, circulação e consumo, iniciado nos anos de 1960 com a chamada Revolução Verde na agricultura mundial – assim, emerge a categoria agricultura familiar como “superação” do campesinato tradicional. Os principais reflexos desse processo são sentidos no meio produtivo, com a adesão da modernidade agrícola na produção de alimentos e commodities, reforçando a expansão das monoculturas em grandes propriedades e, conseqüentemente, aumentando o êxodo rural e o crescimento da população urbana. Essa dinâmica é mais evidenciada nos países ditos em desenvolvimento, com a economia movida pela exportação de produtos primários, caso do Brasil.

Assim, como estratégia de permanência, o grupo familiar direciona a sua produção para além do autoconsumo (autoabastecimento), aderindo a mercantilização da produção, junto aos mercados capitalistas, reforçando a capacidade de adaptação em diferentes contextos sociais, sem que haja danos *ethos* camponês em sua versão tradicional<sup>13</sup>.

Sacco dos Anjos (2003), aponta, dentre principais características da agricultura familiar, estão:

[...] a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva. (Sacco dos Anjos, 2003, p. 43)

Em suma, ressalta-se a centralidade da autonomia do grupo familiar na agricultura familiar camponesa, o que a diferencia do segmento empresarial/patronal. E, ainda, cabe destacar as três principais dimensões presentes na organização dos grupos familiares, a saber: o trabalho, a produção e as práticas culturais. Sobre o trabalho, menciona-se as dinâmicas do trabalho familiar e suas características: da autoexploração, da divisão do trabalho e da pluriatividade. Da produção, a organização a partir da diversidade produtiva e dos diferentes objetivos da produção, como é o caso da produção para autoconsumo e para o mercado. Das práticas culturais, as singularidades da sociabilidade que envolvem desde a permanência da reciprocidade e cooperação, até as relações de parentesco e vizinhança, entre outras.

### 2.1.1 O trabalho familiar

Aprofundando o olhar sobre as dinâmicas que trazem a autonomia da agricultura familiar camponesa, a dimensão do trabalho familiar é resultado da autoexploração familiar direcionada a produção, sendo ela para autoconsumo e para comercialização.

---

<sup>13</sup> Neste sentido, vale consignar “[...] que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio.” (Wanderley, 2009, p. 40-41)

Com o triunfo da industrialização na Europa Ocidental no séc. XIX, a dinâmica do uso da força de trabalho foi bruscamente alterada. Chayanov (2014) retoma que a teoria moderna da economia nacional, direcionado por princípios que refletem nas distintas categorias renda, capital, preço, etc., “foram elaboradas no âmbito de uma economia baseada no trabalho assalariado e visando a maximização dos lucros”. (CHAYANOV, 2014, p. 99). O não assalariamento é, sem dúvida, palavra-chave para o entendimento sobre a principal dinâmica do campesinato e de muitas espacialidades que reverberaram na formação territorial brasileira. Chayanov defende que:

[...] não devemos de modo algum estender tal tese a todos os fenômenos da nossa vida econômica. Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão econômica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um setor muito vasto da vida econômica (mais precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a de exploração familiar sem assalariados (Chayanov, 2014, p. 100)

Como afirma Ploeg (2009), a principal diferença da forma de produção mercantil camponesa para a empresarial patronal está na “produção capitalista de mercadorias, [onde a objetivo da produção] representa uma mercantilização completa: a força de trabalho e os demais recursos entram no processo como mercadorias e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria [caso do assalariamento].” (Ploeg, 2009, p.21). Essa “lógica” camponesa é antagônica a vida econômica predominante na sociedade capitalista. Como diferencia Chayanov (2014), das fórmulas aplicadas para se calcular a lucratividade de um empreendimento (rendimento bruto, custo de materiais, salários, movimentação do capital, juros, etc.) e da estipulação dos valores das mercadorias,

em economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada – a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade econômica, o produto qualitativamente correspondente em *gêneros*. (Chayanov, 2014, p.103-104)

Ainda para o autor, “o produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar” (Chayanov, 2014, p.105). O equilíbrio entre trabalho e bem-estar é o objetivo do grupo familiar, tendo como fundamental impulsionador a relação “mãos para o trabalho *versus* bocas para alimentar” (o nível da composição de membros da família enquanto tração para produção).

No Brasil, durante a trajetória do campesinato, o número de membros que constituíam o grupo familiar atingia quase uma dezena, quando não mais. É na virada para o séc. XXI, acompanhando o processo do êxodo rural e urbanização, que o quantitativo de membros por família tem sua redução constatada: no meio rural se atingiu a média de 4,4 membros em 1991, para uma média de 4 membros em 2000 (IBGE, 1991; 2000). Wanderley (2014) ilustra que, com suas singularidades, o grupo familiar:

começa com um casal, que em geral, trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada uma para construir uma nova família/empresa. (Wanderley, 2014, p. 144)

Quanto a divisão do trabalho familiar, Grisa (2007) afirma que “a produção para o autoconsumo é tarefa geralmente de responsabilidades das mulheres” (Grisa, 2007, p.94-95). Grisa consigna, a partir da contribuição de Zanetti e Menasche (2007) que “[...] são as mulheres, eventualmente com a participação de filhas e filhos mais jovens, as responsáveis pelos serviços domésticos, pela horta, pequenos cultivos e criações voltadas ao autoconsumo e pelo preparo das refeições.” (Menasche; Zanetti, 2007, p. 05). Para o homem progenitor do grupo familiar fica o trabalho da roça, não excluindo a possibilidade da ajuda mútua entre membros do grupo em diversas tarefas. Importante reconhecer que a ajuda mútua, a troca, a redistribuição a partir do laço parental (parentesco) também são dinâmicas que sustentam os projetos de cada grupo familiar e dos comunitários. A priori, há uma distribuição de deveres entre as diferentes unidades familiares de um mesmo grupo familiar, isso inclui mão de obra, a aptidão e transmissão da técnica, e a preservação/manutenção das tecnologias disponíveis para todos: por exemplo, uns tem trator, alguém com óleo, outros a sabedoria cósmica de quando é o melhor momento nas diferentes etapas da produção.

Relacionando a dinâmica demográfica das famílias com a divisão do trabalho no que tange a agricultura moderna, Wanderley (2014) provoca sobre a redefinição da composição das famílias a partir das “transformações tecnológicas e das mudanças comportamentais nas sociedades modernas [...]”. Não só as famílias são atualmente mais reduzidas como é menor a necessidade de envolver todos os seus membros no processo de trabalho [...]” (Wanderley, 2014, p. 157).

Grisa (2007) elenca que nos trabalhos de Woortmann e Woortmann (1997), “conforme os filhos crescem, assumem responsabilidades na produção agrícola e animal [...], passando a dividir as principais tarefas com os pais e, por conseguinte, aumentando o número de trabalhadores em relação ao de consumidores” (Woortmann; Woortmann, 1997 apud Grisa, 2007, p. 35).

Das reverberações agregadas ao processo do êxodo rural (entre as décadas de 1950 – 1990), constata-se que a migração rural-urbano ocorreu também, pelo acesso aos bens da modernização (bens de consumo, serviços, tecnologias) e do acesso à saúde e escolarização.

Nesse sentido, observa-se que, em grande parte, dentro dos grupos familiares houve um aumento significativo de jovens (não é algo exclusividade), que, também pela necessidade de apropriação de novas tecnologias buscam fora da rural qualificação educacional e técnica, desde o ensino regular aos cursos técnicos e/ou de graduações relacionadas ao mundo rural (normalmente direcionado pelo tipo de cultura agrícola a ser desenvolvida na propriedade). Essa nova dinâmica na trajetória dos jovens que compõem os grupos familiares é mais um importante processo de adaptabilidade na busca da autonomia e reconfigura a própria divisão do trabalho na propriedade.

Ainda sobre a relação economia e trabalho, Wanderley (2014) destaca que “na unidade familiar de produção [...] o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do que é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. Ao se refletir sobre a manutenção do grupo familiar, é necessário vincular a renda e bens materiais como resultado do trabalho realizado. Ploeg (2009) sustenta que “os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho” (Ploeg, 2009, p.26).

De fato, as relações entre trabalho e consumo, nas suas diferentes temporalidades, é uma dimensão importante do grupo familiar: a quantidade de trabalho a ser empregado equivale a aquisição de determinado bem material ou ao atendimento de necessidades do grupo familiar, desde as socialmente determinadas (bens duráveis e não duráveis) quanto aquelas relacionadas a educação, saúde e lazer. Em tempo, devemos dar reconhecimento da constatação de Tepicht (1973), consignada por Wanderley (1996), no que tange ao:

tempo de não trabalho, isto é, o tempo em que o desenvolvimento cultural - vegetal ou animal - segue seu curso natural, biológico, prescindindo do trabalho humano. Trata-se, portanto, de estabelecer os ajustes necessários entre a força de trabalho disponível e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo do ano. Deve-se observar, porém, que, nestes casos, a pluriatividade e a contratação de trabalhadores alugados no estabelecimento familiar estão inscritas na própria forma de produzir do camponês, enquanto uma possibilidade, mas sua concretização dependerá, fundamentalmente, do contexto mais geral que engloba o campesinato. (Tepicht, 1973 apud Wanderley, 1996, p. 4).

### 2.1.2 As práticas culturais

As práticas culturais podem ser sintetizadas como um conjunto de ações que refletem valores, saberes e fazeres de determinadas culturas. Ou seja, ela é (re)construída através do convívio social. É um processo apreendido pelo indivíduo no decorrer de sua vida. Como apresenta Claval (2007), “a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte” (Claval, 2007, p.63). Ela pode ser transmitida por várias gerações, através de costumes, gostos, valores e da cultura oral e corporal. Quando olhadas para a agricultura familiar camponesa, na premissa do *ethos* camponês – condição camponesa, constata-se o quão as relações de reciprocidade, trocas, cooperação, sejam de técnicas, alimentos, sementes, maquinário, terra, espaço, recursos naturais e/ou conhecimentos, são bases para a autonomia dos grupos familiares (relações internas) e, conseqüentemente, para as comunidades (relações externas).

Para Wanderley (1996), “para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro” (Wanderley, 1996, p.4). Como visto nos subcapítulos anteriores, a dinâmica familiar está atrelada aos anseios do grupo familiar. A tomada de decisões quanto ao planejamento do ano/safras se constrói no equilíbrio entre dinâmica demográfica familiar, trabalho e produção envoltas das relações de reciprocidade do grupo familiar, da possibilidade de ajuda mútua, das relações e laços de afeto, dados pelo parentesco e vizinhança. Polanyi (1944; 2000), em seus estudos sobre os sistemas econômicos até o fim do séc. XX, afirma que:

De forma mais ampla, essa proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou

redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, *inter alia*, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico. (Polanyi, 2000, p.75).

Desses padrões (simetria, centralidade e autarquia) observados pelo autor, ele as distribui em três formas de integração social (interiores e exteriores): reciprocidade; redistribuição; e, intercâmbio ou troca. Nesse sentido, entende-se que as práticas culturais, que conformam a lógica camponesa, são resultado dessa condição intrínseca aos grupos familiares:

Na verdade, na economia da reciprocidade, há de fato uma produção material gerada pela economia doméstica e pelas formas de reciprocidade produtiva (ajuda mútua, manejo compartilhado de recursos, de saberes, etc.). Mas estas prestações e relações econômicas dependem de estruturas de reciprocidade mais ou menos instituídas que, quando são equilibradas ou simétricas, dão origem à produção de valores materiais de uso ou de serviços, bem como a valores humanos afetivos ou éticos. (Sabourin, 2009, p.57)

Como exposto, as relações externas dos grupos familiares também estão no bojo das relações de reciprocidade das comunidades camponesas, casos de parentesco e ou das relações produzidas em uma determinada localidade (Sabourin, 2009). O senso de coletivismo, de comunidade, é um traço importante na lógica camponesa, assim, Sabourin (2009) reconhece que “a comunidade camponesa existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que as constituem” (Sabourin, 2009, p. 51).

Logo, os grupos familiares se reconhecem e se relacionam uns com os outros – solidariedade interfamiliar, sejam nas trocas de sementes, mão de obra e/ou maquinários, como nos espaços da prática religiosa, nos apadrinhamentos, na formação de casais, de receitas, na redistribuição de terras, de recursos diversos ou até na manutenção/reprodução de valores étnicos e éticos.

Para Woortmann (2009), “o saber camponês revela um conhecimento complexo relativo à sua prática agrícola. [...] expressão sofisticada da relação entre o homem e a natureza, que expressa não apenas dimensões técnicas, mas também princípios morais” (Woortmann, 2009, p. 119). Neste trabalho, a autora apresenta a

configuração da relação de reciprocidade naquilo que entende como a tríade “Deus, Homem e Terra”, sendo que:

O trabalho do homem é o de preparar a terra e, quando necessário, alimentá-la, fortificá-la com a “vitamina” do adubo. Por sua vez, o trabalho da terra é o de receber a semente, fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a com sua “vitamina”. A terra agradecida retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela “recebe a vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre e agradece, dando muito alimento” e trazendo “fatura”. Mas, se a terra trabalha, tal como o homem, ela fica “cansada”, e é preciso respeitar seu tempo de “descanso” (pousio), para que possa renovar suas forças. Em contrapartida, o trabalho de Deus é fazer cair a chuva (num ciclo anual relacionado a determinados santos). Mas isto depende da conduta dos homens que, com frequência, afrontam a vontade divina. Em vez da chuva, vem então a seca. Como se costuma dizer naquela região, “a seca é o castigo de Deus pela maldade dos homens”, o que exige a penitência. (Woortmann, 2009, p.119-120)

Importante destacar o papel da religiosidade, representada pela mediação intracomunidade. Como explorado por Sabourin (2009) e Woortmann (2009), o pertencimento dos grupos familiares a uma ética, moral e/ou causa é um importante item da autonomia e reprodução desses sujeitos. “Assim, a lógica da reciprocidade, marca não somente uma parte importante da produção e sua transmissão, como também o manejo de recursos e dos fatores de produção” (Sabourin, 2009, p.54).

### **2.1.3 A organização da produção**

Como esse trabalho converge para o reconhecimento da importância da agricultura familiar camponesa no que tange a produção de alimentos que chegam à mesa da população brasileira, cabe apresentar como a produção e distribuição se configura como estratégia de permanência dos grupos familiares. Assim, a produção para o autoconsumo e a capacidade de diversificação produtiva na agricultura familiar, em quantidade e qualidade adequadas, são importantes para garantir a segurança alimentar<sup>14</sup>, tanto das famílias rurais quanto dos consumidores urbanos.

A importância da alimentação para a agricultura familiar camponesa está disposta em sua diversidade produtiva que atende as necessidades do grupo familiar:

---

<sup>14</sup> O conceito de Segurança Alimentar foi alterado a partir da Conferência Internacional de Nutrição (ROMA, 1992) organizada pela FAO e OMS (Organização Mundial da Saúde), quando foi incorporado ao termo o conceito de alimento seguro (não contaminado biologicamente ou quimicamente) e com qualidade nutricional, sanitária e tecnológica, produzido de forma sustentável e respeitando a cultura local, ampliando o conceito de Segurança Alimentar (SA), para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (Mizzuno et al., 2021, p.93)

em cada propriedade se observa um horta voltada para as folhas a serem usadas como salada ou mistura na sopa; ao redor da casa um pomar com cítricas, algumas bananeiras e pelo menos um mamoeiro, tomates, pepinos, cebolas e alho; há aqueles que tem abacateiro e/ou romãzeira; uma dezena de galinhas com um galo pra obtenção dos ovos – as mais gordinhas/maduras/desobedientes vão “à mesa”; algumas vacas e seus terneiros – garantem o leite, o queijo, a manteiga e a ambrosia; tem os que tem um chiqueiro com pelo menos uma leitoa e uns leitõezinhos pra se carnear e conseguir a banha; tem ovelhas pra uso da lã e carnear; uns tem patos e marrecos que se encontram próximos dos peixes; em pedacinhos espaçados de terra tem mandioca, amendoim, batatas, abóboras; milho crioulo e feijão; das ervas para saúde e/ou tempero encontramos o boldo, camomila, hortelã, cidreira, cavalinho, alecrim, manjerição, cebolinha, salsinha e pimentas; flores: das que se usam para alimentar pessoas e os bichos; não esqueçamos que parte dessa diversidade produtiva também vai para o trato dos animais.

Como afirmam Woortmann e Woortmann (2005), “a colheita de um ano representa a segurança alimentar da família e a obtenção de sementes, a garantia do ano seguinte” (Woortmann; Woortmann, 2005, p.13). A autonomia gerada pela produção para autoconsumo é fundamental na permanência e reprodução, e, por certo, desenvolvimento de cada grupo familiar camponês: um ano que, por razões climáticas, biológicas, e/ou pedológicas, resulte em diminuição da produção para o autoconsumo, conseqüentemente o grupo familiar será exposto a insegurança alimentar caso não consiga outras fontes de acesso a alimentos. No mesmo sentido dessa concepção, Grisa (2007) afirma que,

A autonomia também advém do fato do autoconsumo ser uma estratégia de diversificação dos modos de vida, contribuindo, então, para ampliar o leque de estratégias sobre ao qual está assentada a reprodução social. Ao manter esta produção concomitante ao exercício de outras atividades agrícolas e não-agrícolas, as unidades familiares minimizam os efeitos da sazonalidade de rendas e das instabilidades climáticas e financeiras, fatores responsáveis por constituir ambientes de riscos e incertezas e, deste modo contextos de vulnerabilidade para os agricultores. (Grisa, 2007, p.19)

A diversidade de gêneros na alimentação dos grupos familiares também é complementada, quando não majoritariamente, através de compras nos mercados, principalmente de alimentos processados, caso das farinhas, óleos, massas e arroz – todo e qualquer alimento que a propriedade não consiga prover.

Quando ampliamos o olhar sobre a diversificação da produção de autoconsumo para a escala da comunidade, se percebe que dentre os grupos familiares existem alimentos culturalmente compartilhados: conservas, compotas, linguiças, pães, bolos, cucas e bebidas. Também há as especialidades que cada grupo familiar fica encarregada quando ocorrem de eventos/festas da comunidade (festa de santos, casamentos, batizados, bingos, esportes, trocas de sementes e/ou feriados religiosos). Da produção para autoconsumo, quando há dificuldades, ora por conta de fatores ambientais e/ou financeiro, existe um senso de redistribuição de alimentos entre grupos familiares ligados por laços afetivos, de parentesco ou não (não necessariamente pertencentes a mesma comunidade).

Cabe aqui mencionar a circularidade de alimentos entre o rural e o urbano que não passam, necessariamente, por relações monetárias ou de mercado. Nesses casos, os alimentos são destinados para atender as demandas de pessoas do grupo familiar que vivem nas cidades, de forma temporária (como é o caso dos filhos que estão estudando) ou permanente (como aqueles/as que trabalham nos centros urbanos, ou aposentados que optaram por morar na cidade pelas facilidades de acessos aos cuidados com a saúde).

Dentre os grupos familiares que possuem uma relação produtiva voltada ao mercado, identifica-se que permanece a lógica da produção de autoconsumo. Quando a principal atividade produtiva possui um caráter comercial, como é caso do tabaco, soja e milho, muitas vezes, a produção para o autoconsumo assume uma certa “invisibilidade” no contexto produtivo, sob o argumento de que ela não gera renda monetária. Entretanto, a produção para o autoconsumo propicia a economia da renda, ao não mobilizar esses recursos na compra de alimentos fora das propriedades rurais.

Mesmo quando a produção é majoritariamente voltada para o mercado, constata-se que a diversidade produtiva permanece. Como indica Norder (2009), “a pecuária leiteira tem grande relevância para a geração do emprego e renda na agricultura familiar”. Por si só, das singularidades da produção na pecuária leiteira, “com o tipo de animal criado, a forma de alimentação do rebanho, a quantidade de animais por unidade de área, o montante de investimentos em equipamentos, [...] há, por isso, uma significativa diversidade de sistemas de produção leiteira” (Norder, 2009, p. 71). A produção de galinhas pode ser para abate ou para o abastecimento de ovos nas granjas. Quanto a hortifruticultura, além de toda técnica produtiva aplicada (desenvolvimento de diversas combinações entre adubação química e

orgânica; diferentes sistemas de produção de hortaliças e fruticultura; rotação de plantio;) corroborando que existe uma diversidade de alimentos cultivados: morango, tomate, pepino, mandioca, cebola, abóboras, melancia, melão, batata, cenoura, repolho, etc.

Tanto a produção animal quanto os cultivos agrícolas são destinados a diferentes tipos de mercado: dos canais curtos aos canais longos de comercialização. O modelo vigente, de caráter produtivista e tecnicista, resulta nos grandes deslocamentos de produtos alimentícios, definidos como “canais longos” de comercialização. Esse modelo se vincula ao meio técnico-científico-informacional moderno, “reafirmando os territórios especialistas, favorecendo o agronegócio, com o objetivo de garantir o lucro, através de isenções, mão de obra assalariada barata, onde sua maior característica consiste na homogeneidade/imediatismo/dependência” (Darolt,2013, p.140).

Polanyi (2000, p. 18) defende a “tese é que a ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade”. Essa ideia, que advoga a importância da manutenção de outros elos na configuração dos mercados, para além das relações eminentemente capitalistas, são fundamentais para a manutenção e reprodução social e econômica da agricultura familiar camponesa.

Por outro lado, há outro tipo de mercado denominado de “canais curtos” de comercialização, que promovem a agricultura familiar, a economia local, bem como, os produtos locais oriundos do mesmo território. Limons (2018) defende que:

Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo assim a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Este canal de comercialização fornece uma relação maior entre sociedade e natureza, também incorporam esferas sociais caracterizados pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional. (Limons, 2018, p. 34).

Ainda não há uma definição consensual sobre o termo dos canais curtos de comercialização, sendo eles também entendidos como circuitos de proximidade (Aubri; Chiffolleau, 2009), ou até mesmo circuitos locais (Marechal, 2008), salientando a ideia de canais que busquem a proximidade geográfica (encurtamento de distâncias/locomoção) entre rural e urbano, consumidor e produtor. Cabe ressaltar, que se adota neste trabalho o conceito de canais curtos, de acordo com Pranke (2016)

e Godoy et al. (2005), no qual a ideia geral dessa denominação é a de comercialização que busca a diminuição de atravessadores, garantindo a autonomia do agricultor familiar e, ao mesmo tempo, a construção do olhar crítico dos consumidores ao processo percorrido pelos alimentos até a mesa, conforme ressaltam Scarabelot e Schneider (2012). Além disso, os consumidores e agricultores obtêm vantagens com os custos de transporte, qualidade dos produtos e identificação com hábitos de consumo saudáveis e locais.

## **2.2 Do conceito normativo: a “institucionalização” dos sujeitos históricos**

O protagonismo da agricultura familiar camponesa como principal fornecedor de alimentos que vão à mesa dos brasileiros é realidade desde o séc. XIX, materializado a partir da política pública de migração europeia não ibérica, que tinha como enfoque o povoamento de áreas de vazio demográfico (regiões sul e centro-oeste) e para a produção de alimentos que abasteceriam a população em geral – até então, era comum a necessidade de importação de alimentos aos núcleos urbanos (Zarth, 2006).

Diante desse contexto, a agricultura familiar camponesa teve que se adaptar aos processos da formação territorial do país: das problemáticas do acesso à terra, da coerção feita pela agricultura empresarial patronal, segregação de suas identidades culturais, da clandestinidade enquanto sujeitos políticos, da falta de incentivos/políticas do Estado quanto sua manutenção e reprodução social, cultural e territorial; do processo de êxodo rural; do endividamento das famílias; das alterações na produção causadas pela modernização agrícola, entre outras.

As trajetórias das agriculturas familiares camponesas foram construídas em um cenário de violência, esperança e de muita luta para permanecer no campo produzindo alimentos. No último terço do séc. XX é reforçado o processo de êxodo rural. Ao mesmo tempo que muitas famílias que se viram sem condições de permanecer também no urbano, acarretando um grande número de sujeitos/famílias sem-terra. Um considerável número destes acabaram por entrar na luta pela terra através de movimentos populares, caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MST tem papel importante na luta pela reforma agrária que até hoje não foi feita no país. A organização política dos grupos familiares, caso do MST, da Federação dos

trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tiveram papel importante na construção normativa e de políticas públicas para a categoria da Agricultura Familiar.

Segundo Sodré (2016), o reconhecimento por parte das políticas públicas para agricultura no Brasil   extremamente recente, ocorrendo de forma efetiva apenas na década de 1990, com a cria o do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Antes de sua normatiza o pelo Estado, cabia   agricultura familiar desenvolver canais de comercializa o da sua produ o de alimentos. Quando próximas aos centros urbanos, as unidades familiares, individualmente ou na composi o com mais famílias (comunidades), organizavam a produ o para ser comercializada em feiras nas cidades.

A efetiva o do marco normativo consigna a legitimidade da agricultura familiar camponesa perante a sociedade, e, para além disso, possibilidade a produ o de políticas públicas específicas para a categoria. O processo de constru o de uma política direcionada para as diferentes agriculturas familiares no território  , também, uma rea o do Estado brasileiro às mudanças propiciadas pelas mudanças nas políticas internacionais e a crise geral da economia brasileira da década de 1980<sup>15</sup>.

Importante constatar que de 1965 a 1994, as políticas voltadas a libera o de crédito rural eram majoritariamente destinadas ao fomento   moderniza o agrícola, dentre elas:

[...] podemos destacar a Lei do Estatuto da Terra, Lei n.  4.504 de 30 de novembro de 1964, que regula os direitos e as obriga es dos proprietários de imóveis rurais para fins de execu o da Reforma Agrária e para a promo o da Política Agrícola. Na Política Agrícola o Estatuto da Terra deu base para um conjunto de outras Leis. Uma Lei especial instituiu um Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei n.  4.829 de 5/11/1965) para financiar n  s  a moderniza o da agricultura, mas também a consolida o de complexos agroindustriais (CAIs) e um forte sistema cooperativo. Foi constituído um Sistema Nacional de Pesquisa e Extensão, coordenados em nível nacional pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), (Lei n.  5.851 de 7/12/1972) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (Lei n.  6.126 de 6/11/1974). Nos estados foram criados Organiza es Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS) e Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers). As Ematers sucederam as Associa es Estaduais de Crédito e Assistência

---

<sup>15</sup> "Nos anos 80, o modelo de agricultura gestado nos anos setenta entrou em crise em rea o às mudanças nas políticas internacionais e a crise geral da economia brasileira. O financiamento destinado   agricultura integrou-se às regras gerais do sistema financeiro nacional. Os recursos provenientes da Conta Movimento do Tesouro ficaram cada vez mais escassos, reduziram-se as Exigibilidades Bancárias, com as aplica es financeiras dos Depósitos   Vista, e o recurso externo fez-se escasso e caro. As novas fontes passaram a exigir a introdu o da corre o monetária nos juros do crédito rural para reduzir os custos da equaliza o" (Bianchini, 2015, p.16-17).

Rural (ACARs) e a EMBRATER a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). O cooperativismo foi reorganizado com forte intervenção do estado com base na Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971 tendo como base a unicidade de representação na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Entre 1970 e 1980 os volumes de recursos aplicados no crédito rural foram crescentes, atingindo US\$20,4 bilhões em 1979. Apesar de a política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento, o crédito rural foi seletivo priorizando a Macrorregião Centro Sul, commodities e um seletivo grupo de agricultores. (Bianchini, 2015, p.15-16)

Para Bianchini (2015), “a maioria dos pequenos agricultores, que não participaram nos anos dourados do crescimento econômico do país, viu agravar-se sua situação nos anos 80” (Bianchini, 2015, p.17). Com a retomada da democracia no país na década de 1990, da abertura econômica, mudança na política cambial, da reformulação da indústria brasileira – incluso as novas possibilidades de mercado para a produção agrícola, caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – é em 1994 e 1995 que são criados os primeiros programas destinados também ao pequeno produtor rural, a saber: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) e o PRONAF.

A Resolução 2101, de 24 de agosto de 1994, que estabelece as normas de crédito rural de custeio do PROVAPE, já apresenta como critérios para caracterizar pequenos produtores rurais: área de até 4 MF, 80% da renda bruta com origem na agricultura e não ter empregados permanentes. A taxa de juros definida foi de 4% ao ano. Os créditos teriam que ser apresentados em grupos de até 20 agricultores, formalizando-se, no entanto, contratações individuais. Era exigida a ATER pública. (Bianchini, 2015, p.23)

A construção do PRONAF tem em suas trajetórias as marcas de grandes mobilizações das organizações dos agricultores familiares – CONTAG, Central Única dos Trabalhadores (CUT Rural), MST, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Organizações do Meio Rural – caso do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) - promoveram “uma ampla discussão sobre um novo modelo de crédito para a reestruturação produtiva da agricultura familiar” (Bianchini, 2015, p.23).

De acordo com as Resoluções do Seminário, a proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores tinha como objetivo: recuperar e implementar a infraestrutura necessária aos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo seus sistemas de produção e capacitando-os para competir com agricultores dos países do Mercosul; adequar o nível de tecnologia utilizado, possibilitando a redução dos custos de produção e o aumento da qualidade e da produtividade agrícola; aumentar a produção de alimentos de forma a garantir a segurança alimentar do país, permitir o desenvolvimento de uma agricultura ecologicamente sustentável na conservação dos solos, das águas e demais recursos naturais e fixar a agricultura familiar no campo evitando o êxodo rural. Além desses dois

documentos, o arranjo institucional que constituiu o Pronaf em 1995 contou com um conjunto de elaborações da Academia e com a forte participação das Instituições da Sociedade Civil. Um conjunto de estudos da FAO contribuíram para esse processo. Destaque para os trabalhos liderados por José Eli da Veiga e outros: “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável” – FAO/INCRA – Brasília-1994 e para um estudo de Carlos Guanzirolli, Gilson A. Bittencourt e outros: “Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto” - FAO INCRA – Brasília – 2000. (Bianchini, 2015, p.24)

O PRONAF é criado em 1995 “como uma linha de crédito de custeio. [...] o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) aprovou a destinação de R\$ 200 milhões para serem aplicados na produção agrícola explorada em regime familiar” (Silva, 1999, p. 5):

o documento de criação do PRONAF destaca como objetivo geral ‘propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares’; e como objetivos específicos: (a) ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; (b) viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; (c) fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; (d) elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, para lhes propiciar novos padrões tecnológicos e de gestão; e (e) favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos. (Silva, 1999, p.6-7)

Para Schneider et al. (2004), o PRONAF se distribui em quatro linhas de atuação:

Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos; Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares. (Schneider et al., 2004, p. 25- 26)

Do perfil de grupos familiares que estão aptos a acessar o PRONAF, os agricultores familiares devem atingir as seguintes exigências para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP):

- 1) Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; 2) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); 3) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; 4) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; 5) residir no imóvel ou

em aglomerado rural ou urbano próximo; 6) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00. (Schneider et al., 2004, p. 25)

A DAP é para a agricultura familiar o alvará para o funcionamento de uma empresa: “é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas” (MAPA, 2019):

A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. Além dos agricultores/as familiares, são beneficiários da DAP pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). (MAPA, 2019)

Para Schneider *et al* (2004),

Assim, o PRONAF [...] trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (Schneider et al., 2004, p. 24-25)

É a partir da possibilidade de acesso ao crédito rural que muitos grupos familiares conseguiram adotar o pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde”, representada modernização técnico-científico-informacional na produção agrícola, e, conseqüentemente, à comercialização de sua produção, o que é mais uma das estratégias de autonomia, manutenção, reprodução e permanência no rural.

Posterior ao surgimento do PRONAF, este foi complementado, nos anos 2000, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, com as mudanças realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2003, com a formalização do Programa Fome Zero, as políticas governamentais direcionadas a segurança alimentar e nutricional começam a ser implementadas no território brasileiro. Assim, o PAA surge em 2003 (lei nº 10.696/2003), com o intuito de

assegurar o abastecimento de alimentos em quantidade, qualidade e regularidade adequadas para as necessidades de grupos em vulnerabilidade social e em condição de insegurança alimentar e nutricional, junto da promoção de forma articulada ao desenvolvimento da agricultura familiar (Becker; Sacco dos Anjos, 2010 apud Sodré, 2016).

Materializadas às políticas públicas que possibilitaram o crédito/financiamento e da consolida o de mercados que asseguram a destina o da produ o,   em 2006 que o Estado brasileiro cria a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 2006) que “estabelece diretrizes para a formula o da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”:

Art. 3o Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.[...] § 2o São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aq icultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a explora o se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (BRASIL, 2006).

Nota-se diferenças entre a resolu o do PRONAF e a Lei 11.326 de 2006, principalmente para uma maior inser o da pluriatividade na participa o da renda dos grupos familiares (de 80% para “predominante”) e na não obrigatoriedade do domicílio principal do grupo familiar estar na propriedade a ser explorada.

Novamente, a normatiza o da agricultura familiar foi um passo importante na visibilidade enquanto sujeitos políticos do campesinato brasileiro,   a partir desta identidade jurídica que políticas públicas poderão fomentar as estratégias da permanência no rural e garantir a autonomia dos grupos familiares e, conseqüentemente, promover a diversidade produtiva no abastecimento de alimentos para a popula o brasileira (segurança alimentar).

### 2.3 A produção de alimentos na perspectiva da multifuncionalidade da agricultura familiar

Diante do fracasso do discurso da modernização agrícola como solução para a erradicação da fome em distintas escalas (local, nacional e mundial), se tornou imperativo a busca por caminhos alternativos para promoção da produção de alimentos e, conseqüentemente, a valorização da agricultura familiar.

A priori, o rural se reinventa diante das dinâmicas (im)postas, como os processos de concentração fundiária, êxodo rural, restrição ao acesso aos mercados de alimentos, endividamento das unidades familiares e/ou da invisibilidade normativa, por meio do reconhecimento do Estado de que esses sujeitos são fundamentais no processo de desenvolvimento social e econômico do país. Por outro lado, a agricultura familiar estabelece diversas estratégias de permanência no rural e, continua sendo a principal responsável pelo abastecimento interno de alimentos.

Como reconhecido anteriormente, a normatização (1995-2006) tardia da categoria agricultura familiar no Brasil, que fora produzida a partir de diferentes necessidades do contexto sociopolítico, teve em seu cerne a problemática do abastecimento de alimentos para a população do urbano e do rural. Isto é, para a proposição de políticas públicas, principalmente as de crédito, voltadas a financiar a produção alimentar, era preciso organizar os agricultores familiares ou como contribuintes jurídicos, no caso das cooperativas, ou como empreendedores individuais, a partir do uso, inicialmente da DAP<sup>16</sup> (Declaração de Aptidão ao PRONAF) e, atualmente, substituída pelo CAF<sup>17</sup> (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar).

---

<sup>16</sup> Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos (BRASIL, 2023).

<sup>17</sup> O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), bem como, a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais). A inscrição no CAF é requisito básico para obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2023).

Ainda no censo agropecuário de 1995/1996 (IBGE, 1996), o qual indicou que 85% dos estabelecimentos rurais pertenciam a agricultura familiar camponesa, sendo 20% de área do território rural ocupado. Ainda nesse período, o protagonismo na produção de cítricos, principalmente da laranja, de alho, abóbora, banana, batata doce, batata inglesa, cebola, feijão, mandioca, milho em espiga, fumo, tomate, e do rebanho de suínos, caprinos e aves, e hortifrutigranjeiros, todos itens básicos do cotidiano alimentar brasileiro.

O reconhecimento dessa importante função atrelada a agricultura familiar emerge do conceito de multifuncionalidade<sup>18</sup>, o qual é forjado em um contexto histórico no decorrer da década de 1990, que, do fracasso da Revolução Verde<sup>19</sup>, reivindica a agricultura familiar como principal fornecedor de produtos alimentícios que promovem a segurança alimentar das famílias e da sociedade e, conseqüentemente, promovem a diversificação produtiva nas propriedades rurais.

O desenvolvimento da noção de multifuncionalidade tem como pretensão a constituição de “uma nova síntese das múltiplas dimensões envolvidas nas atividades rurais agrícolas e não-agrícolas” (Carneiro; Maluf, 2003, p. 18), se diferenciando do entendimento economicista anterior que limitava a função primária de produção de bens agrícolas, preferencialmente voltadas ao mercado e de caráter insustentável, baseado no desmatamento, degradação do solo, uso intensivo de agrotóxicos, destruição de flora e fauna, monocultura, especulação financeira dos alimentos, insegurança alimentar, etc.

A construção deste “novo olhar” emerge em 1998, quando a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou as bases conceituais e normativas que relacionavam a agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável (Watanabe; Schmidt, 2008). Para a OCDE,

[...] além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos

---

<sup>18</sup> A partir das discussões da Rio-92 se identificou que a agricultura familiar era ator fundamental na promoção do desenvolvimento agrícola e rural sustentável (Rémy, 2003), resultando no reconhecimento institucional sobre o aspecto multifuncional da agricultura (Soares, 2000/2001).

<sup>19</sup> A Revolução Verde é um processo de modernização agrícola baseada no aumento da produtividade a partir de tecnologias de melhoramento de sementes, uso de defensores químicos – popular agrotóxico – e incrementação da ferramentaria. É o resultado da necessidade de direcionar a produção química do pós II Guerra Mundial (1939 – 1945) e da reconstrução de uma Europa em cangalhos cheia de famintos. Ela “[...] irrompe no Brasil com a promessa de modernização do campo, de erradicação da fome, de aumento da produção, e, sobretudo como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos.” (Lazzari; Souza, 2017, p.4)

recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais. Agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionais ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos (OCDE, 1999)

Esse reconhecimento da OCDE sobre o rural converge para as discussões acadêmicas produzidas nas áreas das ciências humanas e sociais brasileiras, no fim do séc. XX. Antes mesmo da aplicação do conceito de multifuncionalidade no rural, o próprio entendimento sobre o que define o espaço rural teve suas revisões conceituais e de expressões na realidade profundamente discutida no âmbito acadêmico e político. Como aponta Souza e Klein (2019, p.10), “a noção de rural apresenta diversas conceituações de acordo com o momento histórico e o contexto social no qual se insere, estando permeada pelas diferentes configurações econômicas e socioespaciais de cada época”.

O espaço rural brasileiro, que já foi sinônimo de espaço agrário<sup>20</sup>, também fora definido “pelas suas características próprias, como o oposto do urbano, numa visão dualista de tipos ideais, cedo viu, porém, o seu valor explicativo posto em causa na análise da mudança social” (Veiga, 2005, p. 9). Para Kageyama (2008, p. 24), “a evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado”. Essa visão sobre o rural eminentemente agrícola está ancorada no ideário burguês industrial europeu (e toda a sua urbanidade travestida de modernidade), associado ao processo de industrialização brasileira tardio, fatores preponderantes para as dinâmicas de êxodo rural – cabe lembrar das interpretações atreladas a negação do espaço rural, “vinculada à ideia de atraso, retrocesso e desinformação, não somente no Brasil, como também em outros países da América Latina e Europa” (Souza; Klein, 2019, p. 11).

Portanto, as questões que se referem ao rural brasileiro são de profunda importância para o desenvolvimento do país, incluindo as do âmbito urbano e industrial. O rural não se resume ao *agrobusiness* de *commodities*. O rural e suas ruralidades<sup>21</sup> abastecem o país com alimentos, saberes e sabores, comprovado em

---

<sup>20</sup> De acordo com Graziano da Silva (2001), o agrícola diz respeito exclusivamente ao setor da atividade econômica referente ao cultivo de plantas, criação de animais e atividades relacionadas, tais como preparo do solo, construção de cercas etc. Integram essas atividades agrícolas aquelas atividades industriais e de prestação de serviços ligadas à agroindústria, como, por exemplo, fabricação de máquinas e assessoria em agronomia e veterinária.

<sup>21</sup> Para Carneiro (1998), a ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, decorrentes de novas relações cidade/campo. A ruralidade não é mais definida com base na oposição à urbanidade. Pelo contrário, a revalorização da natureza cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida

sua resistência e capacidade de adaptação às dinâmicas sociais e uma profunda correlação com o urbano.

Para Souza e Klein (2019),

o mundo rural não pode mais ser definido somente por suas bases agrícolas, pois a diversidade, a pluriatividade e a multifuncionalidade são aspectos marcantes das transformações da agricultura e das áreas rurais a partir da segunda metade do século XX, passando a conformar o cenário rural da atualidade. (Souza; Klein, 2019, p.17)

Dentre as possibilidades que competem a permanência no rural, a pluriatividade parece ser uma alternativa com significativa absorção na agricultura familiar. Entendida como “a diversificação das atividades internas e externas das explorações agrícolas, envolvendo um ou mais membros do agregado familiar” (Souza; Klein, 2019, p.17), a pluriatividade se apresenta tanto na exploração/criação de novas atividades internas à propriedade – agroindústria abastecida na produção primária ao arrendamento de espaços e/ou a recursos naturais que agreguem valor econômico (hospedagem, cachoeiras, rios, mirantes etc.) - quanto no exercício de empregos externos – trabalhos no comércio, serviços e agroindústrias – podendo ser permanente ou temporário. Identifica-se que no caso de empregos externos, o acesso a esses postos de trabalho dá-se diante da disponibilidade da estrutura econômica e política administrativa local – quanto mais dinâmica maior é a oferta de empregos, logo, mais membros da agricultura familiar poderão buscar essas fontes externas de renda. No caso das possibilidades de pluriatividade interna, Souza e Klein (2019) apontam que:

Entretanto, existem obstáculos para aferir com precisão essas duas “estratégias familiares” de pluriatividade. As atividades denominadas de para-agrícolas (turismo na propriedade agrícola, transformação, venda no varejo de produtos agrícolas diferenciados) não são declaradas como atividades exteriores. Quando os mercados de produtos agrícolas estão saturados, essa estratégia ganha força e prevalece a ideia de que, para uma fração da agricultura, seja uma via de desenvolvimento adaptada ao contexto econômico atual. Para tal, cria-se a nomenclatura de “empresa rural” contrastando com “empresa agrícola”, pois abrange a realização de novas atividades que demandam diferentes relações entre os membros da família que a compõe, e exige novas competências, especialmente comerciais, com a participação em redes locais e venda face-a-face de produtos e serviços (Souza; Klein, 2019, p.18).

Assim, nota-se que, no universo de políticas direcionadas as estratégias de permanência da agricultura familiar, importa – também - as que competem a

diversificação de atividades agrícolas e rurais. A busca pelo complemento da renda torna-se o principal motivador desses sujeitos que, na busca pelo equilíbrio entre bem-estar e fadiga (tanto da produção quanto das mãos que produzem), se propõem ao mercado de trabalho e/ou a diversificação de atividade na propriedade. Ressalta-se a discussão que as propriedades rurais são potenciais criadores de postos de trabalho assim como agente diversificador de recursos agrícolas e para-agrícolas. Além do que, a partir da ampliação da estrutura econômica e política administrativa local, aumentam a participação/envolvimento da comunidade, resultando na sensação de pertencimento e de perspectivas de futuro – como é o caso da juventude rural e seus projetos de vida e de trabalho.

Na perspectiva geográfica, importa ressaltar as tantas possibilidades que o conceito de multifuncionalidade nos permite na produção e “práticas de gestão do espaço geográfico que possibilitem a criação de ferramentas para um planejamento local e rural” (Maia; Ferreira, 2011, p. 142). Para os autores supracitados, as discussões referentes a multifuncionalidade do rural convergem com as acadêmicas e da administração pública na superação do entendimento dos direcionamentos na produção de políticas públicas setoriais para as territoriais: “o desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial na análise territorial e de ordenamento do território” (Vitte, 2005, p.3).

Na trajetória de aplicação do conceito de multifuncionalidade, traduzidas em políticas públicas que buscam incitar um maior arcabouço de estratégias de permanência e desenvolvimento territorial sustentável no espaço rural, é no contexto europeu que está alcança sua mais efetiva aplicação como política de Estado (RÉMY, 2003). O autor indica as principais reverberações em sua aplicação, aonde o contrato estipulado entre Estado e as unidades familiares, na forma de pessoa física (indivíduo) ou jurídica (associado/cooperado), estabelecia um contrato de desenvolvimento territorial comprometido com a “preservação dos recursos naturais, à ocupação do espaço ou à realização de ações de interesse geral e ao desenvolvimento de projetos coletivos de produção agrícola” (Rémy, 2003, p. 154).

Sabourin (2005) faz importante reflexão ao estender a aplicação do conceito de multifuncionalidade nas políticas públicas atreladas as relações de reciprocidade na agricultura familiar. Para o autor (2005, p.71), “não se trata apenas de bens (*commodities*, bens identitários, bens públicos) mas das relações que produzem”. É desse reconhecimento das relações que emerge a integração econômica dos

territórios, promotor do desenvolvimento territorial, “a partir de prestações, de práticas e de valores não mercantis ou que não dependem da categoria do intercâmbio mercantil”. Ainda para o autor,

O estudo jurídico da multifuncionalidade mostra a oposição entre uma ordem normativa assegurando a livre concorrência, por um lado, e uma ordem normativa protegendo valores de solidariedade (inclusive entre gerações), por outro. As regras jurídicas que organizam a multifuncionalidade, na sua forma inicial atual, conformam um conjunto híbrido que associa tanto as considerações comerciais e os instrumentos de mercado, como a defesa de valores de interesse geral: a preservação do meio ambiente e da paisagem, a manutenção do tecido social rural por meio de atividades diversificadas, como por exemplo o agroecoturismo, os produtos territoriais etc. (Sabourin, 2005, p.172)

O reconhecimento das relações de ajuda mútua, das relações e laços de afeto, dados pelo parentesco e vizinhança é necessário para validação das políticas públicas. Para o autor,

Esses dispositivos institucionais também asseguram funções sociais, econômicas e ambientais de interesse comum ou público: segurança alimentar, preservação de recursos naturais (água, floresta) da biodiversidade (sementes, caatinga) e das paisagens. Eles permitem a alocação coletiva de meios de produção por intermédio de transações não mercantis, inclusive se a produção se realiza de maneira individual ou familiar e em parte se destina à venda no mercado regional ou nacional. A manutenção dessas relações econômicas e sociais de reciprocidade e de redistribuição contribui ainda para produzir e reproduzir valores humanos e identitários, tanto do ponto de vista mercantil (qualificação de produtos identitários: queijo e bode agroecológico, hortaliças, feijão-verde) como do ponto de vista dos laços sociais (venda direta e feiras agroecológicas locais), da equidade (crédito mútuo com fundos rotativos) e da responsabilidade (preservação e gestão de recursos naturais comuns, segurança alimentar, saúde e água). (Sabourin, 2005, p.175-176)

Portanto, o que está posto é o uso do conceito de multifuncionalidade como agregador do planejamento do desenvolvimento territorial deste “novo rural”, especificamente na agricultura familiar camponesa, por tornar materializado (em um viés socioeconômico) outras funções que permeiam suas múltiplas dimensões, a saber: a) dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; b) características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola; c) questões de identidade, integração social e legitimidade relativa as famílias rurais; d) relações com o território e com a natureza (Carneiro; Maluf, 2003). No esforço da aplicação da noção, Carneiro e Maluf (2003) apresentam as quatro “funções” da agricultura familiar:

a) *Reprodução socioeconômica das famílias*: os principais aspectos abordados são as fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva.

b) ***Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais***: este campo abrange a produção para o autoconsumo familiar e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção.

c) *Manutenção do tecido social e cultural*: esse campo se refere à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social.

d) *Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*: essa dimensão foi observada tendo como referência o uso dos recursos naturais, as relações entre atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da biodiversidade. (Carneiro; Maluf, 2003, p.22, **grifos do autor**)

Cabe ressaltar que as três dimensões que se manifestam na agricultura familiar camponesa (trabalho familiar, práticas culturais e organização da produção) são contempladas pelas quatro funções da multifuncionalidade, em diferentes níveis, dentro das singularidades das unidades familiares, o que comprova o protagonismo destes na relação sociedade e natureza.

Nesse trabalho será usada como parâmetro de análise a segunda função, ou seja, *a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais*, apresentada por Carneiro e Maluf (2003), a qual contempla a circularidade dos alimentos no abastecimento alimentar na escala regional e local.

No recorte empírico estudado importa-nos diagnosticar as dinâmicas presentes no processo de produção de alimentos, enquanto propulsor de permanência das famílias no rural e, conseqüentemente, desenvolvimento territorial, seja ela na produção para o autoconsumo ou para comercialização, como apresentado nos trabalhos de Cazella (2003) na Serra Catarinense, Flexor e Gaviria (2003) em Paraty, e, Moraes e Vilela (2003) nos Cerrados Piauienses. Em conformidade com Maluf (2003) e Candiotto (2009), entende-se que a manutenção da produção de autoconsumo pela agricultura familiar garante a dinamização social e econômica no espaço rural.

O autoconsumo, que tem sua importância invisibilizada quando se prioriza os rendimentos monetários das unidades familiares, assume o protagonismo na manutenção da reprodução biológica e social das famílias rurais. Grisa e Schneider (2008, p. 483) indicam que não se trata de uma “teimosia e nem de sua infinita capacidade de se submeter a condições de trabalho e produção pouco aceitáveis”,

mas sim uma “atividade [que] faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade destes agricultores”.

Em consonância com Grisa e Schneider, Gazolla (2004) indica que, junto do bojo de políticas públicas construídas da modernização agrícola, o solapamento da produção para autoconsumo é um resultado do processo de inserção mercantil dos agricultores familiares. Aqui não se nega as melhorias produtivas oriundas do fenômeno, mas é importante refletir sobre algumas de suas consequências. A produção para autoconsumo permanece um importante instrumento para reduzir a vulnerabilidade e insegurança alimentar das famílias, o que contribui para minimizar a pobreza no meio rural (Grisa; Schneider, 2008; Gazolla, 2004).

Como indicado, a produção para autoconsumo encontra-se nas três dimensões que conformam as estratégias de autonomia alimentar da agricultura familiar camponesa, a relembrar: trabalho familiar, práticas culturais e organização da produção. Ainda nas perspectivas de promoção de sua autonomia, e entendendo a necessidade de adaptação para suas necessidades nutricionais e/ou socioculturais, amplia-se a produção para o autoconsumo, associando a mesma a mercantilização da produção, ou para o mercado. Ou seja, a produção doméstica que não se transforma em consumo direto, poderá ser destinada para troca, reciprocidade ou comercialização. Para Woortmann (1978),

é apenas em parte que a reprodução da força de trabalho camponesa se realiza pelo autoconsumo; com a comercialização de seus produtos o camponês apura uma renda monetária indispensável à sua subsistência, inclusive para a compra de alimentos. (Woortmann, 1978, p. 5)

Por certo, a produção para o mercado tem maior visibilidade que a de autoconsumo, por ser propulsor do aumento de área de algum alimento já produzido e/ou na diversificação de culturas a serem implementadas na organização produtiva da família, contribuindo para a diversidade produtiva. Portanto, entende-se que a produção para autoconsumo e para o mercado são importantes dinamizadores na circularidade alimentar para o abastecimento de famílias rurais e urbanas.

Assim, espacializar a circularidade dos alimentos na Serra dos Tapes/RS irá materializar a existência da produção de alimentos e a potencialidade de abastecimento, logo, da segurança alimentar, para o território. Entretanto, salienta-se que a promoção de políticas públicas voltadas apenas ao crédito para a agricultura

familiar, focado na produção mercantil, não emancipa as unidades familiares, ao contrário, pode promover o contínuo endividamento das famílias.

Ao analisar uma das funções da agricultura familiar, ou seja, a promoção da segurança alimentar da sociedade e das famílias rurais, por meio da existência de canais curtos de comercialização na Serra dos Tapes/RS, percebe-se que permanece o tensionamento entre a oferta de alimentos de qualidade (a preços acessíveis) e a garantia de renda aos agricultores. Assim, as políticas públicas de apoio à produção agrícola (de enfoque rural) precisam estar coadunadas com as políticas de abastecimento alimentar (de enfoque urbano). Como esclarece Maluf (2009):

Os conflitos com essa conotação ocorrem, sobretudo, quando as primeiras se limitam à garantia de preços aos agricultores e as últimas confundem-se com o controle anti-inflacionário dos preços dos alimentos. Nesse sentido, adquirem importância as iniciativas de estímulo ao associativismo como forma de ampliar o valor retido pelos agricultores, em paralelo à redução dos custos de produção e ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas e agroindustriais adequadas aos pequenos agricultores, bem como o monitoramento do processo de formação de preços em todas as etapas das cadeias agroalimentares. (Maluf, 2009, p.164)

### **3 PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DA SOCIEDADE E DAS FAMÍLIAS RURAIS: OS CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA SERRA DOS TAPES/RS**

A agricultura familiar é protagonista na constituição de mercados sociais de alimentos, tanto pela capacidade produtiva (quantidade e valor monetário) quanto nutricional (diversidade produtiva) relacionada a segurança alimentar. Das políticas públicas do país destinadas ao abastecimento de alimentos, expressas na criação das primeiras Centrais de Abastecimento de Alimentos (CEASAs) no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980 ou nas leis referentes a alimentação de escolares e/ou dos em estado de insegurança alimentar nutricional até a Constituição de 1988, houve uma demora na construção de mercados sociais para a agricultura familiar.

A construção social de mercados se julga fundamental como mais uma das estratégias de inclusão socioprodutiva de agricultores familiares, caso aferido nas trajetórias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), estimuladores do desenvolvimento territorial rural do país. Este capítulo apresentará a presença de políticas públicas para a categoria da agricultura familiar na Serra dos Tapes/RS, como os mercados institucionais de alimentos, viabilizados pelas cooperativas familiares e outras possibilidades de circularização de alimentos em mercados sustentados, pelas relações de proximidade entre produtores e consumidores, como as feiras agroecológicas em Pelotas.

#### **3.1 Canais curtos diretos e indiretos na agricultura familiar**

Ao observar as dinâmicas relacionadas ao rural é possível identificar uma série de análises que tem como centralidade a agricultura familiar. Assim, essa seção se justifica diante da importância desse segmento social e busca refletir sobre como se organizam os canais curtos de comercialização disponíveis para os agricultores familiares. As cadeias curtas de comercialização são as que estabelecem relações de proximidade entre fornecedores de alimentos, ou seja, os agricultores familiares, e o consumidor final, compreendendo diferentes formas de mercado, caracterizadas pela venda direta e indireta (Limons, 2018).

Darolt (2013) explica que os canais curtos de comercialização são classificados em duas modalidades: venda direta e indireta. É entendido como venda direta, quando a venda é realizada diretamente para o consumidor, sendo assim a venda pode ser

feita em: propriedades, feiras e lojas de associações, feiras na beira de estrada, venda para grupos de consumidores, cestas à domicílio. A venda indireta é caracterizada quando há uma mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos, sendo caracterizadas por: lojas especializadas, lojas de cooperativas de produtores ecológicos, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais, programas do governo como PAA e PNAE, programas que servem como referência para o fortalecimento da agricultura familiar.

Dessa forma, os mercados institucionais representados pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE se apresentam como forte instrumento para atender as demandas da sociedade, além de ser uma estratégia de comércio muito utilizada pelos agricultores familiares, proporcionando garantia de renda e promovendo a segurança alimentar e nutricional no rural e no urbano.

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (Grisa; Schneider, 2014, p.139)

Segundo Limons (2022) os canais curtos de comercialização valorizam o agricultor familiar, a economia local, bem como, os produtos locais oriundos do mesmo território. Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo assim a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Este canal de comercialização fornece uma relação maior entre sociedade e natureza, também incorporam esferas sociais caracterizados pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional.

Para Brandão apud Limons (2022) outro conceito pode ser aplicado para esse tipo de mercado, o de “mercados locais e territoriais”, que

são mercados com alcance espacial, local, regional e territorial que compreendem os agricultores familiares e o produtor simples de mercadorias que visa a renda na produção simples. Observa-se nessa tipologia o aumento da mercantilização no processo, bem como das relações, salientando a identificação dos produtos de procedência regional e confiável, aliado ao preço. (Limons, 2022, p.65)

### **3.1.1 Os programas institucionais do PNAE e PAA: canais curtos de comercialização indireta na Serra dos Tapes/RS**

Diante do recente reconhecimento da importância da categoria social da agricultura familiar (década de 1990) pelas políticas públicas do Estado brasileiro, é somente em 2003, junto à vigência do Programa Fome Zero, criado para dirimir do país o mapa da fome, garantindo o direito humano à alimentação adequada, que o PAA (lei nº 10.696 - 2003) e às mudanças realizadas no PNAE (lei nº 11.947 - 2009) tornam-se às principais políticas que buscam fomentar a permanência e manutenção da agricultura familiar e, conseqüentemente, a obtenção de produtos alimentícios de qualidade destinados a escolas públicas e populações em situação de vulnerabilidade social. Ambos os programas abrem as possibilidades de mercados institucionais para a produção familiar, através de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar, garantindo mercados consumidores para os produtos dessa categoria social.

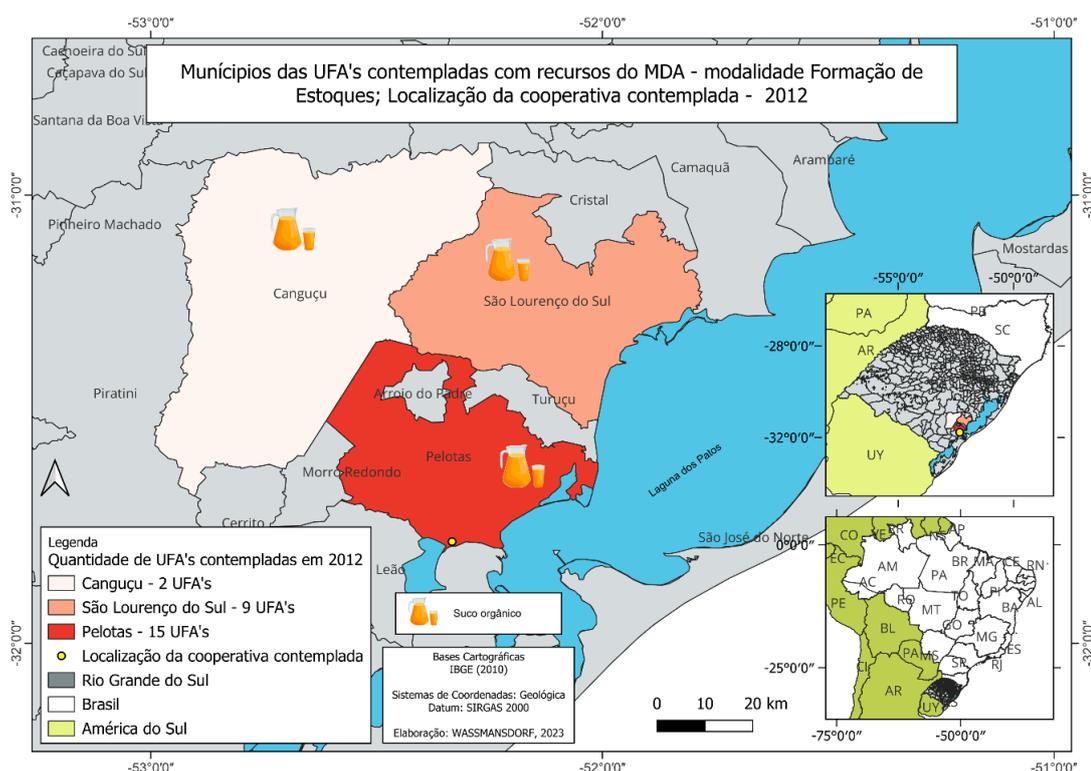
Os programas do PAA e PNAE compreendem a modalidade de canais curtos indiretos de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar, uma vez que para o acesso de chamadas públicas ou editais, a principal forma de acesso dá-se junto a filiação a cooperativas de agricultores familiares, que contam com a mediação de técnicos da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar, e entidades executoras, representantes da Secretaria Municipal de Educação, das Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Estadual de Educação e do Restaurante Escola, da Universidade Federal de Pelotas – no caso dos municípios do recorte da Serra dos Tapes/RS.

No levantamento preliminar de dados secundários do PAA junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do PNAE junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). E, ainda, no levantamento de informações sobre os programas junto ao escritório da EMATER/RS para ambos os programas e, em específico sobre o PNAE, junto a Coordenadoria Regional da Educação -5ª CRE- em Pelotas/RS pode-se observar o panorama dos mercados institucionais na Serra dos Tapes/RS.

Antes de continuarmos, se faz importante trazer a advertência sobre o dos porquês que os dados se limitam entre 2012 a 2022 – no que se refere aos recursos encaminhados pelo MDA e MDS direcionadas ao PAA e dos valores gastos como agricultura familiar pelo Restaurante Escola (RE) da UFPel – retomemos a introdução deste texto a qual já apresenta a diminuição drástica dos recursos encaminhados a estes programas, o que se reflete na coleta dos dados, devido aos momentos de austeridade passado pelo Estado brasileiro entre os governos Temer e Bolsonaro.

Com recursos oriundos do MDA, no período de 2012 a 2017, os municípios foram contemplados nos anos de 2012, 2014 e 2015. Sendo que, em 2012, foi contemplado apenas o município de Pelotas e, 2014 e 2015, o município de Canguçu. No ano de 2012, a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA – Pelotas, beneficiou 26 UFA's (Unidade Familiar Agrícola) de agricultores familiares, distribuídos nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, o que compõe em estoque 25.864,000 kg de suco orgânico de frutas, representando uma renda de R\$3.499,75 para 23 UFA's, R\$7.998,75 para duas UFA's e R\$521,25 para uma UFA (figura 6).

Figura 6 - Municípios das UFA's contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2012.

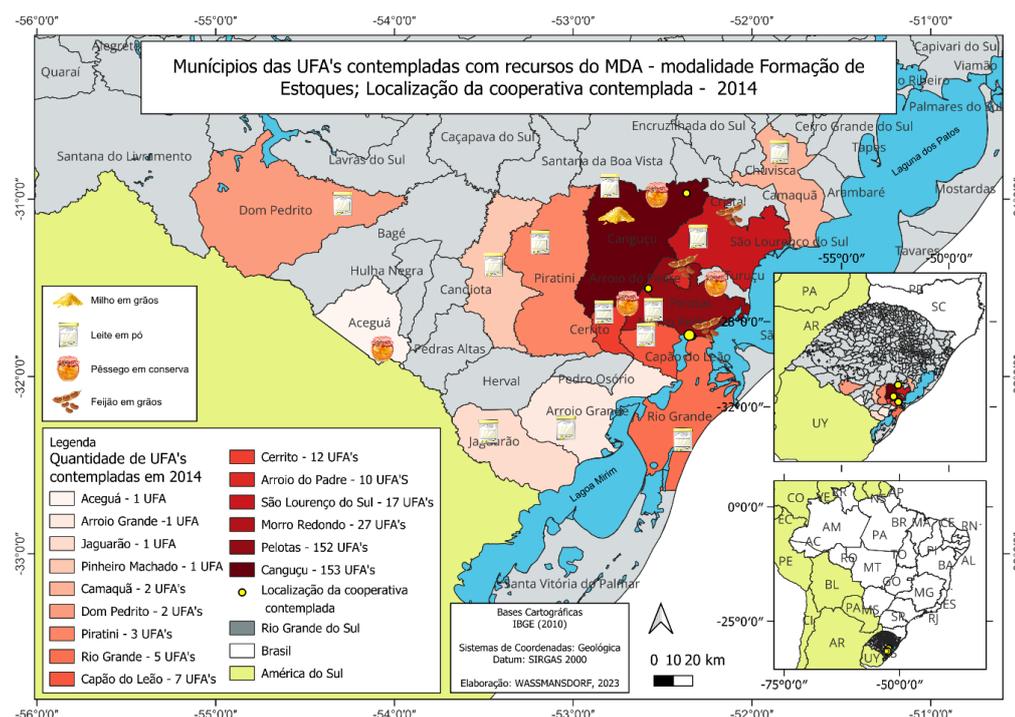


Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010).

Em 2014, quatro cooperativas formaram estoques, sendo a primeira contemplada a Cooperativa Terra Nova de Canguçu LTDA – Canguçu, beneficiando 30 UFA's de cooperados assentados da reforma agrária do município de Canguçu, compondo o estoque de 545.000kg de milho em grãos, representando uma renda de R\$5.250,00 para uma UFA, R\$6.000,00 para duas UFA's, R\$5.000,00 para 25 UFA's, R\$3.000,00 para uma UFA e R\$4.625,00 para outra UFA. A segunda contemplada foi a Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona 187 UFA's beneficiadas, nas categorias de agricultor familiar, agroextrativista e pescador artesanal, representando uma renda de R\$8.000,00 para 187 UFA's e R\$3.998,50 para uma UFA.

A Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios LTDA – Pelotas é a terceira cooperativa contemplada, compondo um estoque de 150.000,000 kg de leite de vaca em pó integral, beneficiando 187 UFAs de agricultores, representando uma renda de R\$8.000,00 para todas as UFA's. A quarta contemplada é a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA – Pelotas, compondo um estoque de 60.000,000kg de feijão orgânico, beneficiando 11 UFA's, de agricultores familiares, representando uma renda de R\$8.000,00 para 7 UFA's, R\$ 7.200,00 para uma UFA, R\$7.000,00 para uma UFA e R\$6.000,00 para duas UFA's (figura 7).

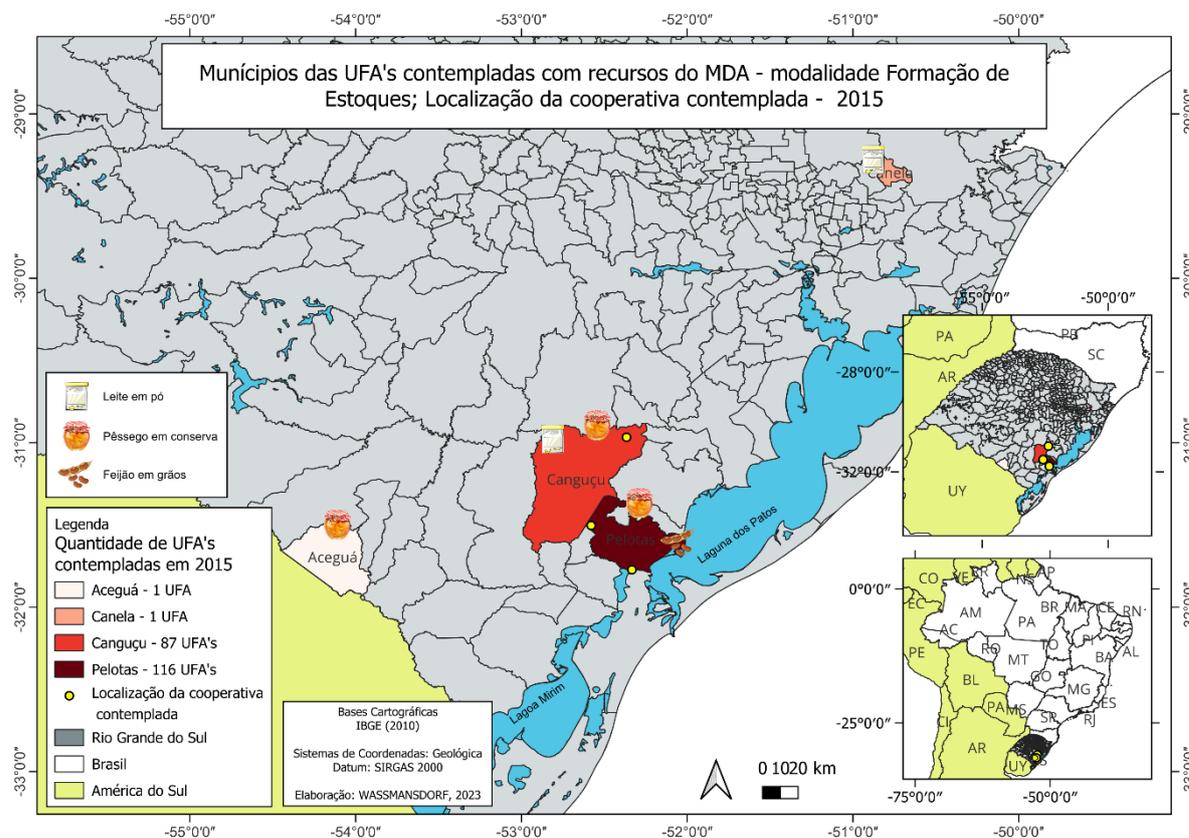
Figura 7 - Municípios das UFA's contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2014.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

No ano de 2015 três cooperativas formaram estoques, sendo a primeira contemplada a Cooperativa Terra Nova de Canguçu LTDA – Canguçu, beneficiando 50 UFA's de cooperados assentados da reforma agrária dos municípios de Canela e Canguçu, compondo o estoque de 34.782,000kg de leite em pó, representando uma renda de R\$8.000,00 para 49 UFA's e R\$7.993,00 para uma UFA. A segunda contemplada foi a Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul – Pelotas, compondo um estoque de 279.069,000kg de compota de pêsego, com 150 UFA's beneficiadas, nas categorias de agricultor familiar, agroextrativista e pescador artesanal, representando uma renda de R\$8.000,00 para 149 UFA's e R\$7.996,70 para uma UFA. A terceira contemplada é a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA – Pelotas, compondo um estoque de 29.000,000kg de feijão orgânico, beneficiando 5 UFA's, de agricultores familiares, representando uma renda de R\$8.000,00 para 4 UFA's e R\$7.730,00 para uma UFA (figura 8).

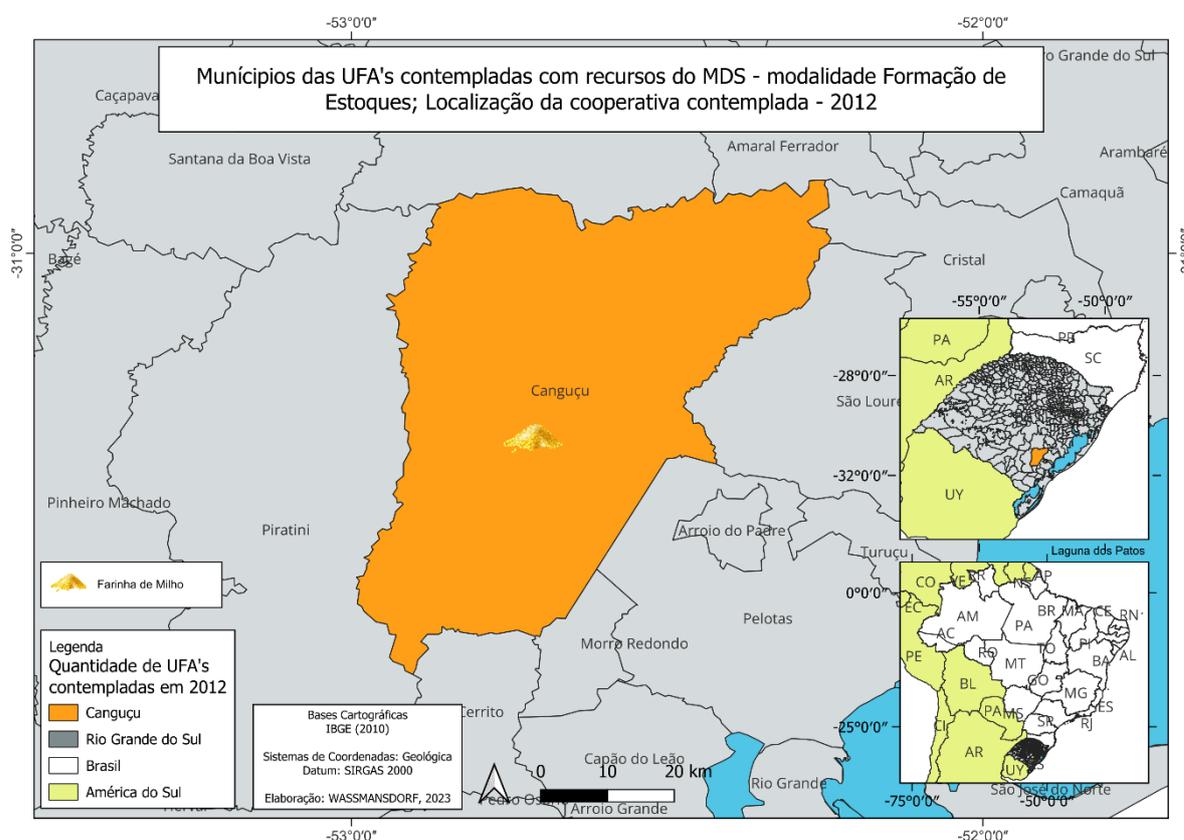
Figura 8 - Municípios das UFA's contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

Esta modalidade ainda obteve, nos anos de 2012 e 2013, via recursos do MDS, o Apoio a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. Em 2012, o município contemplado foi Canguçu, junto a Cooperativa Terra Nova de Canguçu LTDA – Canguçu, beneficiando 10 UFA's de cooperados assentados da reforma agrária do município de Canguçu, compondo um estoque de 30.000,000kg de farinha de milho, representando uma renda de R\$4.380,00 por UFA (figura 9).

Figura 9 - Municípios das UFA's contempladas com recursos do MDS - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2012.



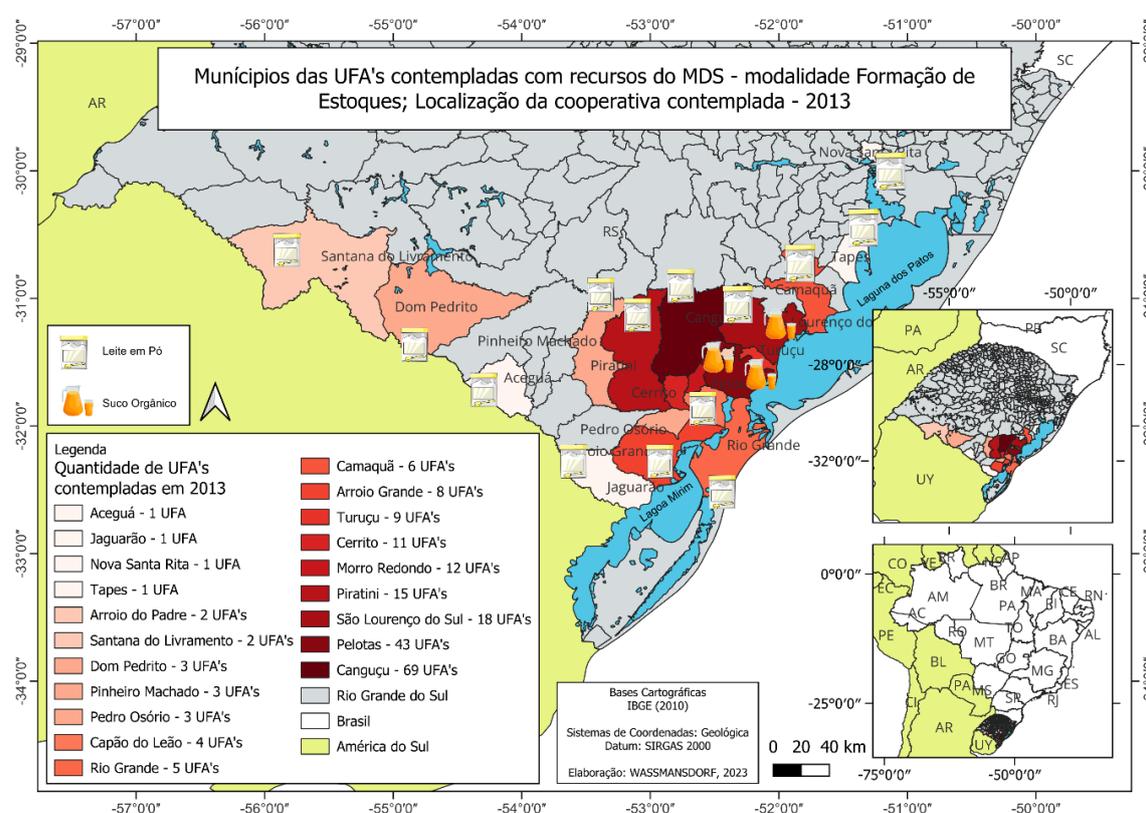
Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

Em 2013, o município contemplado foi Pelotas, junto a duas cooperativas: 1) a Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios LTDA (COSULATI)<sup>22</sup> – Pelotas, compondo um estoque de 1.500.000,000kg de leite de vaca em pó integral,

<sup>22</sup> A COSULATI foi fundada em 21 de setembro de 1973, a partir da fusão da Cooperativa Regional de Laticínios Pelotense Ltda. – COOLAPEL, fundada em 1932 – e a Cooperativa Regional de Laticínios da Região Sudoeste do RS – COLACTI, fundada em 1955 –, reunindo 7.059 associados. (Rau, p. 115, 2016). Foi a principal cooperativa de laticínios da região sul do estado do Rio Grande do Sul, encerrando as atividades de seu frigorífico em 2016, depois de um escândalo de corrupção, e, em 2022, encerrou todas suas operações (Diário Popular, 2023).

beneficiando 188 UFA's, nas categorias de agricultor familiar e assentados da reforma agrária, representando uma renda de R\$8.000,00 por UFA; 2) a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA – Pelotas, compondo um estoque de 25,680,000kg de suco orgânico de frutas, beneficiando 29 UFA's, agricultores familiares, representando uma renda de R\$7.998,75 para 4 UFA's, R\$3.198,75 para 16 UFA's, R\$1.500,00 para 4 UFA's e R\$1.125,00 para uma UFA (figura 10).

Figura 10 - Municípios das UFA's contempladas com recursos do MDA - modalidade Formação de Estoques; Localização da cooperativa contemplada - 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

Percebe-se a drástica diminuição dos editais para algumas das modalidades do PAA, principalmente entre o período de 2016 a 2022<sup>23</sup>. A compra institucional (as compras são permitidas para quem fornece alimentação, como hospitais públicos, forças armadas, presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.), via chamada pública,

23 O IPEA (2023) identifica uma “mudança institucional importante [que] ocorreu no programa a partir de 2016, confluindo para o seu processo de desmantelamento. A principal novidade no governo Temer foi incluir recursos provenientes de emendas parlamentares no orçamento do programa, movimento que não existia nas gestões anteriores” (IPEA, 2023, p. 404)

permanece com a obrigatoriedade de compra de 30% dos produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar local. Entretanto, com a recente terceirização de gestão de um dos principais compradores institucionais da região, o RE-UFPel, vê-se o direcionamento de comprar de poucos gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito local e regional. O acesso aos dados referente às compras diretas no caso do RE-UFPel é, geralmente, limitado. Nos arquivos digitais da Fundação de Apoio Universitário (FAU), ou no Portal UFPel, dentro das licitações destinadas à aquisição de alimentos destinadas aos usuários do RE, há informações desatualizadas, com links que direcionavam aos editais, atas e/ou avisos desatualizados, que contemplavam o período de 2016 a 2018.

Do levantamento ao que compete aos recursos destinados ao PNAE, os dados disponibilizados nos arquivos digitais estão no arcabouço do Ministério da Educação, especificamente no que abrange o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com isto, as tabelas anexadas na página da FNDE mapeiam, apenas, a distribuição de valores para prefeituras e secretarias de educação dos estados (FNDE, 2023).

Os dados dão conta dos valores distribuídos entre os períodos de 2011 a 2019, sendo diferenciados entre os valores transferidos pelo FNDE as Entidades Executoras (prefeituras e secretarias de educação dos estados), os valores que a Entidade Executora transferiu diretamente as compras via agricultura familiar, e a porcentagem dos valores totais do FNDE encaminhados as Entidades Executoras que foram investidos na agricultura familiar.

Como exposto no quadro 2, de 2011 a 2013 há um constante crescimento na porcentagem (média) dos valores destinados as compras diretamente da agricultura familiar pelas entidades executivas entre os municípios da Serra dos Tapes/RS, a saber: 2011 – 41%, 2012 – 57% e 2013 – 60%. O município de Canguçu é o único que apresenta constante diminuição na porcentagem dos valores destinados a agricultura familiar, mesmo com o aumento do valor repassado. Nota-se que nos municípios de Arroio do Padre e São Lourenço do Sul aumentou, consideravelmente, a porcentagem dos valores destinados a compra direta via agricultura familiar neste período, chegando a mais de 90%. Turuçu também alcançou, em 2013, mais do que 90%. Dentre os municípios da Serra dos Tapes/RS, Arroio do Padre (ano de 2011) e Pelotas (ano de 2013) foram os que não atingiram o repasse mínimo de 30% obrigatórios para a agricultura familiar. Os dados referentes a valores destinados a

agricultura familiar entre 2011 e 2012 em Pelotas não constam nas tabelas disponíveis para consulta.

Ainda no quadro 2, constata-se que há um aumento dos valores repassados pelo FNDE à Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo que em 2013 a secretaria não conseguiu atingir o mínimo obrigatório de 30% das compras via agricultura familiar.

Quadro 2 - Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2011 a 2013.

Entidade Executora	Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2011 a 2013								
	2011			2012			2013		
	*R\$ FNDE	**R\$ AG. FAM.	***% R\$ AG. FAM.	R\$ FNDE	R\$ AG. FAM.	% R\$ AG. FAM.	R\$ FNDE	R\$ AG. FAM.	% R\$ AG. FAM.
PREF ARROIO DO PADRE	R\$ 29.820,00	R\$ 6.725,00	<b>22,55%</b>	R\$ 30.660,00	R\$ 17.895,06	<b>58,37%</b>	R\$ 28.908,00	R\$ 20.863,20	<b>72,17%</b>
PREF CANGUCU	R\$ 498.960,00	R\$ 222.008,76	<b>44,49%</b>	R\$ 741.636,00	R\$ 252.743,85	<b>34,08%</b>	R\$ 888.804,00	R\$ 281.687,45	<b>31,69%</b>
PREF MORRO REDONDO	R\$ 35.340,00	R\$ 10.915,50	<b>30,89%</b>	R\$ 37.776,00	R\$ 14.468,83	<b>38,30%</b>	R\$ 39.564,00	R\$ 16.107,90	<b>40,71%</b>
PREF PELOTAS	R\$ 2.130.540,00	-	-	R\$ 2.351.976,00	-	-	R\$ 1.814.383,20	R\$ 445.914,85	<b>24,58%</b>
PREF SAO LOURENCO DO SUL	R\$ 365.196,00	R\$ 134.026,08	<b>36,70%</b>	R\$ 423.042,00	R\$ 378.613,94	<b>89,50%</b>	R\$ 471.162,00	R\$ 455.886,30	<b>96,76%</b>
PREF TURUÇU	R\$ 33.420,00	R\$ 23.249,30	<b>69,57%</b>	R\$ 34.752,00	R\$ 21.801,94	<b>62,74%</b>	R\$ 42.840,00	R\$ 39.652,96	<b>92,56%</b>
SEC. EDUCACAO RS	R\$ 67.613.748,00	-	-	R\$ 71.186.106,00	-	-	R\$ 74.341.360,00	R\$ 12.876.171,06	<b>17,32%</b>

\*Valor Transferido pelo FNDE para a entidade Executora; \*\*Valor destinado a aquisições via agricultura familiar; \*\*\*Percentual do valor transferido via FNDE sendo destinado pela Entidade Executora para a agricultura familiar

Fonte: FNDE, 2023. Elaborado pelo autor

Quadro 3 - Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2014 a 2016.

Entidade Executora	Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2014 a 2016								
	2014			2015			2016		
	*R\$ FNDE	**R\$ AG. FAM.	***% R\$ AG. FAM.	R\$ FNDE	R\$ AG. FAM.	% R\$ AG. FAM.	R\$ FNDE	R\$ AG. FAM.	% R\$ AG. FAM.
PREF ARROIO DO PADRE	R\$ 442.356,00	R\$ 419.230,45	<b>94,77%</b>	R\$ 38.656,80	R\$ 9.948,50	<b>25,74%</b>	R\$ 28.180,40	R\$ 10.392,00	<b>36,88%</b>
PREF CANGUCU	R\$ 54.025,20	R\$ 22.974,98	<b>42,53%</b>	R\$ 900.384,80	R\$ 611.509,81	<b>67,92%</b>	R\$ 690.144,34	R\$ 275.920,55	<b>39,98%</b>
PREF MORRO REDONDO	R\$ 30.540,00	R\$ 22.802,30	<b>74,66%</b>	R\$ 49.206,40	R\$ 31.286,79	<b>63,58%</b>	R\$ 60.698,63	R\$ 27.365,79	<b>45,08%</b>
PREF PELOTAS	R\$ 810.722,40	R\$ 602.294,81	<b>74,29%</b>	R\$ 455.318,00	R\$ 487.457,68	<b>107,06%</b>	R\$ 2.770.284,99	R\$ 1.052.228,81	<b>37,98%</b>
PREF SAO LOURENCO DO SUL	R\$ 87.912,00	R\$ 66.716,89	<b>75,89%</b>	R\$ 2.134.852,80	R\$ 1.015.897,67	<b>47,59%</b>	R\$ 376.940,87	R\$ 171.180,49	<b>45,41%</b>
PREF TURUÇU	R\$ 1.896.384,00	R\$ 820.745,88	<b>43,28%</b>	R\$ 52.914,00	R\$ 47.228,38	<b>89,25%</b>	R\$ 44.467,80	R\$ 39.755,25	<b>89,40%</b>
SEC. EDUCACAO RS	R\$ 62.693.950,80	R\$ 18.219.514,43	<b>29,06%</b>	R\$ 72.482.848,80	R\$ 11.852.023,42	<b>16,35%</b>	R\$ 49.883.618,49	R\$ 11.405.393,28	<b>22,86%</b>

\*Valor Transferido pelo FNDE para a entidade Executora; \*\*Valor destinado a aquisições via agricultura familiar; \*\*\*Percentual do valor transferido via FNDE sendo destinado pela Entidade Executora para a agricultura familiar

Fonte: FNDE, 2023. Elaborado pelo autor

Dentre os dados do quadro 3, de 2014 a 2016 há uma diminuição constante da porcentagem (média) dos valores destinados as compras diretamente da agricultura familiar pelas entidades executivas entre os municípios da Serra dos Tapes/RS, a saber: 2014 – 68%, 2015 – 67% e 2016 – 49%. O ano de 2014 apresenta alguns valores inconsistentes nos repasses do FNDE, caso do repasse de R\$ 442.356,00 a Arroio do Padre – a média do repasse ao município entre 2011 a 2019, excluindo o valor de 2014, é de R\$ 32.340,28. No mesmo sentido, os valores enviados a Turuçu também apresentam valores foras da média. Em 2014, o município recebeu do FNDE R\$ 1.896.384,00, diferente da média de R\$ 51.389,73. Ainda neste ano, Canguçu e São Lourenço do Sul receberam valores muito inferiores à média do FNDE. A partir desses valores, percebeu-se que também há dados que não correspondem ao padrão quanto ao repasse desses valores do FNDE à compras diretas via agricultura familiar.

Outro dado que chama a atenção é a porcentagem dos valores recebidos via FNDE destinados a compras diretas na agricultura familiar em Arroio do Padre. Em 2013 o município atingia 94,77%, tendo em 2014 (25,74%) e 2015 (36,88%) não passando dos 40%. No ano de 2016, apenas Turuçu conseguiu atingir valores superiores a 50% dos valores recebidos pelo FNDE destinados a agricultura familiar.

Quando comparados os quadros 2 e 3, consta-se que São Lourenço do Sul (96,76% para 75,89%) e Turuçu (92,56% para 43,28%) tiveram uma queda na porcentagem dos valores destinados a compras diretas da agricultura familiar entre o período de 2013 a 2014.

Quanto aos repasses a Secretaria de Educação do Estado do RS, identifica-se uma diminuição de verbas repassadas pelo FNDE entre 2013 a 2014, com um recuo de R\$ 11.647.409,20. Mesmo com a diminuição, houve um aumento de R\$ 5.343.343,37 dos valores do FNDE destinados a compras diretas da agricultura familiar. Porém, em 2015 e 2016 diminui o repasse a agricultura familiar, de R\$ 18.219.514,43 para R\$ 11.405.393,28. A secretaria não atinge os 30% entre o período exposto no quadro 3.

**Quadro 4 - Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2017 a 2019.**

Entidade Executora	Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar - 2017 a 2019								
	2017			2018			2019		
	*R\$ FNDE	**R\$ AG. FAM.	***% R\$ AG. FAM.	R\$ FNDE	R\$ AG. FAM.	% R\$ AG. FAM.	R\$ FNDE	R\$ AG. FAM.	% R\$ AG. FAM.
<b>PREF ARROIO DO PADRE</b>	R\$ 32.188,60	R\$ 19.960,50	<b>62,01%</b>	R\$ 35.966,00	R\$ 28.087,05	<b>78,09%</b>	R\$ 34.342,40	R\$ 23.822,50	<b>69,40%</b>
<b>PREF CANGUCU</b>	R\$ 859.619,60	R\$ 351.681,65	<b>40,91%</b>	R\$ 857.382,40	R\$ 295.153,30	<b>34,42%</b>	R\$ 763.501,55	R\$ 250.206,55	<b>32,80%</b>
<b>PREF MORRO REDONDO</b>	R\$ 65.233,20	R\$ 27.496,31	<b>42,15%</b>	R\$ 56.665,00	R\$ 39.751,58	<b>70,15%</b>	R\$ 64.142,00	R\$ 23.881,42	<b>37,20%</b>
<b>PREF PELOTAS</b>	R\$ 2.070.959,25	R\$ 1.973.121,98	<b>95,28%</b>	R\$ 2.958.933,20	R\$ 2.975.630,30	<b>100,56%</b>	R\$ 3.105.598,00	R\$ 2.609.350,23	<b>84,00%</b>
<b>PREF SAO LOURENCO DO SUL</b>	R\$ 488.025,20	R\$ 405.029,32	<b>82,99%</b>	R\$ 483.732,00	R\$ 423.428,55	<b>87,53%</b>	R\$ 480.265,60	R\$ 477.492,32	<b>99,40%</b>
<b>PREF TURUÇU</b>	R\$ 79.054,00	R\$ 59.696,85	<b>75,51%</b>	R\$ 62.450,00	R\$ 88.882,69	<b>142,33%</b>	R\$ 61.220,00	R\$ 56.025,65	<b>91,50%</b>
<b>SEC. EDUCACAO RS</b>	R\$ 77.562.129,20	R\$ 17.055.171,09	<b>21,99%</b>	R\$ 76.420.707,60	R\$ 22.391.409,28	<b>29,30%</b>	R\$ 68.600.216,40	R\$ 27.719.321,08	<b>40,40%</b>
*Valor Transferido pelo FNDE para a entidade Executora; **Valor destinado a aquisições via agricultura familiar; ***Percentual do valor transferido via FNDE sendo destinado pela Entidade Executora para a agricultura familiar									

Fonte: FNDE, 2023. Elaborado pelo autor

Da análise do quadro 4, visualiza-se que houve diminuição, exceto em Pelotas, dos valores repassados pelo FNDE às entidades executoras entre 2017 e 2018. Ainda em Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, destaca-se que os municípios obtiveram entre 2017 a 2019 porcentagens superiores a 70% dos valores recebidos pelo FNDE que foram destinados a agricultura familiar.

Se comparados os quadros 3 e 4, vê-se que, se comparados os anos de 2015 e 2019, apenas Pelotas e Turuçu receberam um aumento no valor repassado pelo FNDE. Ainda nesse mesmo sentido, identifica-se que Canguçu, Morro Redondo e São Lourenço do Sul diminuíram os valores repassados pelo FNDE as compras diretas na agricultura familiar. Apenas no ano de 2019 a Secretaria de Educação do RS atinge os 30% obrigatórios de compras diretas via agricultura familiar (40,40%).

Na busca de um maior detalhamento sobre os valores destinados a agricultura familiar, via recursos do PNAE, houve a tentativa de acesso aos dados do acervo digital do Estado do Rio Grande do Sul e da 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), não sendo encontrados. Outra opção para obtenção dos dados foi feita mediante a comunicação direta com os mediadores locais, no caso a Emater/RS - ASCAR do município de Pelotas, na Unidade de Cooperativismo de Pelotas (UCP), foi disponibilizado tabelas compartilhadas entre a Emater e a 5ª CRE, que competem aos anos de 2015 e 2016 e os valores repassados por escola estadual no município de Pelotas (quadro 5).

Dos valores apresentados nas tabelas, disponibilizadas via UCP - EMATER/RS – ASCAR, nota-se que no quadro 5 faz referência a valores circulados nas escolas estaduais de Pelotas, entre os anos de 2015 e 2016. Na média, entre as 55 escolas que estão vinculadas a 5ª CRE, não se atinge o mínimo de 30% dos recursos destinados a agricultura familiar. Apenas 18 escolas atingem esse mínimo na soma do ano letivo de 2015, com destaque para: Colégio Tiradentes Pelotas (55% anual), EEEM<sup>24</sup> Dr. Joaquim Duval (57% anual), EEEF<sup>25</sup> Profa. Lelia Romanelli Olmos (47% anual), EEEF Santa Eulália (36% anual), EEEM Cassiano do Nascimento (34% anual), EEEF Nossa Senhora das Graças (33% anual), e EEEF Dr. Procópio Duval Gomes de Freitas (31% anual).

---

<sup>24</sup> EEEM: Escola Estadual de Ensino Médio

<sup>25</sup> EEEF: Escola Estadual de Ensino Fundamental

Quadro 5 - Valores investidos pelo FNDE para a alimentação escolar x Aquisição via Agricultura Familiar – Município de Pelotas/RS via 5ª CRE – 2015 a 2016.

Valores investidos pelo FNDE e repassados pela 5ª CRE as Escolas da Rede Estadual do Município de Pelotas/RS - 2015 e 2016									
1º semestre			2º semestre			Total			
Valor do Repasse FNDE no Ano	Valor das compras Agric. Familiar	% Aplicado no Ano na Ag. Fam.	Valor do Repasse FNDE no Ano	Valor das compras Agric. Familiar	% Aplicado no Ano na Ag. Fam.	Total Ano FNDE	Total Ano Ag. Fam.	% Ano dos Valores para Ag. Fam.	
2015	R\$ 2.181.821,02	R\$ 531.067,87	23,56%	R\$ 1.070.639,20	R\$ 269.857,31	25,40%	R\$ 3.252.460,22	R\$ 800.925,18	24,48%
2016	R\$ 898.550,40	R\$ 119.731,26	13,32%	R\$ 933.248,03	R\$ 200.877,48	21,52%	R\$ 1.831.798,43	R\$ 320.608,74	17,50%

Fonte: FNDE, 2023. Elaborado pelo autor.

Quadro 6 - Valores investidos pelo FNDE e repassados pela 5ª CRE as Escolas da Rede Estadual dos Municípios da Serra dos Tapes/RS - 2016.

Valores investidos pelo FNDE e repassados pela 5ª CRE as Escolas da Rede Estadual dos Municípios da Serra dos Tapes/RS - 2016									
	1º semestre			2º semestre			Total		
	Valor do Repasse FNDE no Ano	Valor das compras Agric. Familiar	% Aplicado no Ano na Ag. Fam.	Valor do Repasse FNDE no Ano	Valor das compras Agric. Familiar	% Aplicado no Ano na Ag. Fam.	Total Ano FNDE	Total Ano Ag. Fam.	% Ano dos Valores para Ag. Fam.
Arroio do Padre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canguçu	R\$ 172.518,00	R\$ 18.628,82	10,80%	R\$ 181.920,00	R\$ 33.334,50	18,32%	R\$ 354.438,00	R\$ 51.963,32	14,66%
Morro Redondo	R\$ 19.198,80	R\$ 6.754,70	35,18%	R\$ 19.158,00	R\$ 6.254,75	32,65%	R\$ 38.356,80	R\$ 13.009,45	33,92%
Pelotas	R\$ 898.550,40	R\$ 119.731,26	13,32%	R\$ 933.248,03	R\$ 200.877,48	21,52%	R\$ 1.831.798,43	R\$ 320.608,74	17,50%
São Lourenço do Sul	R\$ 147.834,00	R\$ 31.804,91	21,51%	R\$ 120.490,04	R\$ 58.476,39	48,53%	R\$ 268.324,04	R\$ 90.281,30	33,65%
Turuçu	R\$ 6.826,76	R\$ 1.525,50	22,35%	R\$ 6.132,00	R\$ 996,00	16,24%	R\$ 12.958,76	R\$ 2.521,50	19,46%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.244.927,96</b>	<b>R\$ 178.445,19</b>	<b>14,33%</b>	<b>R\$ 1.260.948,07</b>	<b>R\$ 299.939,12</b>	<b>23,79%</b>	<b>R\$ 2.505.876,03</b>	<b>R\$ 478.384,31</b>	<b>19,09%</b>

Fonte: FNDE, 2023. Elaborado pelo autor.

Em 2016, apenas 12 escolas com destaque para: EEEF Adolfo Fetter (31,68% anual), EEEM Dr. Augusto Simões Lopes (38,22% anual), EEEM Cassiano do Nascimento (30,13% anual), EEEF Padre Rambo (31% anual), e EEEF Dr. Procópio Duval Gomes de Freitas (31,20% anual). Todos esses destaques se referem a escolas que conseguiram atingir o mínimo de 30% nos dois semestres de cada ano.

Outro aspecto que se percebe é que há uma diminuição dos valores repassados pelo FNDE adquiridos pelas escolas de Pelotas que estão na 5ª CRE, como também se diminuiu a porcentagem dos valores repassados desses recursos para compras diretas da agricultura familiar.

Dentre os dados expostos no quadro 6, dos seis municípios, Arroio do Padre não apresenta valores repassados, Canguçu repassou valores a 17 escolas, Morro Redondo e Turuçu repassaram a uma escola, e São Lourenço do Sul repassou valores a 8 escolas. Identifica-se que apenas Morro Redondo (33,92% anual) e São Lourenço do Sul (33,65% anual) atingiram o mínimo de 30% das compras obrigatórias via agricultura familiar no ano de 2016.

Quanto aos valores repassados pelo FNDE a Secretaria de Educação do Estado do RS, foi através das atas de reuniões do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (RS, 2023) que tais dados foram encontrados, a saber: 2020 - R\$ 66.264.437,20; 2021 - R\$68.312.900,48; 2022 - R\$59.030.606,40, sendo destinados R\$47.088.777,26 (79,77%) a compras diretas via agricultura familiar.

Diante do exposto, a discussão se justifica por abordar a inserção da agricultura familiar em mercados que representam relações de estreitamento entre consumidores e produtores, através dos chamados canais curtos diretos de comercialização, estimulando a confiança do consumidor sobre o produto adquirido, como o caso das feiras.

Em síntese, os canais curtos indiretos – caso do PNAE e do PAA, mostram-se importantes políticas públicas de mediação entre produtores e consumidores, garantindo renda para agricultores familiares, assegurando-lhes compra de certa parte de sua produção a partir de uma licitação/chamada pública, e acesso a alimentos a diferentes perfis de consumidores, sendo eles militares, estudantes de escolas públicas e universidades federais, no recebimento de cestas básicas e/ou em restaurantes populares.

### **3.2 A produção e circularização de alimentos na Serra dos Tapes/RS: paisagens alimentares e feiras agroecológicas**

Essa seção trata de apresentar algumas expressões relacionadas a produção e circulação de alimentos, tomando como elementos de análise, primeiro, os mosaicos paisagísticos alimentares presentes nos municípios que conformam a Serra dos Tapes/RS, a fim de representar a diversidade produtiva da agricultura familiar em expressões imagéticas através de fotos que representam a paisagem rural. Em um segundo momento, exemplificar a presença da agricultura familiar em um dos canais curtos de comercialização, ou seja, as feiras agroecológicas. Para a caracterização do perfil social e do trabalho, da organização da produção e das práticas culturais foi escolhida a “Feira Agroecológica da Dom Joaquim” pois, segundo Sacco do Anjos et al. (2005, p.37), “é a mais antiga e a mais representativa em termos do número de consumidores e volume de vendas, congregando ainda um maior número de componentes.”

#### **3.2.1 As paisagens alimentares na Serra dos Tapes/RS**

Neste estudo foi adotado o método descritivo, por se tratar de leitura de paisagem dos elementos visíveis que compõem os diversos mosaicos paisagísticos alimentares da Serra dos Tapes/RS, levando em consideração o sentido mais “clássico” da paisagem, o qual é observável a partir do campo de visão (Suertegaray; Guasselli, 2004). Para tanto, os registros fotográficos se mostraram de suma importância para a representação da paisagem, sobretudo, dos elementos que caracterizam a diversidade da produção de alimentos no rural.

Apesar de, no senso comum, a paisagem ser a imagem de um local representado em fotografias, pinturas, entre outras formas de representação gráfica e artística, como categoria teórico-conceitual ela possui um significado mais amplo e dinâmico. Assim, em linhas gerais, a paisagem é o produto da relação natureza e sociedade, possuindo representação, tanto concreta quanto simbólica, dos elementos físicos e humanos no espaço e seus significados criados a partir das experiências individuais e/ou coletivas. (Salamoni et al., 2021, p.71-72)

Salamoni et al. (2021) ressaltam, ainda, que a paisagem pode servir de categoria operacional para entender o espaço geográfico:

A paisagem é o resultado da vida das pessoas, dos processos que ocorrem no espaço e da transformação da natureza, mostrando a história de uma determinada comunidade, transcrevendo os elementos do presente e conservando os elementos do passado que fazem parte dessa história. (Salamoni et al., 2021, p.74)

Ao relacionar a multifuncionalidade da agricultura familiar com as paisagens rurais, Maluf (2009) retoma a definição oficial da multifuncionalidade oferecida pela OCDE, a saber:

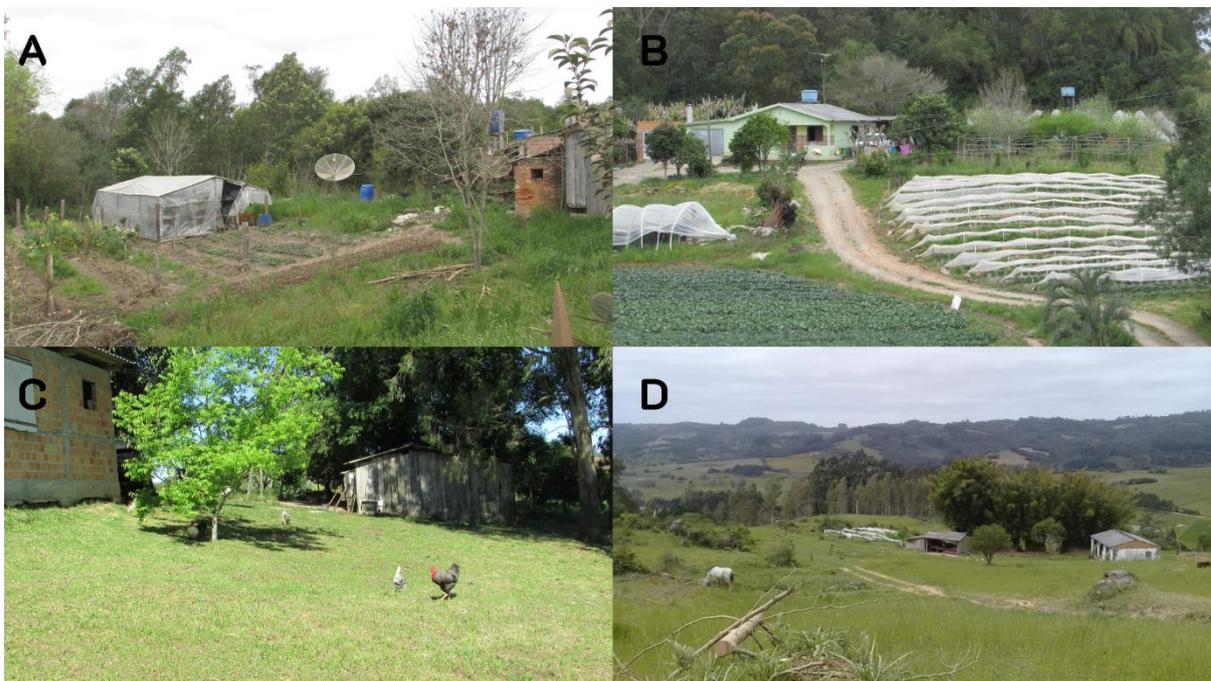
Além da sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também **moldar a paisagem**, prover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais. (OCDE apud Maluf, 2009, p.157, **grifos do autor**)

Como já mencionado anteriormente, nesse trabalho toma-se como categoria de análise uma das funções que conformam a teoria da multifuncionalidade na agricultura familiar, destacando a produção para o autoconsumo e a produção destinada a comercialização, pois, ambas promovem a segurança alimentar das famílias de agricultores quanto da sociedade em geral.

Lembramos que o resultado dos mosaicos paisagísticos que serão expostos a seguir foram formados por fotos do acervo do LEAA, a qual, a partir de diferentes projetos – principalmente do que resultou na publicação do livro “A Geografia da Serra dos Tapes” (2021) – forneceu um importante arcabouço de imagens das paisagens rurais dos diferentes municípios que constituem a Serra dos Tapes.

Assim, reconhece-se que no interior das propriedades há espaços específicos destinados para produção de autoconsumo, principalmente no que se refere a alimentos que contemplam o cardápio do cotidiano alimentar, caso do leite e seus derivados, aves e ovos, de suínos e embutidos, das frutas e dos hortigranjeiros. A produção para o autoconsumo se localiza em áreas próximas as residências (representadas pelos pomares, hortas, galinheiros), sendo mais afastados das produções que se utilizam de agrotóxicos – caso das produções de tabaco e soja. (figura 11).

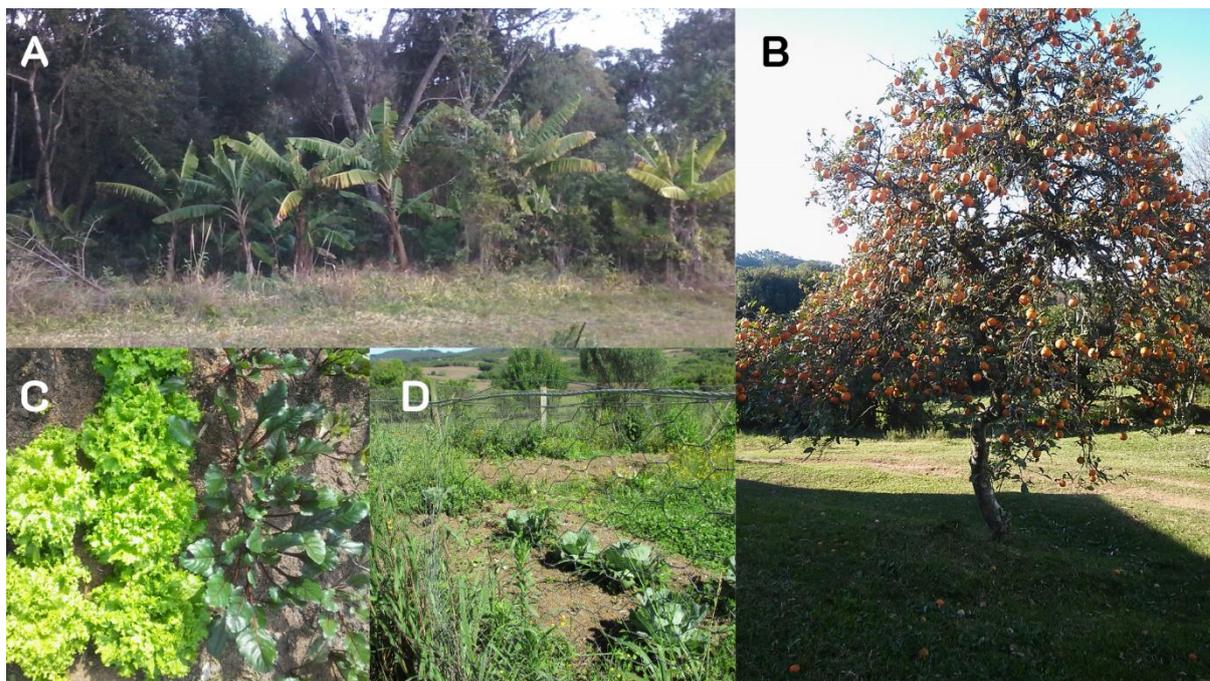
Figura 11 – Distribuições das diferentes produções no interior de uma propriedade familiar.



Fonte: Figura B retirada do livro “A Geografia da Serra dos Tapes/RS (SALAMONI et al., 2021). Elaborado pelo autor, 2023.

Da produção vegetal destinada para o autoconsumo, vê-se que há farta diversidade de alimentos, tanto de frutas quanto de verduras e legumes. Dos legumes e verduras plantadas/consumidas destacam-se a alface, aboboras, acelga, agrião, batata-doce, brócolis, cebolinha, couve, couve-flor, espinafre, hortelã, manjericão, rabanete, repolho, rúcula e salsinha. Dos pomares, encontramos abacate, acerola, amora, banana, bergamota, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, maracujá, melancia, melão, pera, pêsego, romã e uva e são distribuídos por toda as propriedades, sendo aproveitadas a partir de sua sazonalidade, o que configura os sabores das estações de ano. A banana tem seu sistema de cultivo planejado para fornecimento mensal (figura 12).

Figura 12 – Produção vegetal para o autoconsumo.

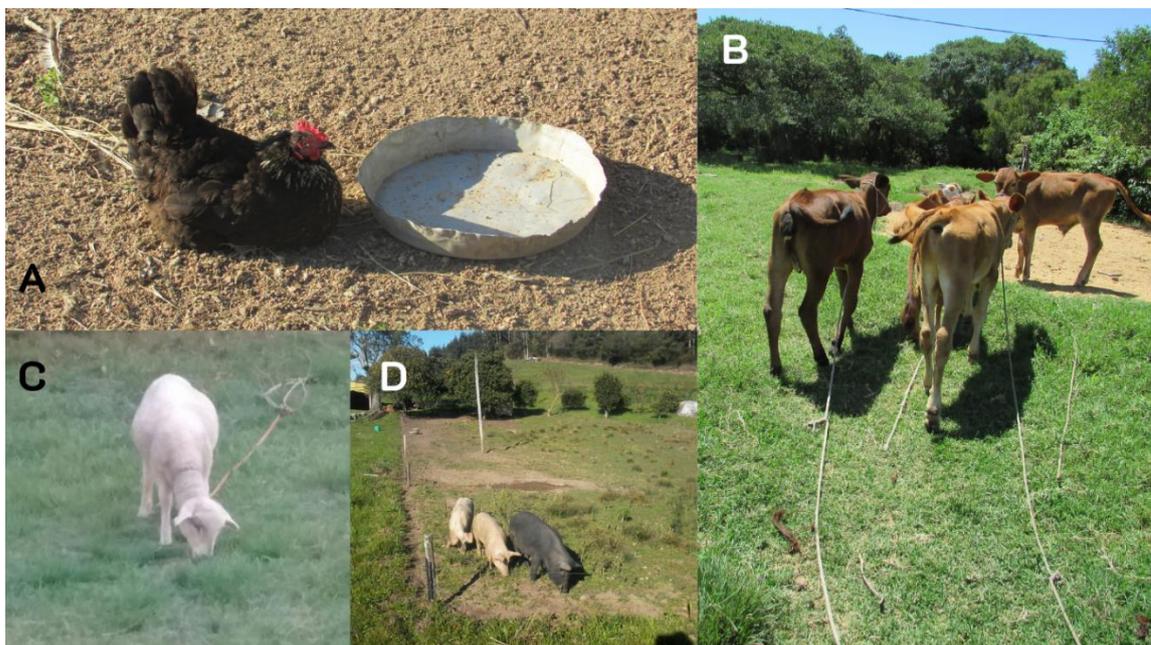


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

No que tange a produção animal, vê-se que as muitas famílias mantêm o consumo da proteína animal, tanto da carne quanto derivados. As propriedades que possuem animais, independentemente da quantidade, possuem infraestrutura com espaços específicos para os rebanhos (chiqueiro, galinheiro, galpão, sala de ordenha e/ou paiol), alimentação específica para momentos de crescimento, engorda, gestação e/ou amamentação (farelos, ração, silagem, suplementos e/ou vitaminas), e um kit de medicamentos e ferramentas para manuseio. Não existe uma configuração padronizada, há famílias com galinhas, algumas com bovinos e outras com suínos e ovinos (figura 13).

Destaca-se que o momento da carneação, no qual as famílias demonstram seus rituais, saberes e técnicas herdadas dos antepassados, envolvendo a família do momento do abate, no corte, no esticar do couro, na preparação de linguiças/morcilhas, e no momento do assar e comer. A depender do tamanho do animal, a família consegue abastecimento de carne por longos períodos, também sendo utilizadas nas relações de reciprocidade e/ou troca dos alimentos entre vizinhos e parentes consanguíneos, ambos os casos envolvendo laços afetivos e práticas de sociabilidade no rural (figura 14).

Figura 13 – Produção animal para o autoconsumo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 14 – Carneação para autoconsumo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Da produção destinada à comercialização, reconhecemos que muitos dos alimentos disponibilizados às feiras fazem parte do excedente da produção para o autoconsumo agregadas da produção especializada da família (compotas, conservas, mel e/ou panificação) e das dinamizadas pela sazonalidade, caso do(a) alho, batatas, cebola, feijão, lentilha, mandioca, morango e pêssigo (figura 15).

Figura 15 – Produção destinada à comercialização.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Ainda sobre a produção destinada às feiras, revela-se que a organização destas se distribuem a partir da diversidade de produtos a serem ofertadas aos consumidores, buscando atingir todas as necessidades do cotidiano das famílias urbanas como verduras, legumes, carne, derivados de leite, panificação, flores, compotas, conservas (figura 16).

Figura 16 – Produção destinada à comercialização em canais curtos diretos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Outra característica importante é a organização familiar no planejamento e execução das feiras, desde a produção, colheita, separação/higienização e venda.

Na produção destinada a mercados institucionais, sendo realizado individualmente ou cooperado, nota-se que, na região da Serra dos Tapes/RS, os principais alimentos encaminhados são as verduras, frutas e legumes sazonais, leite em pó, sucos orgânicos em polpa e panificação.

Apesar das paisagens alimentares constituírem uma marca expressiva no rural da Serra dos Tapes/RS, cabe ressaltar que a produção de tabaco, encontrada em importante número unidades da agricultura familiar, têm se apresentado como um entrave para o aumento na produção de alimentos nessa região. Segundo o Atlas Socioeconômico do RS, em 2020, o Brasil produziu 12% do tabaco no mundo, sendo uma produção de 702.208 toneladas. O estado do RS é o maior produtor brasileiro, registrando uma média de 340.159 toneladas/ano no triênio 2018-2020 (ATLAS, 2022). Os municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul apresentam média anual superior a 10 mil toneladas de tabaco (figura 17).

Figura 17 – Produção de tabaco na Serra dos Tapes/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

### 3.2.2 A feira agroecológica

A criação das primeiras feiras-livres de hortifrutigranjeiros em Pelotas datam dos anos de 1948 e 1949, a qual visava a comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade a preços acessíveis a população. Tal movimento deu-se pela necessidade de abastecimento da população citadina e das demais localidades próximas a cidade por alimentos de origem agrícola. Os principais produtores que abasteciam as feiras eram portugueses e demais descendentes de imigrantes (alemães, pomeranos, franceses e japoneses), que formavam o cinturão verde pelotense e produziam de forma tradicional (Sacco dos Anjos et al., 2005).

Com o advento das mudanças impostas pela modernização da agricultura, conhecida como “revolução verde”, no decorrer da metade do séc. XX, “identifica-se a incorporação da adubação sintéticos e agrotóxicos para a maximização da produção e do lucro na comercialização via feiras, estas que foram ampliadas ao varejo” (Sacco dos Anjos et al., 2005, p. 31). Outro elemento que aparece nas dinâmicas das feiras com produtos chamados de “convencionais”, pois utilizam insumos químicos como adubos e agrotóxicos, é a presença de atravessadores junto dos produtores familiares. (Sacco dos Anjos et al., 2005).

Por outro lado, na contramão dos produtores convencionais, e a partir da mobilização de algumas Comunidades Eclesiais de Base, vinculadas à Pastoral Rural da Diocese de Pelotas (igreja católica) e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB), ainda nos anos de 1980, que buscavam alternativas a exploração das unidades familiares da região sul do RS, “criou-se a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL), que, a partir de sua fundação em 1995, criaram, ainda no fim do mesmo ano, a primeira feira de agroecologia da cidade de Pelotas. Até 2003, 45 famílias eram associadas a ARPA-SUL” (Sacco dos Anjos et al., 2005, p. 34-37).

Os alimentos agroecológicos diferem da definição de alimentos orgânicos. Segundo Assis e Romeiro (2002), na comercialização de produtos orgânicos os consumidores preocupam-se basicamente em adquirir alimentos que tragam benefícios à saúde e que sejam livres de agrotóxicos, sem se preocupar com as dimensões sociais, culturais e técnicas com que esse alimento é produzido. Observa-se, então, que na medida em que os mercados aumentam sua demanda por alimentos orgânicos, ocorre uma mercantilização dos conceitos e práticas relacionadas a

alimentação de “produtos limpos”. Para garantir a confiabilidade do consumidor ocorre a certificação orgânica para o reconhecimento de um produto livre de químicos e sintéticos, podendo haver o uso de tecnologias em sua produção.

Por outro lado, a agroecologia rompe com a visão de um desenvolvimento rural mecanizado, respeitando as atividades biológicas do ecossistema e conservando o meio ambiente, juntamente se produz alimentos de qualidade, sem aditivos químicos, e ainda, cumpre seu papel sociocultural e econômico, respeitando o saber fazer sendo outro fator preponderante para fortalecer os canais curtos de comercialização, fortalecendo os agricultores familiares, garantindo relações de sociabilidade e confiança entre produtor e consumidor (Limons, 2018).

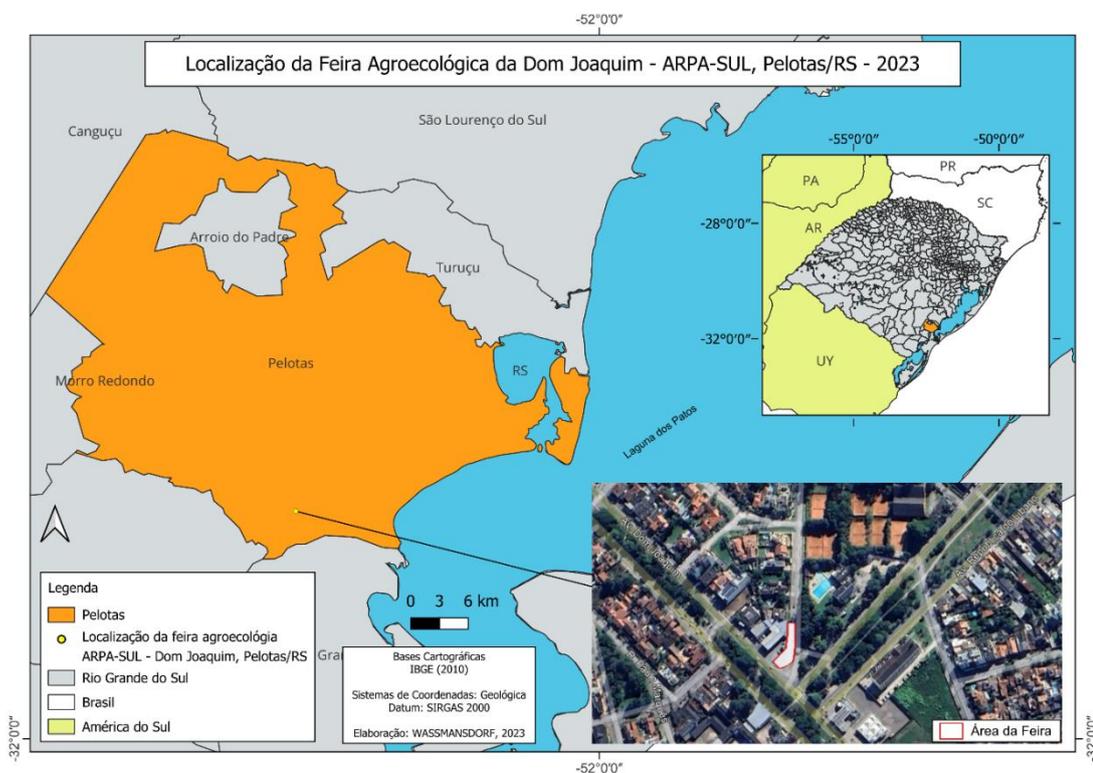
Considera-se que as feiras agroecológicas são importantes para o fortalecimento das cadeias curtas, principalmente, por garantir a proximidade entre agricultores e consumidores, por promover o espírito colaborativo entre os agricultores, bem como, de estimular a comercialização de produtos de qualidade. Os movimentos sociais ligados a agroecologia criticam a venda dos produtos orgânicos nos supermercados, por acreditar que esses produtos estariam sendo vendidos de forma convencional, na forma de distribuição em cadeias longas de comercialização.

Ao analisar o caso da feira agroecológica da Dom Joaquim compreende-se a importância dos canais curtos diretos, como exemplo de mercado que resiste ao sistema convencional. Nesse sentido, a feira é entendida também como um espaço solidário, tanto de produtores quanto consumidores e é isso que permite a maior aproximação entre produtores familiares e consumidores locais.

A seguir, são analisados os resultados das seis entrevistas realizadas em novembro de 2023, com produtores que comercializam seus produtos na feira agroecológica da Dom Joaquim (figura 18), localizada entre a Avenida Dom Joaquim esquina com a Avenida República do Líbano – vizinha ao posto de combustíveis SIM e ao Parque Tênis Clube, no bairro Centro - todos os sábados, das 07h00 às 13h00.

São priorizadas na análise as três dimensões que conformam a agricultura familiar, a saber: trabalho familiar, organização da produção e práticas culturais. Além dessas, são destacadas algumas reflexões manifestadas pelos entrevistados sobre diversas questões que envolvem a produção e a comercialização de alimentos. Cabe mencionar que a sistematização dos resultados das entrevistas está organizada nos Apêndices 2 e 3.

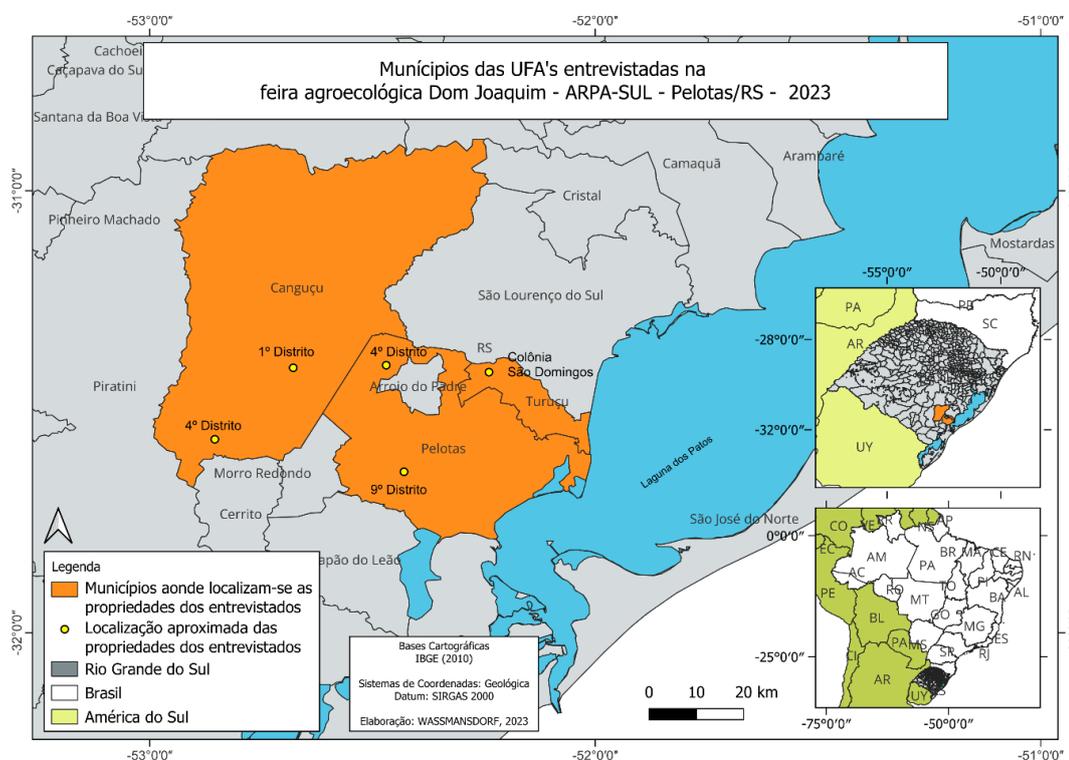
Figura 18 – Localização da Feira Ecológica da Dom Joaquim - ARPA-SUL, Pelotas/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010), 2023.

Da distribuição dos entrevistados na feira, três possuem sua propriedade em Canguçu (1<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> distritos), dois em Pelotas (4<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> distrito) e um na Colônia São Domingos em Turuçu (figura 19).

Figura 19 – Municípios das UFA's entrevistadas na feira agroecológica Dom Joaquim - ARPA-SUL - Pelotas/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010), 2023.

De modo geral, os entrevistados se distribuem em famílias com poucas pessoas vivendo e trabalhando na propriedade. Uma família possui um filho (adulto) que trabalha na propriedade. Apenas uma família não possui filhos até o momento. Das famílias que possuem filhos que estão fora da propriedade, uma tem um filho morando em outra propriedade em área rural, mas não se dedica a agricultura (quadro 7).

Quadro 7 – Dinâmica Demográfica das Famílias dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim.

	Dinâmica Demográfica das Famílias dos Entrevistados		
	Qntd. Membros da UFA na Propriedade	Qntd. Membros da UFA que trabalham na propriedade	Qntd. Membros da UFA Fora da Propriedade
Entrevistado 1	3	2	0
Entrevistado 2	3	3	3
Entrevistado 3	1	1	1
Entrevistado 4	2	2	2
Entrevistado 5	2	2	3
Entrevistado 6	2	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Percebe-se a presença de grupos familiares compostos por poucos membros. Como detalham Cintra e Bazotti (2012), o estado do Rio Grande do Sul obteve resultados negativos quanto sua taxa de crescimento populacional no rural entre o período 2000-2010 (-1,58%), sentido contrário ao crescimento populacional apresentado pela região metropolitana da capital Porto Alegre (0,63%) e no estado como um todo (0,49%). Na mesma direção, e identificando o baixo número de filhos com idade de 0-14 anos apresentado nas entrevistas, o estado gaúcho apresentou redução de 32,4% dessa faixa etária em sua população no rural. Para os autores,

Essa diminuição do número de membros terá influência direta na agricultura familiar, podendo em alguns domicílios dificultar a reprodução social da propriedade, levantando questões sobre os novos arranjos familiares e sua relação com os conceitos clássicos da agricultura familiar. (Cintra; Bazotti, 2012, p.91)

Tal dinâmica na densidade demográfica das propriedades rurais resulta nas relações de ajuda mútua entre parentes, vizinhos e/ou associados/cooperados no momento de preparação do solo, do plantio, da limpeza/manutenção, da colheita, da seleção e, em alguns casos, do beneficiamento e/ou comercialização da produção. Apenas uma família informou não utilizar a prática de ajuda mútua no momento.

Sabourin (2009) reconhece a importância da organização social da produção nas comunidades camponesas e das relações de reciprocidade (ajuda mútua). Para o autor, as relações em comunidade<sup>26</sup> rurais são “marcada[s] por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais” (Sabourin, 2009, p.48). No caso dos entrevistados, os princípios de base comunitária que se apresentam são a de parentesco (laços consanguíneos e/ou afetivos), localidade (vizinhança), sentimento de pertencimento (pertencer a associação Arpa-Sul) e reciprocidade.

Outro aspecto a se destacar são as estratégias que cada família dos entrevistados toma na promoção da sua permanência no rural. A relação bem-estar versus fadiga, decorrente da exploração do trabalho familiar fica a mostra quando as famílias organizam a produção de autoconsumo e produção destinada à comercialização nas feiras. Como reconhece Chayanov (2014), “a exploração camponesa familiar tem de tirar partido da situação do mercado e das condições

---

<sup>26</sup> Segundo Fichter (1967), uma comunidade pode ser definida como um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer projetos comuns (Fichter, 1967, *apud* Sabourin, 2009, p.48)

naturais, de modo a assegurar à família um equilíbrio interno compatível com o máximo de bem-estar possível” (Chayanov, 2014, p.108).

Dos seis entrevistados, todos tem na produção agrícola, de autoconsumo e comercialização em canais curtos diretos e indiretos, o principal fator promotor da segurança alimentar e de renda da família, materializando o entendimento de Woortmann (1978). Em três casos há o complemento da renda através da aposentadoria/pensão e aluguel/arrendamento. Dos que não possuem complemento da renda de origem não-agrícola, um comercializa em mercados institucionais e outro faz venda direta em um comércio varejista em Pelotas. Apenas uma família produz tabaco, tendo na sua comercialização importante papel na composição da renda familiar.

Destaca-se que no período pandêmico da Covid 19, a produção para o autoconsumo foi fundamental durante o período de isolamento social e, também, reverberou na comercialização em canais curtos direto e indireto. Como aponta Ploeg (2008, p.47), “os camponeses adaptam-se constantemente a conjunturas específicas, portanto as especificidades da sobrevivência também se adaptam a elas – sem que isso implique qualquer *alteração básica* nas próprias condições camponesas.”

Ainda sobre a produção, esta se mostra diversificada quanto as culturas produzidas dentro das propriedades (quadro 8). Todos os entrevistados possuem diferentes tipos de culturas, ganhando destaque na produção para o autoconsumo o feijão, milho, batata-inglesa, batata-doce, hortaliças (beterraba, couve, couve-flor e repolho), tomate e frutas em geral. Quanto aos alimentos de origem animal, o consumo de carnes de aves e suínos e os ovos de galinhas ganham destaque. O rebanho bovino aparece em duas entrevistas – principalmente, no consumo de alimentos originados por estes. A prática de apicultura também se mostra importante, uma vez que também reflete no seu uso de caráter medicinal.

Quadro 8 – Culturas Produzidas para o Autoconsumo e para Comercialização Curta Direta pelas Famílias dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim.

<b>Culturas Produzidas para Autoconsumo</b>	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
Pêssego					x	
Feijão	x	x	x	x	x	X
Milho		x	x	x	x	X
Batata-Inglesa	x	x	x	x	x	
Batata-Doce		x	x	x	x	
Leite				x		
Ovos	x	x		x	x	X
Hortaliças	x	x	x	x	x	X
Tomate	x	x	x	x	x	X
Laranja		x	x		x	X
Morango			x		x	X
Mel	x	x		x	x	

<b>Culturas Produzidas para Comercialização Curta Direta</b>	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
Pêssego					x	
Feijão	X	x	x	x	x	x
Milho			x		x	x
Batata-Inglesa	X	x	x	x		
Batata-Doce			x	x	x	
Leite						
Ovos		x		x	x	x
Hortaliças	X	x	x	x	x	x
Tomate	X	x	x	x	x	x
Laranja			x		x	x
Morango			x		x	x
Mel	X	x		x	x	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como exposto, praticamente toda a produção destinada ao autoconsumo também é destinada para a comercialização nas feiras. Não houve casos de culturas produzidas destinadas exclusivamente à comercialização em canais curtos diretos, mas sim, alguns produtos que apresentam sazonalidade para abastecer a demanda dos consumidores, como são os casos do morango e do pêssego.

Quanto aos produtos agrícolas (alimentos) que possuem maior importância na formação da renda dos entrevistados a partir da feira, destacam-se: tomate, cenoura, couve, brócolis, ervilha, feijão, mel, morango, cebola, batata-inglesa e ovos.

Ainda sobre as criações existentes nas propriedades, é recorrente o uso de tração animal nas atividades agrícolas e, em alguns casos, para locomoção nas proximidades. Apenas um entrevistado não possui cavalos.

Nota-se que todos os entrevistados possuem antepassados que também sobreviviam a partir da produção agrícola com exploração do trabalho familiar. Quatro entrevistados indicam mais de 40 anos na produção agrícola familiar. Dos entrevistados, há um caso de retornado – fez o êxodo rural na perspectiva de dar continuidade aos estudos na cidade, mas, entendeu que o modo de vida no rural trazia mais benefícios, por isso retornou ao rural há 7 anos. Outro aspecto importante é que, dentre os entrevistados, quatro fizeram a transição do plantio convencional para o

agroecológico. Outro entrevistado deixou a propriedade dos pais recentemente e já adotou a produção agroecológica na sua nova morada.

Por se tratar famílias que permanecem a partir da produção agrícola, identificou-se que os entrevistados têm a disposição um importante conjunto de máquinas e instrumentos agrícolas (quadro 9):

Quadro 9 – Máquinas e Instrumentos Agrícolas Disponíveis na Propriedade dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim.

<b>Máquinas e Instrumentos Agrícolas Disponíveis na Propriedade</b>	Trator	Carroça	Pulverizador	Plantadeira	Canteirizador	Arado	Disco	Reboque	Grade	Plana	Roçadeira	Subsolador	Trilhadeira	Capinadora
Entrevistado 1	x		x	x		x	x	X			x	x	x	x
Entrevistado 2	x		x		X	x	x	X	x	X		x		x
Entrevistado 3	x		x		X						x			
Entrevistado 4	x		x		X	x	x	X	x		x	x		x
Entrevistado 5	x		x	x	X	x	x	X	x		x	x	x	x
Entrevistado 6	x		x	x	X	x	x	X	x	X	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Esse quadro demonstra que todos os entrevistados possuem autonomia técnica nas propriedades familiares: o acesso ao trator e a instrumentos agrícolas que facilitam a organização da produção interna – fundamental em famílias com número reduzido de membros aptos a trabalhar. Quando perguntados sobre esses bens, todos se demonstraram satisfeitos com o equilíbrio “maquinário x produção”. O entrevistado 3 é o único que indicou ter um número reduzido de maquinários e de instrumentos utilizados na produção agrícola – o trator era do tipo “tobata,” o pulverizador e roçadeira são do tipo costal – e não possui animais para uso no trabalho. A principal justificativa do entrevistado é de que não possui uma área de produção suficiente para que lhe faça sentido adquirir mais maquinários.

Quadro 10 – Uso de Correção, Adubação ou Controle Utilizados na Propriedade dos Entrevistados na Feira da Dom Joaquim.

Uso de Correção, Adubação e/ou Controle Utilizados na Propriedade	Adubo Químico	Calcário	Fungicidas	Herbicidas	Inseticidas	Adubo Orgânico	Adubação Verde	Legenda:	
								Outros:	Quem recomendou?
Entrevistado 1	N	O	O	N	O	R	R	-	CAPA e Unid. Familiar
Entrevistado 2	R	O	R	R	R	R	R	-	CTA Continental e CAPA
Entrevistado 3	N	O	O	N	N	R	R	-	EMATER; CAPA; Unid. Familiar
Entrevistado 4	N	R	O	N	O	R	R	-	EMATER
Entrevistado 5	N	O	N	N	N	R	R	Cama Aviário; Esterco de Peru	CAPA e Unid. Familiar
Entrevistado 6	N	O	N	N	O	R	R	Cama Aviário; Esterco de Peru	CAPA e Unid. Familiar

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Quanto ao uso de insumos (adubos e corretivos de solo), visualiza-se que a presença da recomendação dos mediadores sociais<sup>27</sup> na sua utilização é comum dos entrevistados. Das respostas, observa-se que o CAPA e/ou a EMATER oferecem assistência técnica para todos os entrevistados, principalmente no uso ocasional do calcário, de fungicidas, de herbicidas e de inseticidas – por se tratar de produções agroecológicas, as intervenções são com produtos de certificação orgânicas, e no uso regular da adubação orgânica e/ou verde. O único entrevistado que utiliza regularmente a adubação química, fungicidas, herbicidas e inseticidas é o entrevistado 2 em sua produção de tabaco, sendo assistido pela CTA Continental (quadro 10).

Outro dado que configura a organização da produção, dentre os seis entrevistados, quatro possuem áreas destinadas a cultivo de pastagem no sistema agroecológico. Nessas áreas, cultivam-se aveia, azevém, ervilhaca e feijão miúdo. Identificou-se que a existência dessas áreas possibilita a manutenção dos animais que, conseqüentemente, produzem matéria orgânica para a adubação.

No que se refere a utilização do crédito pelo PRONAF, sabe-se que esse programa promoveu linhas de crédito que estimularam a criação e a manutenção de empregos no meio rural, além da permanência de muitas famílias, principalmente nas regiões sul e sudeste do país (Tonneau *et al*, 2005). Para Tonneau *et al* (2005) e

<sup>27</sup> Mediadores sociais refere-se aos técnicos e técnicas da extensão rural que atendem os entrevistados nas suas propriedades.

Aquino *et al* (2003) o PRONAF desenvolveu a “nova modernização desigual” no interior da agricultura brasileira. Para os autores,

Desde a formulação do Programa, a agricultura familiar de transição é apresentada como o alvo principal das políticas públicas. A agricultura familiar consolidada – aquela que obtém os melhores resultados econômicos – foi assim erigida como ideal. Nessa perspectiva, os grandes desafios das políticas públicas no meio rural são a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento da agricultura e para o crescimento da produtividade, não de todos os agricultores, mas somente dos considerados de transição afim de transformá-los em agricultores familiares consolidados. Por sua vez, os agricultores periféricos, como a caracterização indica, tornar-se-ão uma categoria marginal. Mais de 12 milhões de agricultores familiares que residem em estabelecimentos agrícolas periféricos (53% do total de agricultores familiares) seriam, assim, ao menos em teoria, excluídos das políticas de desenvolvimento, devendo se contentar com a políticas de compensação social. (Tonneau et al, 2005, p.72-73.).

Quanto a utilização de algum tipo de crédito rural pelos entrevistados: apenas dois não utilizam recursos oriundos da política do PRONAF, sendo um desses o entrevistado com o menor acesso a maquinário, instrumentos e assistência técnica – este mesmo entrevistado é o único a comercializar em três feiras, sendo duas em Pelotas e uma em Canguçu. O outro entrevistado que informou não acessar o PRONAF também participa de outra feira, além da Dom Joaquim, o que demonstra a importância da comercialização em canais curtos diretos como é o caso das feiras. Ambos os entrevistados complementam a renda familiar com aposentadoria/pensão.

Dos entrevistados que utilizam PRONAF, o crédito custeia principalmente a compra de maquinários e instrumentos, na infraestrutura da propriedade (construção de estufas, galinheiros e/ou galpão) e, no período de plantio (soja e milho), o que, novamente, materializa a maturidade da organização produtiva nas propriedades dos entrevistados beneficiários. Um entrevistado utiliza crédito específico para o tabaco, via Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) a partir da CRESOL – Cooperativa de Crédito.

Como esclarece Maluf (2009):

Nesse sentido, adquirem importância as iniciativas de estímulo ao associativismo como forma de ampliar o valor retido pelos agricultores, em paralelo à redução dos custos de produção e ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas e agroindustriais adequadas aos pequenos agricultores, bem como, o monitoramento do processo de formação de preços em todas as etapas das cadeias agroalimentares. (Maluf, 2009, p.164)

Os entrevistados também foram questionados quanto as práticas culturais da família, sendo que desses apenas um entrevistado informou não participar mais de

festas na comunidade (entrevistado 5). Os demais todos participam das festas na igreja da comunidade, e dois também indicaram as escolas e associações como lugares frequentados. Dos entrevistados com filhos, o entrevistado que não participa de festas comunitárias é o único que não deseja que os filhos permaneçam na propriedade enquanto agricultores, por entender que a vida de produtor agrícola é muito difícil. Quatro entrevistados desejam que os filhos permaneçam/retornem enquanto produtores agrícolas de exploração familiar, dando continuidade a sucessão familiar da propriedade. O único entrevistado que não tem filhos planeja tê-los e que estes permaneçam no rural.

Ainda sobre relações de parentesco, todos os entrevistados reconhecem a transmissão de práticas agrícolas tradicionais pelos antepassados. Dessas práticas, a lida do trabalho com cavalos, o manejo de poda, plantio, queimada e adubação de forma agroecológica foram mencionados. Cuimar (2013) defende que,

[...] sempre existiu, em quase toda história social da humanidade, uma prática pedagógica imersa em outras práticas sociais anteriores, na prática do trabalho, por exemplo. [...] Diferente da escola onde, na maioria das vezes, a transmissão ou troca de saberes ocorre somente no ambiente da sala de aula, na agricultura familiar, [...] o repasse do saber ocorre no cotidiano, em diferentes ambientes e por diversas formas. [...] Essa inserção da criança desde cedo no mundo do trabalho contribuía para que adquirisse os conhecimentos necessários para a realização da prática agrícola na roça e iniciasse sua formação para um possível ofício de agricultor ou agricultora familiar [...]. (Cuimar, 2013, p.71-72)

Todos os entrevistados participam de sindicato, associação e/ou cooperativa, sendo a Arpa-Sul mencionada por todos os entrevistados. Ademais, quatro participam do sindicato de agricultores familiares em algum município da Serra dos Tapes/RS. Um entrevistado é cooperado da CRESOL e outro da Cooperativa União – Canguçu/RS.

Quanto ao patrimônio material, apenas três propriedades indicam a presença de moendas e de objetos antigos, como maquinários (plainas e serras), ferramentas, ferro de passar a carvão e manteigueira.

Das reflexões manifestadas pelos entrevistados sobre outras questões que envolvem a produção e a comercialização de alimentos na feira, uma em comum é a quanto a importância dos alimentos na saúde dos consumidores urbanos. Outra reverberação está dos pontos positivos e negativos encontrados na comercialização dos alimentos na feira: quanto aos positivos, a satisfação, fidelidade e confiança dos consumidores quanto a procedência é destacada. A possibilidade da venda à vista

também se mostrou relevante; a insegurança das vendas, a desconfiança de alguns consumidores quanto a procedência dos alimentos, a diminuição do público, e a infraestrutura disponibilizada são os pontos negativos mencionados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho discutiu o protagonismo da agricultura familiar na produção e circulação de alimentos no território da Serra dos Tapes/RS, sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura, mais especificamente as reverberações da função relacionada a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais.

Para tanto, a pesquisa mobiliza tema importante para o estudo da agricultura familiar e o seu vasto campo de investigação social, a saber: os mercados institucionais de alimentos (PAA e PNAE), representando canais curtos indiretos e algumas das dimensões presentes nos espaços da agricultura familiar para identificar as relações com os canais curtos diretos de comercialização, exemplificado pela feira livre.

A tentativa de síntese se refere às articulações entre diversidade produtiva, produção para autoconsumo e mercantilização da produção, apontando para a valorização da dimensão espacial (social, econômica, política e cultural) nas reflexões sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar expressas nas paisagens rurais.

Ao analisar uma das funções da agricultura familiar, ou seja, a promoção da segurança alimentar da sociedade e das famílias rurais, por meio da existência de canais curtos de comercialização na Serra dos Tapes/RS, percebe-se que permanece o tensionamento entre a oferta de alimentos de qualidade (a preços acessíveis) e a garantia de renda aos agricultores. Assim, as políticas públicas de apoio à produção agrícola (de enfoque rural) precisam estar coadunadas com as políticas de abastecimento alimentar (de enfoque urbano).

Vale ressaltar que a agricultura familiar se reinventa a cada dificuldade de comercialização de seus produtos alimentícios e, por essa razão, instrumentaliza-se, dentro de suas possibilidades, para acessar os diferentes canais de comercialização, sejam eles canais longos ou curtos. Assim, entende-se que os mercados institucionais de alimentos podem ser vias de promoção do desenvolvimento rural de base territorial se forem acompanhados de outras políticas de promoção e valorização da agricultura familiar, como por exemplo, o estímulo a ampliação da produção para o autoconsumo, o incentivo a transição agroecológica e a multifuncionalidade dos espaços rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBRI, C.; CHIFOLLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v.5, p. 53-67, 2009.

AIRES, C. H. L; SALAMONI, G. **Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho**: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v.17, jan./abr. 2013. P. 41–54.

ALVES, F. D. Mudanças Teórico-Methodológicas da Geografia Agrária Brasileira: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009. 2010. 350p. **Tese** (Doutorado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O.A. & TONNEAU, J. P. **O Pronaf e a 'nova modernização desigual' da agricultura brasileira**. *Raízes*, Vol. 22, nº 01, janeiro a junho de 2003, pp. 46-57

ASF DAAC - **ALOS PALSAR\_Radiometric\_Terrain\_Corrected\_low\_res**: About Accessed through ASF DAAC, 11 Nov 2015. Disponível em: <https://asf.alaska.edu/data-sets/sar-data-sets/alos-palsar/alos-palsar-about/>: 28 nov. 2022

ASSIS, L.; ROMEIRO.A.R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v.6, p.67-80, 2002.

ATLAS, Socioeconômico do RS. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul. Fumo. Porto Alegre, set.2022. Especiais. Acesso em 04 dez. 2023. Online Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/fumo#:~:text=O%20Brasil%20com%2012%25%20e,ano%20no%20tri%C3%AAnio%202018%2D2020>.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BERGAMASCHI, H. D. E. Propriedade: identidade e cultura regional. *In*: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (org). **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 17-36

BIANCHINI, V. Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015. **Avanços e Desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113p.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1991.

BRASIL. **LEI Nº 11.326**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dados da Agricultura Familiar**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. Disponível. Acessado em: 10 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRICA, XIX, 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2009. p.1-16

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, M. J. . Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998.

CASCUDO, L. C. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares. 1984.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CAZELLA, A. A. A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”: um estudo de caso na região serrana catarinense. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos Sistemas Econômico Não Capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2014. 304p.

CINTRA, A. P. de U., BAZOTTI, A. **População rural, agricultura familiar e transmissão do saber na Região Sul**. *Caderno IPARDES - Estudos E Pesquisas*, 2(1), 2012. p.80–94

CGBHRC. **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã**. A bacia hidrográfica. Acesso em: 15 de nov de 2022. Disponível em: <http://www.comitecamaqua.com/index.php/a-bacia-hidrografica/caracterizacaogeral>

CHAYANOV, A. **L'organisation de l'économie paysanne**. Paris: Librairie du Regard, 1990. 344p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, 453p.

CUIMAR, R. M. Saberes e Práticas Culturais de Agricultores Familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do Dendê. 171f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Pará, Belém, 2013.

MAIA, A. C; FERREIRA, D. A. O. **GESTÃO DO TERRITÓRIO**: Multifuncionalidade e turismo como estratégias para o desenvolvimento rural. Rosa dos Ventos, vol. 3, núm. 2. Universidade de Caxias do Sul, RS. 2011, p 141-149.

CUNHA, N. G. da *et al.* **Estudo dos solos do município de Morro Redondo**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 1996.

DAROLT, M. R. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIERDLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DIÁRIO POPULAR. Mais um imóvel da Cosulati vai a leilão na quarta-feira. No pregão da última semana foram arrematados cinco dos nove lotes ofertados, resultando em arrecadação de R\$ 2 milhões. **Agronegócio**. Pelotas, 2023. Acessado em 20 de Dez de 2023. Online. Disponível em: [https://diariopopular.com.br/agronegocios/mais\\_um\\_imovel\\_da\\_cosulati\\_vai\\_a\\_leilao\\_na\\_quarta\\_feira\\_4\\_547627#:~:text=Atualmente%20a%20Cosulati%20est%C3%A1%20sem,distribu%C3%ADdos%20entre%20as%20diversas%20unidades](https://diariopopular.com.br/agronegocios/mais_um_imovel_da_cosulati_vai_a_leilao_na_quarta_feira_4_547627#:~:text=Atualmente%20a%20Cosulati%20est%C3%A1%20sem,distribu%C3%ADdos%20entre%20as%20diversas%20unidades).

DUTRA, E. J. S. A Fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu RS: consequências na reorganização do setor agrário. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 5.ed. Brasília, 2018. 356p.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma, 2017. Acessado em 11 de Jun 2023. Online. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i7695es/i7695es.pdf>

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma, 2023. Acessado em 11 de Jun 2023. Online. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf>

FEITOSA, A. M. A. A agricultura e a agricultura familiar. Montes Claros: UNIMONTES, 2011.

FERNANDES, B. M. et al. **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FLEXOR, G; GAVIRIA, M. A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty. *In*: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

FRANZ, J. C. A formação de um sistema agrário híbrido: Estudo de caso sobre as continuidades e rupturas na agricultura familiar de Lajeado/RS. 167f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Porto Alegre (RS): Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2004. 287p

GERARDI, L. H. O; SALAMONI, G. **Para entender o campesinato**: a contribuição de A. V. Chayanov. Geografia, Rio Claro, p. 197-208, 1994.

GODOY, W. I; SACCO DOS ANJOS, F; CALDAS, N. V. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização**: perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? *In*: **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem**: o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

GRIZA, C. A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 200f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRIZA, C. A; SCHNEIDER, S. "**Plantar pro gasto**": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR), RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr/jun 2008.

\_\_\_\_\_. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014

HASENACK H.; WEBER, E. (org.) **Base cartográfica vetorial continua do Rio Grande do Sul – escala 1:50.000**. Porto Alegre, UFRGS-IB-Centro de Ecologia. 2010. 1 DVD-ROM (Série Geoprocessamento, 3)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2 ago. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 1996**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2 ago. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2 ago. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2 ago. 2022

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2008**. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/graficos\\_dinamicos/pnad2008/index.html](https://www.ibge.gov.br/graficos_dinamicos/pnad2008/index.html). Acesso em: 20 fev.2023

\_\_\_\_\_ **Síntese de Indicadores Sociais**: Acesso em: 20 fev.2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=27611&t=publicacoes>.

\_\_\_\_\_ MULTIDIMENSIONALIDADE E HETEROGENEIDADE DOS PROCESSOS DE DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A TRAJETÓRIA RECENTE DAS POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL. In: **DESMONTE E RECONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2016-2022)**: Acesso em: 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=27611&t=publicacoes>.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 376 p. (Série Estudos Rurais PGDR).

LAZZARI, F; SOUZA, A. S. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. 4º, 2017, Santa Maria. **Anais** - Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: UFSM, 2017.

LIMONS, C. M. Canais Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar: os programas institucionais do PAA e PNAE. 2018. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

LIMONS, C. M. canais curtos de comercialização: o estudo das feiras de base agroecológica no município de Pelotas/RS. **Dissertação** de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022.

LUDWIG, A. C. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p.147-170

MALUF, R. S. **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar**: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2003.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar do Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Brasília, 2018. Acesso em: 19 de fev de 2023. Online. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Brasília, 2019. Acesso em: 10 de dez de 2023. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap>

MAPBIOMAS. **MapBiomas General “Handbook”**: Algorithm Theoretical Basis Document (ATBD), Collection. Brasil, 2022. Disponível em [https://mapbiomas-brsite.s3.amazonaws.com/ATBD\\_Collection\\_7\\_v2.pdf](https://mapbiomas-brsite.s3.amazonaws.com/ATBD_Collection_7_v2.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022. Online

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. Ed. Educagri, 2008.

MATOS, P. F; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevistas: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas Trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009

MENDRAS, H. **Sociétés paysannes**. Paris, A.Colin, 1976. 236 p.

MIZZUNO, P.B.; COSTA, S.M.; ARANA, A.R.A.; ULIANA, M.R. Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua relação com a agricultura familiar. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de Geografia Agrária, v. 16, n. 40, p. 91-114, abr., 2021.

MORAES, D; VILELA, S. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C. **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p.211- 270

OECD. **Declaration of agricultural Ministers Committee. 1998**. Ver. Agriculture: process of analysis and information exchange of the WTO. Contribution of the

European Community on the Multifunctional Character of Agriculture. October 1999. [EN]. Info Paper

ONU Brasil. Rio+20. **O Futuro que Queremos: fatos sobre alimentação**. Rio de Janeiro, 2012. Acessado em 08 dez 2022. Online. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/alimentacao.pdf>

ORSI, S. D. **Principais elementos que diferenciam o enfoque administrativo entre uma propriedade rural de economia familiar e patronal**. Brasília, 2018. Acessado em 08 de fev. 2023. Online. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/adm-prop-rural-economia.pdf>

OSÓRIO, H. Pastores e lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. *In*: WAQUIL; MATTE; NESKE; BORBA. (Org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, v.1, p. 15-40.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295p.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000.

PRANKE, L. V. Mercados, Organizações Sociais e Agricultura Familiar: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS. 2016, 109 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

RAU, R. Modos de comer, modos de viver: um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul. 2016, 195 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RÉMY, J. Os contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão inacabada. CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato. (Org.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 153-168.

RICCI, R. A Maior Estrutura Sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-4. *In*: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 1985.

ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação.

**Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, v. 4, p. 25-39, 1985.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura**. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 13, n. 2, 2005, p.161-189

SACCO DOS ANJOS, F. O marco teórico. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003. p. 9-44.

SACCO DOS ANJOS, F; GODOY, W.I.; CALDAS, N.V. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Ed. Gráfica Universitária, 2005.

SALAMONI, G. Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. 2000. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SALAMONI, G; WASKIEWICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez., 2013.

SALAMONI, G; DREHMER, A. C. B; WASSMANSDORF, L. F; SODRÉ, M. T; COSTA, M. R. C; DA ROSA, M. S; DA SILVA, T. F. **A Geografia da Serra dos Tapes: natureza, sociedade e paisagem**. Pelotas: Editora UFPEL, 2021. 140 p.

SANTOS, J. C. PESSÔA, V. L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores entre “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009

SCARABELOTTI, M., SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v.15, n. 20, p.101-130, jan./jun. 2012.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica: um estudo de caso. **Anuário Antropológico**, Brasília. v. 91, p.31-63, 1991.

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992

SEMA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. L030 - Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Porto Alegre, 2018. Online. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/l030-bh-rio-camaqua>

SEMA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente **BASE CARTOGRÁFICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ESCALA 1:25.000 – BCRS25**. Porto Alegre, 2018. Online. Disponível em: [http://ww2.fepam.rs.gov.br/bcrs25/Documentacao\\_Tecnica%20\\_v01\\_20180810.pdf](http://ww2.fepam.rs.gov.br/bcrs25/Documentacao_Tecnica%20_v01_20180810.pdf)

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. D. F. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHOPF, W. J. Ritmo e modo da evolução microbiana pré-cambriana. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 195-216, jan./abr., 1995

SILVA, E. R.A. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**. Brasília: IPEA, 1999.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1997/1999/2002. 151p.

SILVA, J. M; MENDES, E, P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016

SILVA, M. F; BENEVIDES, S. C; PASSOS, A. Q. S. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)**. Montevideu: 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6919>. Acesso em 10 Set. 2023.

SOARES, A. C. O. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Revista Proposta, 87, FASE. Rio de Janeiro, p. 40-49, 2000/2001.

SODRÉ, M.T. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SISTEMA AGRÁRIO FAMILIAR E AS INTERFACES COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UM ESTUDO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

SOUZA, M; KLEIN, A. L. RURAL, RURALIDADE, PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO RURAL. In: SOUZA, M; DOLCI,

T. S. (org). **Turismo Rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2019. p.9-20.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. *In*: VERDUM, R. *et al.* (org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 27-38

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture**; le paysan polonais. Paris, A. Colin, 1973. 251p

TIMM, A. Estiagem: quase metade dos municípios do RS decretou situação de emergência. *In*: **RBS TV Pelotas, 2023**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/05/estiagem-quase-metade-dos-municipios-do-rs-decretou-situacao-de-emergencia-veja-lista.ghtml>. Acesso em 10 fev. 2023

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. **Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social: o dilema das políticas públicas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005

VEIGA, J. F. F. **Território e desenvolvimento local**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2005. (Coleção Agricultura, Território e Sociedade).

VERDUM, R. et al. (Orgs.). **Paisagem: leituras, significados, transformações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Orgs.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004

VIEIRA, E F. **Rio Grande do Sul: geografia física e vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984

VITTE, C. C. S. **O planejamento territorial e a dimensão espacial do desenvolvimento: algumas das experiências recentes no Brasil**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, janeiro/junho 2015, p. 1-18

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, p. 1-18, 1996.

\_\_\_\_\_ Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. *In*: CARVALHO, H. M (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2014. 304p.

\_\_\_\_\_ **Trajatória pessoal e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo**. Campinas: Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_ O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. *In*: Petersen, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-45.

WATANABE, K; SCHMIDT, C. M. **A Multifuncionalidade da Agricultura e suas Externalidades Positivas para o Desenvolvimento Local**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, AC, 2008.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Edunb, 1995. 336p.

\_\_\_\_\_. **O saber camponês**: práticas ecológicas, tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P; MENEZES, M. A; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.119-130.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda**: relatório final. Série antropologia. n. 20, 1978. 114 p

WOORTMANN, E. F; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

\_\_\_\_\_. **O significado do alimento na família camponesa**. IHU Online, São Leopoldo, RS, ano 4, n. 163, p. 13-17, 7 nov 2005.

ZANETTI, C; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ZARTH, P. A. Colonização e ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul. Santa Maria: **Ciência & Ambiente**, 2006. p.155-163.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES FEIRANTES

**DATA:**

**ENTREVISTA Nº:**

**AGRICULTOR(A):**

**PONTO DO GPS:**

- ▲ Dimensão do trabalho
- ▶ Dimensão da Produção
- ▼ Dimensão das Práticas Culturais

#### **Dimensão do Trabalho ▲**

1) Número de integrantes da família:

2) Quantos membros da família trabalham na propriedade:

3) Contrata trabalhador temporário ou permanente? (Caso positivo) - Qual trabalho? Como é remunerado? ▲

Tipo de Trabalho	Remuneração			
	Dinheiro	Parte da produção	Ajuda mútua	Outra. Qual?

4) Desempenha algum tipo de ajuda mútua entre parentes ou vizinhos? ▲

Sim	Não

#### **Dimensão da Produção ▶**

5) Como é formada a renda na propriedade? ▶

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produção pecuária (e derivados)	
Venda de produtos artesanais (Quais?)	
Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)	
Aposentadoria/pensão	
Aluguéis/arrendamentos	
Atividades não agrícolas fora da propriedade/serviços realizados. (Quais?)	
Atividades não agrícolas dentro da propriedade/serviços realizados. (Quais?)	
Venda para mercados institucionais	

6) Quais atividades tem maior importância para que a família permaneça no meio rural? ►

13) Quais produtos cultivam na sua propriedade? Com qual finalidade? ►

<b>Culturas</b>	<b>AC</b>	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>	<b>C4</b>	<b>C5</b>	<b>MI</b>
Fumo							
Pêssego							
Feijão							
Milho							
Batata-Inglesa							
Batata-Doce							
Leite							
Ovos							
Hortaliças							
Tomate							
Laranja							
Morango							
Mel							
Outros:							

**Legenda:** AC – Autoconsumo; C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3 - feiras livres; 4- agroindústrias; 5- intermediário); MI (mercados institucionais)

7) Quais produtos agrícolas tem maior importância na formação da renda familiar? ►

8) Há quantos anos se dedica a essa atividade? Por quê? ►

9) Que tipo de criações existem em sua propriedade? Com qual finalidade? ►

<b>De Produção</b>	<b>AC</b>	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>	<b>C4</b>	<b>C5</b>	<b>MI</b>
Bovinos							
Suínos							
Aves							
Ovinos							
Peixes							
Outros							

<b>De Trabalho</b>	
Bois	
Cavalos	
Outros:	

**Legenda:** AC – Autoconsumo; C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3- feiras livres; 4- agroindústrias; 5 - intermediário); MI (mercados institucionais).

10) Que máquinas e instrumentos agrícolas são utilizados na propriedade? ►

	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não
Trator			Arado			Roçadeira		
Carroça			Disco			Subsolador		
Pulverizador			Reboque			Trilhadeira		
Plantadeira			Grade			Capinadeira		
Aleirador			Plaina			Outros:		

11) Quais os tipos de correção, adubação ou controle utilizados na propriedade? Quem faz a recomendação? ►

	REG	OCAS	N.U.	Quem recomendou?
Adubo químico				
Calcário				
Fungicidas				
Herbicidas				
Inseticidas				
Adubo orgânico				
Adubação verde				
Outros:				

**Legenda:** REG – Regularmente; OCAS – Ocasionalmente; N.U. - Não Utiliza

12) Existe algum cultivo/pastagem no sistema agroecológico? Quais? ►

13) Assistência Técnica: ►

EMBRAPA		EMATER		Indústria		Sindicato	
Prefeitura		Cooperativa		Outro: Quais			

14) Utiliza algum tipo de crédito? Qual a finalidade? ►

Agroindústria		PRONAF		Crédito Privado		Não utiliza		Outro:	
---------------	--	--------	--	-----------------	--	-------------	--	--------	--

### Dimensão das práticas culturais ▼

15) Participa de festas de comunidade: ▼

Igreja		Escola		Associação		Outros	
--------	--	--------	--	------------	--	--------	--

16) Sucessão Familiar: ▼

Maiorato (filho mais velho)	
Minorato (filho mais novo)	
Filho (as)	
Outro: Qual?	

17) A família deseja que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores? Por quê? ▼

Sim	Não	Motivo

18) Participa de algum Sindicato, Associação ou Cooperativa? Qual? ▼

19) Quais práticas agrícolas tradicionais foram transmitidas dos antepassados? ▼

20) Com relação ao Patrimônio Material, a propriedade possui: ▼

Moinho		Objetos Antigos	
Moenda		Outros: Quais?	
Casa de Pedra			

21) Quais produtos são destinados para a comercialização nas feiras na cidade? qual a frequência?

22) Quais produtos são produzidos no sistema agroecológico? Qual a importância desses alimentos para os consumidores urbanos?

23) Quais os pontos positivos e negativos encontrados na comercialização dos alimentos nas feiras?

24) Quais são as perspectivas de continuidade da família no espaço rural? Pretende manter a sua propriedade com a agricultura ou outras atividades?

25) Se cooperado, quais produtos são destinados para a distribuição com mediação da cooperativa? Se sim, qual/quais cooperativa(s)? Qual a frequência?

26) Se feirante, quais produtos são destinados para a comercialização? Se sim, qual/Quais feira(s)? Qual a frequência?

27mul) Se fornecedor para mercados institucionais na modalidade de fornecedor individual, quais produtos são destinados para a comercialização? Se sim, qual/quais instituições? Qual a frequência?

**Apêndice 2 – 1º Bloco de entrevistas com produtores da feira agroecológica da Dom Joaquim.**

Dimensão	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Trabalho Familiar	A UF é composta por três pessoas, sendo dois adultos que trabalham na propriedade. Para dar conta da produção, a família troca ajuda mútua entre vizinhos e/ou associados da Arpa-Sul. A propriedade se encontra no 1º Distrito de Canguçu/RS.	A UF é composta por três pessoas, sendo três adultos que trabalham na propriedade. Para dar conta da produção, a família troca ajuda mútua entre familiares. A propriedade se encontra no 4º Distrito de Pelotas/RS.	A UF é composta por uma pessoa, sendo um adulto que trabalha na propriedade. Para dar conta da produção, a família troca ajuda mútua entre vizinhos. A propriedade se encontra no 1º Distrito de Canguçu/RS.
Organização da Produção	A UF tem na venda de produtos agrícolas sua única renda na propriedade, tendo como principais produtos cultivados para o autoconsumo e comercialização nas feiras feijão, batata-inglesa, hortaliças, tomate e mel. A UF frequenta somente a feira da Dom Joaquim aos sábados. A propriedade ainda conta com a criação de bovinos, aves e peixes para autoconsumo. Utilizam cavalos para o trabalho. O entrevistado afirma que trabalha a 7 anos com a atividade agrícola. A UF possui trator, pulverizador, arado, disco, reboque, roçadeira, subsolador, encantadeira, trilhadeira e capinadeira. Não usam pastagem no sistema agroecológico. A UF indica que não usa adubo químico e herbicidas. Ocasionalmente usam calcário, fungicidas e inseticidas. Fazem o uso regular de adubação orgânica e verde. Possuem assistência técnica da CAPA, estes que recomendam o uso de adubações, corretores ou controladores. Utilizaram crédito via PRONAF para investimentos em patrimônio e materiais.	A UF tem na venda de produtos agrícolas e na aposentadoria suas rendas na propriedade. Os principais produtos cultivados para o autoconsumo são feijão, milho, batata-inglesa, batata-doce, hortaliças, tomate, laranja e mel. Destes, apenas o milho não é comercializado nas feiras. A propriedade produz tabaco destinadas a agroindústrias, principal renda junto da batata-inglesa e ovos. A UF frequenta somente a feira da Dom Joaquim aos sábados. A propriedade ainda conta com a criação de suínos, aves e peixes para autoconsumo. Utilizam cavalos para o trabalho. O entrevistado afirma que trabalha a 45 anos com a atividade agrícola. A UF possui trator, pulverizador, arado, disco, reboque, grade, plaina, subsolador, encantadeira, trilhadeira e capinadeira. Não usam pastagem no sistema agroecológico. A UF indica que usa adubo químico, fungicidas, herbicidas, inseticidas, adubação orgânica e verde regularmente. Ocasionalmente utilizam calcário. Possuem assistência técnica pela CTA Continental (principalmente por conta do Tabaco) e da CAPA, no que se refere a produção de alimentos, estes que recomendam o uso de adubações, corretores ou controladores. Utilizaram crédito via PRONAF para a produção do Tabaco – via CRESOL.	A UF tem na venda de produtos agrícolas e na aposentadoria suas rendas na propriedade. Os principais produtos cultivados para o autoconsumo e comercialização nas feiras são feijão, milho, batata-doce, hortaliças e tomate. Batata-inglesa e morango deixaram de ser produzidas há 5 anos. A UF frequenta três feiras: da Bento Gonçalves (terças-feiras), da Dom Joaquim (sábados) e no centro de Canguçu (quintas-feiras). A propriedade ainda conta com a criação de suínos, e deixou de trabalhar com aves há 2 anos - produção para autoconsumo. O entrevistado afirma que trabalha a 50 anos com a atividade agrícola, 18 anos de forma agroecológica. A UF possui trator, carroça, pulverizador, roçadeira e encantadeira. Não usam pastagem no sistema agroecológico. A UF indica que não usa adubo químico, herbicidas e inseticidas. Ocasionalmente usam calcário e fungicidas. Fazem o uso regular de adubação orgânica e verde. Possuem assistência técnica da CAPA, este que recomenda o uso de adubações, corretores ou controladores. Não utilizaram qualquer tipo de crédito.
Práticas Culturais	A UF participa de festas na comunidade através da Escola local. Têm-se no filho (bebê) a prospecção para sucessão familiar, já que é desejo de que estes permaneçam na propriedade cultivando a partir da dinâmica do trabalho familiar. Herdaram dos antepassados a horticultura, a prática de adubação verde e o manejo de criação. A UF possui galpão, açude e casa. Participam da Arpa-Sul e do Sindicato da agricultura familiar de Canguçu.	A UF participa de festas na comunidade através da Igreja local. Têm no filho mais novo, que atualmente mora na propriedade, a prospecção para sucessão familiar, já que é desejo de que estes permaneçam na propriedade cultivando a partir da dinâmica do trabalho familiar. O entrevistado tem mais três filhos, todos morando na cidade de Canguçu. Herdaram dos antepassados a utilização de cavalos no trabalho. Participam da Arpa-Sul e da cooperativa CRESOL.	A UF participa de festas na comunidade através da escola local e via associação. Têm no filho, que atualmente mora na cidade de Canguçu. Há prospecção para sucessão familiar, já que é desejo de continuidade, mas entende que esse não é o desejo do filho, este que busca alimentos na propriedade. Não reconhece a transmissão de práticas agrícolas tradicionais pelos antepassados. Participam da Arpa-Sul.
Demais Reverberações	O entrevistado reflete quanto a importância dos alimentos comercializados nas feiras, principalmente quando as beneficias da alimentação saudável. O ponto positivo encontrado na comercialização da feira está na satisfação dos consumidores. Como ponto negativo, indica que há certa desconfiança da procedência de seus produtos – se seriam todos agroecológicos. A UF fornece alimentos a mercados institucionais, a saber: APAE, Casa da Criança, Lar dos Idosos e Cozinha Municipal (todos em Canguçu/RS).	O entrevistado reflete que o ponto positivo encontrado na comercialização da feira está na venda à vista. Como ponto negativo, indica que a incerteza da venda dos produtos levados a feira. A UF não fornece alimentos a mercados institucionais de forma individual e cooperada.	O entrevistado reflete quanto a importância dos alimentos comercializados nas feiras, principalmente quando as beneficias da alimentação saudável. O ponto positivo encontrado na comercialização da feira está no reconhecer que o consumidor está levando produtos bons para sua casa. Como ponto negativo, indica que gostaria de um maior público acessando as feiras. O entrevistado pretende ficar até o final da vida na produção agrícola na propriedade. O mesmo indica que abastecia o estoque de cooperativas. A UF não fornece alimentos a mercados institucionais de forma individual.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

**Apêndice 3 – 2º Bloco de entrevistas com produtores da feira agroecológica da Dom Joaquim.**

Dimensão	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
Trabalho Familiar	A UF é composta por duas pessoas, sendo dois adultos que trabalham na propriedade. A família não troca ajuda mútua entre parentes e/ou vizinhos A propriedade se encontra no 9º Distrito de Pelotas/RS.	A UF é composta por duas pessoas, sendo dois adultos que trabalham na propriedade. A família não troca ajuda mútua entre parentes e/ou vizinhos A propriedade se encontra no 4º Distrito de Canguçu/RS.	A UF é composta por duas pessoas, sendo dois adultos que trabalham na propriedade. Para dar conta da produção, a família troca ajuda mútua entre parentes. A propriedade se encontra na colônia São Domingos, município de Turuçu/RS
Organização da Produção	A UF tem na venda de produtos agrícolas e na aposentadoria suas rendas na propriedade. Os principais produtos cultivados para o autoconsumo são feijão, milho, batata-inglesa, batata-doce, leite, ovos, hortaliças, tomate e mel. Destes, apenas o milho, a batata-inglesa e o leite não são comercializados nas feiras. As hortaliças também são comercializadas via mercados institucionais. A UF frequenta dois feiras: da Bento Gonçalves (terças-feiras) e da Dom Joaquim (sábados). A propriedade ainda conta com a criação de bovinos e aves para autoconsumo. Utilizam cavalos para o trabalho. O entrevistado afirma que trabalha cerca de 45 anos com a atividade agrícola, sendo 28 anos de forma agroecológica. A UF possui trator, pulverizador, arado, disco, reboque, grade, roçadeira, subsolador, encantadeira e capinadeira. Usam pastagem no sistema agroecológico: azevém e aveia. A UF indica que não usa adubo químico e herbicidas. Ocasionalmente usam fungicidas e inseticidas (naturais). Fazem o uso regular de calcário, adubação orgânica e verde. Possuem assistência técnica da EMATER/RS - ASCAR, este que recomenda o uso de adubações, corretores ou controladores. Não utilizaram qualquer tipo de crédito.	A UF tem na venda de produtos agrícolas como renda na propriedade. Os principais produtos cultivados para o autoconsumo são pêssego, feijão, milho, batata-inglesa, batata-doce, ovos, hortaliças, tomate, laranja, morango, mel e cebola. Destes, apenas a batata-inglesa não é comercializada nas feiras. A UF frequenta somente a feira da Dom Joaquim aos sábados. A propriedade ainda conta com a criação de suínos, aves e peixes para autoconsumo. Utilizam cavalos para o trabalho. O entrevistado afirma que trabalha a 40 anos com a atividade agrícola. A UF possui trator, pulverizador, plantadeira, arado, disco, reboque, grade, roçadeira, subsolador, encantadeira, trilhadeira e capinadeira. Usam pastagem no sistema agroecológico: azevém, ervilhaca e feijão miúdo. A UF indica que não usa adubo químico, fungicidas, herbicidas e inseticidas. Ocasionalmente utilizam calcário. Utilizam regularmente adubação orgânica e verde – cama de aviário e esterco de peru. Possuem assistência técnica da CAPA, no que se refere a produção de alimentos, estes que recomendam o uso de adubações, corretores ou controladores. Utilizaram crédito via PRONAF para a produção de milho.	A UF tem na venda de produtos agrícolas como renda na propriedade. Os principais produtos cultivados para o autoconsumo e comercialização nas feiras são feijão, milho, ovos, hortaliças, tomate, laranja e morango. A UF frequenta somente a feira da Dom Joaquim aos sábados. A propriedade ainda conta com a criação de bovinos, suínos e aves para o autoconsumo. Utilizam cavalos para o trabalho. O entrevistado afirma que trabalha a 15 anos com a atividade agrícola. A UF possui trator, pulverizador, plantadeira, arado, disco, reboque, grade, plaina, roçadeira, subsolador, trilhadeira, capinadeira e encantadeira. Usam pastagem no sistema agroecológico: azevém, ervilhaca e aveia. A UF indica que não usa adubo químico, fungicidas e herbicidas. Ocasionalmente usam calcário e inseticidas biológicos. Fazem o uso regular de cama de aviário e esterco de peru. Possuem assistência técnica da CAPA e SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/RS, este que recomenda o uso de adubações, corretores ou controladores. Utilizaram crédito via PRONAF para a produção e aquisição de máquinas.
Práticas Culturais	A UF participa de festas na comunidade através da Igreja local e via associação. Têm-se nos dois filhos a prospecção para sucessão familiar, já que é desejo de que estes permaneçam na propriedade criando suas famílias. Destes, um mora também no 9º distrito de Pelotas e outro na cidade de Canguçu. Estes buscam alimentos na propriedade. Herdaram dos antepassados o conhecimento sobre podas e manejo agroecológico. A UF possui moenda e objetos antigos: plaina, serra, ferro a carvão e manteigueira. Participam da Arpa-Sul e do Sindicato da agricultura familiar de Pelotas.	A UF não participa de festas na comunidade. Possuem 3 filhos que moram nas cidades de Canguçu e Piratini. Não há prospecção para sucessão familiar, já que entendem que a vida é difícil no rural. Herdaram dos antepassados a utilização de cavalos no trabalho, o manejo e as queimadas. Participam da Arpa-Sul, do Sindicato da agricultura familiar de Canguçu e a cooperativa União.	A UF participa de festas na comunidade através da igreja local. Não possuem filhos, mas há prospecção para sucessão familiar, já que é desejo de continuidade. Não reconhece a transmissão de práticas agrícolas tradicionais pelos antepassados. Participam da Arpa-Sul e Sindicato Rural de Pelotas.
Demais Reverberações	O entrevistado reflete quanto a importância dos alimentos comercializados nas feiras já que é bom para consumidores e produtores. O ponto positivo encontrado na comercialização da feira está na venda à vista. Não reconhece pontos negativos. O mesmo indica que abastece o estoque de cooperativas com hortaliças 2 vezes ao mês. A UF fornecia alimentos a mercados institucionais de forma individual via PNAE há 10 anos atrás.	O entrevistado reflete quanto a importância dos alimentos comercializados nas feiras, principalmente quando as benefícios da alimentação saudável. O ponto positivo encontrado na comercialização da feira está na fidelização dos consumidores e na procedência dos alimentos. Não reconhece pontos negativos. Indica que abastece o estoque da cooperativa União para os programas PAA e PNAE – feijão e hortaliças. A UF não fornece alimentos a mercados institucionais de forma individual.	O entrevistado reflete quanto a importância dos alimentos comercializados nas feiras, principalmente quando as benefícios da alimentação saudável. O ponto positivo encontrado na comercialização da feira está na venda à vista e no contato direto com o consumidor. Como ponto negativo, indica a falta de infraestrutura. O mesmo indica que não participa do abastecimento de estoques de cooperativas ou individualmente.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023